



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DSS

FRANCIELE SANTOS MENDONÇA  
PATRÍCIA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA ROCHA

**DIMENSÃO INVESTIGATIVA:** REFLEXÕES A PARTIR DOS DISCENTES DO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

São Cristóvão – SE

2017/1

FRANCIELE SANTOS MENDONÇA  
PATRÍCIA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA ROCHA

**DIMENSÃO INVESTIGATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DOS DISCENTES DO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição  
Vasconcelos Gonçalves

São Cristóvão – SE

2017/1

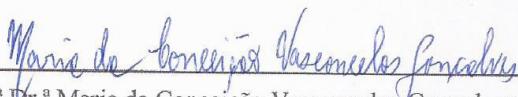
FRANCIELE SANTOS MENDONÇA  
PATRÍCIA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA ROCHA

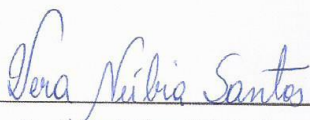
**DIMENSÃO INVESTIGATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DOS DISCENTES DE  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de Aprovação: São Cristóvão/SE, 19 de 09 de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves  
Universidade Federal de Sergipe  
Orientadora

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Núbia Santos  
Universidade Federal de Sergipe  
Examinadora 1

  
Prof.<sup>a</sup> Me. Itanamara Guedes Cavalcante  
Universidade Federal de Sergipe  
Examinadora 2

Dedicamos esta monografia a todos/as profissionais de Serviço Social que constantemente buscam em seu fazer profissional desvelar na trivialidade do cotidiano as aparências das expressões da questão social, que assim, lutam por uma sociabilidade democrática e igualitária.

E aos nossos familiares por nos apoiarem e incentivarem nessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Os agradecimentos se fazem necessários, pois, nessa jornada de investigações, análises e reflexões a partir da perspectiva marxista há interlocuções com outros sujeitos, os quais se fizeram essenciais para esse processo de aprendizagem. Sendo assim, agradecemos, primeiramente, a Deus por nos dar forças para enfrentarmos os desafios com sabedoria e paciência. E por estar sempre presente em todos os momentos difíceis que perpassaram essa jornada.

Agradecemos imensamente aos nossos familiares, estes se fizeram fundamentais nessa trajetória, foram o pilar fundamental para a concretização desse sonho, sempre nos apoiando e incentivando, compreendendo a nossa ausência em alguns momentos. A vocês que nos ensinaram a lutar pelos nossos sonhos e a nunca desistir e sim persistir, acreditaram na nossa capacidade e nos mostraram que obstáculos devem ser vistos como lições e que devemos enfrentá-los e recomeçar. Nossos sinceros agradecimentos.

Gratidão também a todos/as professores/as que tivemos a oportunidade de conhecer, cada um com suas particularidades, e com os/as quais aprendemos, questionamos, investigamos e refletimos sobre a sociedade, sobre as manifestações da questão social, a dinâmica do cotidiano, e sobretudo desvelamos o que há por trás dessa trivialidade do cotidiano ao qual estamos inseridas, fenômenos que estão para além dos quais a sociedade capitalista camufla, com a imediatividade das coisas. Por nos ensinarem o quanto importante é saber articular as dimensões e ser um profissional crítico e aperfeiçoar os conhecimentos, tendo sempre que se qualificar, pois a busca pelo conhecimento é permanente. Em especial, agradecemos a nossa orientadora por nos acompanhar nessa trajetória, por nos proporcionar discussões calorosas e nos fazer desenvolver a postura investigativa a cada passo da construção dessa monografia.

A nossa banca avaliadora, por serem profissionais comprometidas com o projeto ético-político profissional e com a perspectiva do materialismo histórico dialético.

Além disso, agradecemos a nossa supervisora acadêmica por possibilitar reflexões críticas a respeito da realidade vivenciada no campo de estágio. O que reforçou o debate entre a articulação teoria/prática. E sempre explicitou a importância do compromisso com a classe trabalhadora e com o Código de Ética Profissional de 1993. E as nossas supervisoras de campo, por oportunizarem a vivência da realidade profissional, pois, o estágio se constitui

como momento ímpar na formação profissional, o qual podemos desenvolver a dimensão investigativa e refletir sobre as expressões da questão social.

Não poderíamos deixar de agradecer aos nossos/as amigos/as que conhecemos ao longo desses anos na universidade, amigos/as estes/as que fizeram parte da nossa formação profissional, com os/as quais vivemos vários momentos, felizes, angustiantes, enfim, momentos que ficarão eternizados em nós. Uma amizade verdadeira que se constituiu, estaremos sempre juntos/as para enfrentarmos os desafios dessa sociedade que cada vez mais há o desmonte das políticas públicas e a negativa de direitos, permaneceremos na luta por uma sociedade democrática e por políticas públicas de qualidade, por uma educação pública de qualidade.

Enfim, agradecemos a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

Franciele Santos Mendonça

Patrícia Albuquerque de Oliveira Rocha

*Compreender não consiste em elencar dados. Mas em ver o nexó entre eles e em detectar a estrutura invisível que os suporta. Esta não aparece. Recolhe-se num nível mais profundo. Revela-se através dos fatos. Descer até aí através dos dados e subir novamente para compreender os dados: eis o processo de todo o verdadeiro conhecimento.*

*Leonardo Boff*

## RESUMO

Esta monografia objetiva compreender como a dimensão investigativa tem sido trabalhada na formação acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e como essa dimensão tem sido compreendida pelos discentes pesquisados. Para isso, recorremos ao método qualitativo, calcado na abordagem do materialismo histórico dialético, articulado à pesquisa exploratória, a análises bibliográficas e investigações feitas a partir da pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 15 discentes matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I e III, e em Laboratório de Ensino da Prática I e III. Com o objetivo de analisar se os estudantes de Serviço Social da UFS entendem a dimensão investigativa da forma que é preconizada nas Diretrizes Curriculares de 1996. Buscamos investigar como está ocorrendo o processo de ensino-aprendizagem da dimensão investigativa na perspectiva dos discentes. De modo geral, os resultados apontam que há uma aproximação por parte dos estudantes sobre a concepção da dimensão investigativa e o entendimento da importância dessa dimensão para o fazer profissional do assistente social. Porém esta postura investigativa não vem sendo compreendida por esses discentes como transversal ao curso em questão, e sim, há uma aproximação dessa postura, a partir de disciplinas específicas, principalmente, no que diz respeito às disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório. Além disso, os resultados obtidos indicam que a falta de investimentos na instituição de ensino em recursos materiais e humanos, e em projetos de pesquisas e/ou extensão tem dificultado o desenvolvimento da postura investigativa na formação profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social, dimensão investigativa, formação, Estágio Obrigatório.



## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis aims to understand how the investigative dimension has been worked in the academic formation of the Social Service course at the Federal University of Sergipe (UFS) and how this investigative dimension has been understood by the researched students. For this, we use the qualitative method, based on the approach of dialectical historical materialism, articulated to the exploratory research, bibliographical analyzes, and investigations made from the field research. Semi-structured interviews were conducted with 15 students enrolled in the subjects of Mandatory Supervised Internship in Social Service I and III, and Laboratory of Teaching of the Practice I and III, with the purpose of analyzing whether the Social Service students understand the investigative dimension in the way it is defended in the Curriculum Guidelines of 1966. In addition, we seek to investigate how the teaching-learning process of the investigative dimension is taking place in the perspective of the students. In general, the results indicate that there is a certain approximation on the part of the students about the conception of investigative dimension and the understanding of the importance of this dimension for the professional social worker. However, this investigative stance has not been understood by these students as transversal to the Social Service Course, but there is an approximation of this investigative stance based on specific subjects, especially with respect to the subjects of Mandatory Supervised Internship. Moreover, the results indicate that the lack of investment by an educational institution in material and human resources, in research projects and / or extension projects, has made the development of the investigative stance in the vocational training more difficult.

**Keywords:** Social Service, investigative dimension, formation, Mandatory internship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1- REALIZAÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.....	59
GRÁFICO 2- DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA A CONSTRUÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	67
GRÁFICO 3-SEXO DOS ENTREVISTADOS .....	75
GRÁFICO 4- FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS .....	77
GRÁFICO 5- PERFIL PROFISSIONAL DOS PESQUISADOS.....	79
GRÁFICO 6- TAXA DE DESEMPREGO ANUAL DE 2002 ATÉ 2014.....	80
GRÁFICO 7- TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, NA SEMANA DE REFERÊNCIA- (%) MENSAL DE 2016.1 A 2017.5. ....	81
GRÁFICO 8- CAMPO DE ESTÁGIO .....	82
GRÁFICO 9- APROXIMAÇÃO COM A DIMENSÃO INVESTIGATIVA .....	85
GRÁFICO 10- INCENTIVO DA INSTITUIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE PESQUISA E\OU EXTENSÃO .....	91
GRÁFICO 11- RECURSOS MATERIAIS\HUMANOS QUE A INSTITUIÇÃO PROPORCIONA PARA O DESENVOLVIMENTO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA..	93

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABESS** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL

**ABEPSS** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

**BICEN** - BIBLIOTECA CENTRAL

**CAPES** - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

**CBAS** - CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

**CES** - CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

**CFESS** - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

**CNE** - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**CNPq** - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

**CRESS** - CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

**DCs** - DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**DSS** - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**EAD** - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**ENPESS** - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL

**FIES** - FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

**GTPs** - GRUPOS TEMÁTICOS DE PESQUISA

**IBGE** - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**IES** - INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

**LDB** - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

**LEP** - LABORATÓRIO DE ENSINO DA PRÁTICA

**MCTI** - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**MEC** - MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

**PEAC** - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS

**PEC** - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**PET** - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

**PIBIC** - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**PNAD** - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA

**PNE** - POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO

**PROUNI** - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

**PUC/RJ** - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**PUC/SP** - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

**SIGAA** - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

**TCC** - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**TCLE** - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**TJSE** - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

**UFA** - UNIDADE DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

**UFRJ** - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**UFS** - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**UnB** - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>20</b>
<b>DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>20</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....	20
1.2 DIMENSÃO INVESTIGATIVA E A RELAÇÃO COM A DINÂMICA DO COTIDIANO .....	24
1.3 DIMENSÃO INVESTIGATIVA E A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL .....	28
1.4 CONCEPÇÃO DOS/AS DISCENTES ACERCA DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA .....	35
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>43</b>
<b>ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO: ESPAÇO PARA CONCRETIZAR A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>43</b>
2.1 DIMENSÃO INVESTIGATIVA NAS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL.....	43
2.2 PROJETO PEDAGÓGICO PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFS E A DIMENSÃO INVESTIGATIVA.....	49
2.3 DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO.....	52
2.4 DIMENSÃO INVESTIGATIVA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NA PERSPECTIVA DOS/AS DISCENTES.....	58
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>71</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>71</b>
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS ENTRAVES POSTOS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL .....	72

3.2 DIMENSÃO INVESTIGATIVA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM .	74
3.2.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS/AS .....	75
3.2.2. CAMPO DE ESTÁGIO EM QUE OS/AS ENTREVISTADOS ESTÃO INSERIDOS/AS.....	82
3.2.3. DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS/AS ENTREVISTADOS/AS .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>111</b>
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	112
APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRECIONADO AOS DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE- UFS .....	113
<b>ANEXO .....</b>	<b>118</b>
ANEXO A- DADOS DO CURRÍCULO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFS .....	119

## INTRODUÇÃO

Diante do cenário de everfesciente debate nos anos de 1990 entre as unidades de ensino, sobre o modo de pensar e agir, é que a dimensão investigativa ganha ênfase na construção do fazer profissional com a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (DCs), em 1996, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)<sup>1</sup>. A partir do estabelecimento das DCs, os cursos passam a seguir outra lógica curricular, a qual tem por base o que está disposto neste documento, o qual estabelece um patamar de ensino comum aos cursos de Serviço Social.

Consideramos que é válido ressaltar que a educação superior pública, no cenário atual, tem sido precarizada, exemplos que evidenciam esse quadro são: o surgimento do ensino a distância, condições do trabalho docente precarizadas, o aumento do número de instituições privadas e o incentivo ao financiamento das mensalidades. Diante deste quadro, nos questionamos se a dimensão investigativa está sendo desenvolvida de acordo com as orientações das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 1996, a Política Nacional de Estágio (PNE) e o Projeto Pedagógico da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Destacamos ainda que a postura investigativa é inerente a maior parte das competências profissionais.

A pesquisa objetivou compreender o lugar dado à dimensão investigativa, na formação profissional, a partir do olhar do aluno e analisar como este futuro profissional está desenvolvendo a sua capacidade investigativa. A relevância do tema consiste na contribuição para as discussões referentes à formação profissional do assistente social, o qual possibilitará analisar como essa dimensão investigativa tem sido apropriada pelos discentes. E assim elucidar que esta deve ser trabalhada como “a permanente curiosidade, expectativa para aprender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o levar a ir além” (FRAGA, 2010, p.52). A dimensão investigativa constitui-se como fundamental no fazer profissional, e sua ausência compromete à qualidade dos serviços prestados à população. Este compromisso com a população usuária está previsto no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993, no princípio X quando diz: “Compromisso com a qualidade dos

---

<sup>1</sup>A partir de 1998 essa entidade passou ser denominada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) devido às mudanças na sua estrutura.

serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012, p. 24).

É nessa perspectiva que privilegiamos como objeto de pesquisa a análise da dimensão investigativa na formação profissional do assistente social. Desse modo, a nossa proposta está vinculada ao seguinte questionamento: como a dimensão investigativa está sendo trabalhada na formação profissional dos/as estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS)? Para isso, a contextualizamos na literatura de Serviço Social, verificamos como a inserção do/a aluno/a no espaço socioinstitucional pode possibilitar a concretização dessa investigação na formação e analisamos como está ocorrendo o processo de ensino-aprendizagem dessa dimensão investigativa na perspectiva do/a discente.

O interesse pelo tema surgiu a partir das disciplinas de Oficina de Instrumentalidade Profissional I e II quando as pesquisadoras tiveram um maior aprofundamento do conhecimento sobre as dimensões: teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa. Essas dimensões devem constituir a formação e a prática profissional do assistente social. Entretanto, a presente pesquisa, devido ao curto período dado para sua elaboração, focalizou a dimensão investigativa na formação profissional.

A metodologia que se objetivou no presente estudo está calcada na abordagem do materialismo histórico dialético<sup>2</sup>, a qual permite o desvelamento da realidade social. Dessa forma, a pesquisa privilegiou a leitura crítica da realidade e propiciou os subsídios para a apreensão do objeto de estudo proposto. Assim sendo, tomando por referência os objetivos, a pesquisa foi exploratória<sup>3</sup>, a qual permitiu um contato mais próximo com o problema a ser investigado. A análise foi de caráter qualitativo<sup>4</sup> tendo em vista que utilizou a entrevista junto aos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, matriculados

---

<sup>2</sup> Conforme Minayo (2004, p.92) “a relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa a teoria que por sua vez a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica”.

<sup>3</sup> De acordo com Gil (2012, p.27) “pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

<sup>4</sup> Segundo Rampazzo e Corrêa (2008, p.70) “na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são importantes: a constância, a interrupção, a fala e o silêncio. Busca compreender o que ele subjaz. Tais categorias são o centro de referência das análises e interpretações. Porém, a pesquisa qualitativa não descarta o uso de instrumentos da coleta de dados utilizados na pesquisa quantitativa, pois estes podem vir a mostrar uma relação mais ampla entre fenômenos mais particulares”.



em 2016/2 nas disciplinas que compõem o estágio curricular obrigatório. São elas: Estágio Supervisionado em Serviço Social I e III e Laboratório de Ensino da Prática (LEP) I e III. A escolha do público-alvo foi devido ao fato dos alunos matriculados em estágio obrigatório e LEP terem cursado a maior parte das disciplinas do curso e estar em contato com a realidade socioinstitucional.

Em relação à amostra para a pesquisa, foram entrevistados 18,7% dos 48 discentes das disciplinas de Estágio Supervisionado I e LEP I e 13,3% dos 45 discentes das disciplinas de Estágio Supervisionado III e LEP III. Sendo assim, foram entrevistados/as no total 15 discentes. A amostra foi intencional<sup>5</sup>, constituímos uma amostra para cada período, os critérios estabelecidos para selecionar os/as discentes, sujeitos da pesquisa para compor a amostra foram: estar matriculado nas disciplinas de estágio, estar disponível para a entrevista e o acesso das pesquisadoras ao público-alvo.

Inicialmente, pensamos em incluir os/as discentes vinculados/as ao estágio II, mas devido aos entraves burocráticos que se colocaram à instituição de ensino, especificamente, ao Departamento de Serviço Social (DSS), não foi possível. Exemplificando os entraves temos: a falta de espaço institucional para a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, visto que o período letivo 2016/2 iniciou em meados de novembro e com isso, algumas instituições alegaram não possuir vagas, outras não aceitam estágio obrigatório, somente estágio não-obrigatório, a exemplo do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). A exigência em relação aos convênios com as instituições, pois, estas acabam por dificultar, na medida em que colocam vários condicionantes; a burocracia interna na UFS para a formalização dos convênios; dentre outros.

Todos esses entraves acabaram por dificultar o início do Estágio Supervisionado I, fato que atrasou o estágio II, com isso, realizamos as entrevistas apenas com os/as alunos/as matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e III e LEP I e III devido ao curto

---

<sup>5</sup> A amostra intencional de acordo com Minayo (2004, p.102) “- Privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer; - considera-os em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta; - entende que sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças; - esforça-se para que a escolha do lócus e do grupo de observação e informação contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa”.

espaço de tempo para a realização da pesquisa. Ressaltamos que o estágio III já estava em processo de andamento<sup>6</sup>.

A exploração se constituiu na observação e entrevistas com os/as discentes de estágio para coletar dados sobre a formação profissional, possibilitando uma análise qualitativa. A pesquisa de acordo com os procedimentos técnicos foi um estudo de campo<sup>7</sup> e as interpretações dos dados coletados foram realizadas à luz da pesquisa bibliográfica.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram à entrevista semi-estruturada, os sujeitos que se dispuseram a participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>8</sup>, para que posteriormente fossem coletadas as informações. Os discentes que consentiram autorização, gravamos as entrevistas e transcrevemos posteriormente; buscou-se evitar na realização das entrevistas qualquer tipo de constrangimento decorrente da relação constituída entre os alunos e as pesquisadoras. Após essa fase, os dados coletados foram organizados e sistematizados em categorias de análises<sup>9</sup> para o desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia utilizada almejou obter clareza em relação a como a dimensão investigativa vem sendo apreendida na formação profissional pelos/as discentes do curso de Serviço Social da UFS.

A monografia está dividida em três capítulos: Dimensão investigativa na formação profissional do assistente social; Estágio Curricular Obrigatório: espaço para concretizar a dimensão investigativa na formação profissional; Desenvolvimento da dimensão investigativa na formação profissional.

---

<sup>6</sup>O curso de Serviço Social da UFS oferta disciplinas anualmente, por esse motivo tanto o estágio I quanto o estágio III iniciaram no período letivo de 2016/2. Porém como já mencionado o estágio I atrasou. Sendo assim, o estágio II iniciou com atraso no período letivo 2017/1.

<sup>7</sup>Segundo Gil (2012, p.57) “[...] Os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa”.

<sup>8</sup> Ver apêndice A.

<sup>9</sup>De acordo com Martinelli (1999, p. 80) “[...] as categorias manifestam as diferentes determinações constitutivas do ser, ou seja, totalidades parciais que só conseguem reconhecimento e compreensão científica, pelo menos no plano do materialismo histórico-dialético, quando são visualizadas dentro de totalidades mais abrangentes. Não se quer dizer com isso que essa restrição elimine a ‘peculiaridade’ ontológica da categoria enquanto ‘formas do ser’, mas impede, pelo o que nos parece, a possibilidade de generalizações calcadas em apenas aspectos singulares do ser, e, por conseguinte, deslocados da totalidade. Por meio das categorias podemos então fazer uma viagem do singular ao universal, mediatizados pelo particular”.

O primeiro capítulo intitulamos: “Dimensão investigativa na formação profissional do assistente social”, o qual analisamos a dimensão investigativa na literatura do Serviço Social, com o objetivo de compreender seu significado a partir da perspectiva crítico-dialética. Construímos problematizações e reflexões a respeito da relação intrínseca da dinâmica do cotidiano com a ação investigativa do assistente social, com o intuito de desvelar a riqueza e complexidade do cotidiano profissional. Em seguida, investigamos a pesquisa em Serviço Social associada à postura investigativa, pois, compreende-se que estas se configuram como elementos constitutivos e indissociáveis do fazer profissional do assistente social, por fim, verificamos a compreensão dos/as estudantes acerca da dimensão investigativa.

Em seguida, o segundo capítulo: “Estágio Curricular Obrigatório: espaço para concretizar a dimensão investigativa na formação profissional” realizamos um estudo minucioso, a partir dos documentos oficiais do Serviço Social, com a finalidade de compreender como essa dimensão é colocada na formação profissional dos assistentes sociais. Visto que, o ato de investigar se torna fundamental na formação e exercício profissional do assistente social, pois, é a partir da postura investigativa que se tem um conhecimento maior da realidade, o que permite elaborar novas formas de enfrentamento para as expressões da questão social<sup>10</sup>. Investigamos a dimensão investigativa na perspectiva dos/as discentes com o intuito de verificar a realidade vivenciada por esses estudantes, durante o processo de formação profissional, e em especial no estágio obrigatório.

Por fim, o terceiro capítulo sob o título “Desenvolvimento da dimensão investigativa na formação profissional”, buscamos contextualizar os entraves postos a formação profissional do assistente social, e investigar com base nos estudos bibliográficos e nas entrevistas realizadas com os/as discentes de Serviço Social da UFS, como está ocorrendo o processo de ensino-aprendizagem da dimensão investigativa na perspectiva dos/as discentes. Analisamos as condições objetivas para apreensão dessa postura investigativa, as estratégias utilizadas pelos docentes para aguçá-la, os desafios e dificuldades para compreensão e a realização dessa dimensão na formação acadêmica, dentre outros. Essa última proposta constitui-se em defrontar a hipótese de que a dimensão investigativa não tem sido compreendida pelos estudantes da forma que é estabelecida nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 1996.

---

<sup>10</sup> A questão social é a expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas expressões. Para aprofundar o debate sugerimos ver SANTOS, J. S. Questão Social: Particularidade do Brasil. v, 6. São Paulo: Cortez, 2012.

O presente estudo é ordenado sob a afirmativa de que “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade” (LUCKESI, 1994, p. 122). Desse modo, a perspectiva teórico-metodológica que se objetiva no presente trabalho é a perspectiva crítico-dialética, a qual situa o conhecimento para além dos fatos imediatos, este incorpora a contradição<sup>11</sup>, e a totalidade<sup>12</sup> dos fatos, buscando assim, conhecer para atuar sobre a realidade.

---

<sup>11</sup> Guerra (2009, p. 12) afirma que “toda realidade carrega forças que se confrontam a todo o momento. A contradição é o princípio básico do movimento de constituição da própria realidade. É no confronto destas forças em oposição na realidade (aparência/essência, mudança/permanência, imediato/mediato, velho/novo, etc.) que o método dialético vai permitindo ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos. O que é importante citar é que deste movimento dialético, dado pelos vetores negativos que entram em contradição, a realidade se coloca tanto como possibilidades quanto como restrição de possibilidades”.

<sup>12</sup> Para Guerra (2009, p.11) “totalidade indica, pois, que as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las”.

## **CAPÍTULO 1**

### **DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

*Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível.*

*Karel Kosik*

Nessa primeira seção, realizamos uma contextualização sobre a dimensão investigativa do Serviço Social a partir da revisão da literatura. E tecemos reflexões a respeito da postura investigativa no cotidiano profissional; e sobre a atitude investigativa associada à pesquisa em Serviço Social. Construimos análises fundamentadas na perspectiva crítico-dialética sobre a percepção dos/as discentes acerca da dimensão investigativa e a importância dessa atitude investigativa no fazer profissional dos assistentes sociais na perspectiva dos/as pesquisados/as.

#### **1.1 Contextualização da dimensão investigativa do Serviço Social**

A dimensão investigativa do Serviço Social, segundo Fraga (2010, p. 42), “é o fomento básico do exercício profissional do assistente social que se refere ao movimento de desocultamento do real”. Desse modo, a atitude investigativa possibilita sair do campo do imediato e buscar a essência dos fenômenos.

[...] a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (GUERRA, 2009, p. 13).

É necessário que o assistente social busque de forma contínua o processo de aprendizagem para criar novas estratégias, para que possa refletir sobre o atual cenário de agravamento das múltiplas expressões da questão social. Assim sendo, o assistente social deve responder a essas demandas, através de uma leitura crítica da realidade, para refletir e identificar as inúmeras modificações que se processam na sociedade contemporânea, tal reflexão deve ser feita a partir de uma perspectiva macroscópica, a qual considere todos os aspectos: econômicos, políticos, sociais e culturais.

O Serviço Social na contemporaneidade é muito mais do que título formal, pois sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que deles possa ser contemporâneo. Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma postura investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.49).

É fundamental que o assistente social tenha clareza das dimensões referentes à competência profissional. Iamamoto (2000), após realizar uma análise dos desafios colocados ao Serviço Social nos dias atuais, apontou três dimensões, nas quais o profissional deve ter capacidade.

Assim, define a dimensão teórico-metodológica, como aquela que possibilita analisar a realidade social, além dos fenômenos aparentes, para assim, construir novos saberes. A dimensão ético-política possibilita ao profissional reconhecer princípios e valores ético-morais que balizem e deem sustentação a prática profissional. E a dimensão técnico-operativa permite ao profissional de Serviço Social criar instrumentos, estratégias, técnicas e habilidades para responder as demandas colocadas à profissão.

Portanto, é essencial a articulação dessas três dimensões profissionais apontadas por Iamamoto (2000), mas a dimensão investigativa, que é a permanente busca por algo novo, é a

postura inquieta do profissional, desse modo, “a ausência dessa postura [...] pode levar à estagnação do aprendizado profissional, o que, conseqüentemente, comprometerá o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária” (FRAGA, 2010, p.52).

Assim, o profissional terá capacidade, habilidade e competência para defrontar essa realidade contemporânea, com um olhar crítico. Sousa (2008) destaca a necessidade de articular teoria e prática para se ter uma qualificação profissional crítica.

A necessidade da articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser encaradas como dimensões separadas, pois isso pode gerar uma inserção desqualificada do Assistente Social no mercado de trabalho, bem como ferir os princípios éticos fundamentais que norteiam a ação profissional (SOUSA, 2008, p.122).

Portanto, a intervenção profissional deve estar pautada no projeto ético-político da profissão, na articulação das dimensões, sobretudo em seu caráter investigativo e crítico, para assim, traçar novos horizontes, em busca do enfrentamento das múltiplas expressões da questão social que se colocam no contexto neoliberal.

[...] a dimensão investigativa: ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão (GUERRA, 2009, p.16).

Guerra (2009, p.1) traça um perfil particular ao profissional de Serviço Social que “prioriza a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos”. Dessa maneira, o perfil descrito pela autora supracitada exige um arcabouço teórico-metodológico sólido, que permita análises críticas da realidade social, compromisso com os valores e princípios profissionais, e um conjunto técnico-instrumental, para possibilitar ao profissional criar estratégias para responder ao fazer profissional de forma competente e qualificada.

Do mesmo modo, Iamamoto (2000, p.49) delineia o perfil profissional do assistente social que a sociedade contemporânea exige.

[...] um profissional afinado com análises e processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo também, para moldar os rumos de sua história.

Netto (2009) ao discutir o método da teoria social demarca três condições fundamentais para uma postura investigativa do assistente social na intervenção profissional, a saber: a primeira refere-se a uma análise global da sociedade; a segunda remete-se a compreensão das múltiplas manifestações da questão social; a terceira sinaliza a necessidade de o assistente social apoderar-se de um crítico arcabouço teórico-metodológico. Essas condições estão relacionadas aos três Núcleos de Formação das Diretrizes Curriculares “1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABESS, 1996, p.8).

Assim sendo, a primeira condição apontada por Netto (2009) remete a uma análise global da sociabilidade, assim, devemos ter conhecimentos do modo de produção capitalista e como ocorre na nossa sociabilidade, ter conhecimentos referentes à economia-política, a estrutura do Estado, classe social, à formação sócio-histórica, para possibilitar as análises de conjuntura na contemporaneidade.

A segunda diz respeito à necessidade do profissional de Serviço Social compreender as múltiplas expressões da questão social, e entender as políticas sociais, que são uma forma de enfrentamento dessas expressões da questão social. “O profissional precisa encontrar as principais *mediações* que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela ‘questão social’ no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais” (NETTO, 2009, p. 32, grifos do autor). O autor afirma que é fundamental o conhecimento das políticas sociais, bem como as suas fontes e formas de financiamento, pois, “[...] é indispensável para o profissional *contextualizar* a sua intervenção; a determinação daquelas mediações possibilita apreender o *alcance* e os *limites da sua própria atividade profissional*” (NETTO, 2009, p.32, grifos do autor).

A terceira refere-se à capacidade crítica que o assistente social possui para apoderar-se do conhecimento teórico de um problema específico.



[...] É necessário dominar a bibliografia teórica (em suas diversas tendências e correntes, as suas principais polêmicas), a documentação legal, assistematização de experiências, as modalidades das intervenções institucionais e instituintes, as formas e organizações de controle social, o papel e o interesse dos usuários e dos sujeitos coletivos envolvidos etc. Também é importante, neste passo, ampliar o conhecimento sobre a instituição/organização na qual o próprio profissional se insere (NETTO, 2009, p.32).

Netto (2009, p. 33, grifos do autor) destaca que essas três condições não são processos sucessivos, “são passos *constitutivos* do *processo* pelo qual o profissional pode desenvolver de fato uma *atitude investigativa* numa perspectiva compatível com o espírito do método de Marx”. Ressalta ainda que esse processo deve ser de forma contínua e renovada.

Portanto, é necessário que o assistente social busque, continuamente, o processo de aprimoramento e qualificação profissional para não cair nas armadilhas do agir empiricamente<sup>13</sup>. Além de tudo é fundamental que se tenha uma visão clara de sua práxis, para responder as demandas contemporâneas e, sobretudo, para que possa realizar mudanças significativas na defesa dos direitos sociais, para assim construir uma nova sociabilidade conforme está pautado no Código de Ética Profissional de 1993.

## 1.2 Dimensão investigativa e a relação com a dinâmica do cotidiano

Refletir sobre a dimensão investigativa na formação acadêmica dos assistentes sociais requer uma análise sobre o cotidiano. Segundo Lefebvre (1991, p.24) “em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos [...] horas, dias, semanas, meses, anos [...]”.

A dinâmica do cotidiano é caracterizada como sendo a vida rotineira, baseada na espontaneidade, na repetição, no imediatismo.

---

<sup>13</sup> O agir empiricamente está relacionado às ações instrumentais, ou seja, as ações de caráter imediato, sem a articulação com as dimensões do Serviço Social. Segundo Guerra (2007, p. 10) essas ações instrumentais “são respostas operativo-instrumentais, nas quais impera uma relação direta entre pensamento e ação e onde os meios (valores) se subsumem aos fins. Abstraídas de mediações subjetivas e universalizantes (referenciais teóricos, éticos, políticos, sócioprofissionais, tais como os valores coletivos) estas respostas tendem a perceber as situações sociais como problemáticas individuais (por exemplo: o caso individual, a situação existencial problematizada, as problemáticas de ordem moral e/ou pessoal, as patologias individuais, etc.)”.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. [...] Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. [...] No cotidiano os homens tanto adquirem quanto exercitam seus conhecimentos, as suas habilidades, ideias, sentimentos [de modo que] é adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade (HELLER, 1989, p.17-18 apud GUERRA, 2013, p.49-50).

Desse modo, o cotidiano tem como uma das características principais o caráter subjetivo, ou seja, cada indivíduo vê o mundo de maneira particular, formando as suas opiniões, sem a preocupação de testá-las ou de fundamentá-las num exame isento e crítico da realidade. E também, o caráter superficial se conforma com a aparência, não busca a essência dos fenômenos.

O cotidiano profissional é pleno de requisições de cumprimento de normas, regulamentos, orientações ou decisões de superiores, os quais impõem ao profissional a necessidade de respostas às mesmas. Nesse contexto, a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando de um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos (GUERRA, 2013, p.52).

O cotidiano profissional se for visto somente pela via instrumental irá se caracterizar por sua imediatividade, pela rotina, de modo que o assistente social torna-se alienado, acrítico, obsoleto. Dessa forma, impede o desenvolvimento da capacidade e enxergar a realidade para além de sua aparência. Por isso, a necessidade de se refletir sobre esse cotidiano. Pois, “reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social um meio para o alcance de quaisquer finalidades” (GUERRA, 2013, p.54).

Todavia, se compreendermos o cotidiano numa perspectiva crítica, embasada na dimensão investigativa, percebemos a realidade para além do que está posto, saindo do campo do imediato e da aparência para buscar a essência, o real motivo dos fatos. Pois, “é no cotidiano profissional que as dimensões da profissão se atravessam, se entrecruzam, mas também se confrontam, todo momento, conformando uma unidade de elementos diversos” (GUERRA, 2013, p.70).

A atitude investigativa é de fundamental importância no cotidiano profissional, visto que é nesse mesmo cotidiano que se apresenta fragmentado, que surgem as possibilidades de ultrapassá-los. O profissional deve ter uma perspectiva crítica e “tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões” (GUERRA, 2007, p.12), através da

mediação<sup>14</sup>. Esta configura-se como uma categoria da práxis<sup>15</sup> que tem dimensões profundas e caráter político.

Portanto, o cotidiano no horizonte profissional, se for visto somente pela razão instrumental, é o lugar onde imperam as demandas imediatas, que são postas pela sociedade capitalista, tornando-se respostas fragmentadas, pontuais, paliativas. Assim sendo, se o profissional compreender o cotidiano apenas por essa via instrumental não irá se perguntar qual é o limite do possível. Porém, como já mencionamos, é o próprio cotidiano como espaço das contradições que permite ao profissional, análises mais complexas e concretas da realidade, através de uma postura investigativa.

Esta postura diante do cotidiano permitirá ao profissional de Serviço Social uma análise mais profunda das manifestações das múltiplas expressões da questão social no contexto neoliberal, possibilitando as formas de seu enfrentamento através das políticas públicas. Além do mais, irá permitir uma análise a respeito da instituição onde atua, da política social que está inserido, as demandas institucionais, a relação com os usuários, com a equipe multidisciplinar ou interdisciplinar<sup>16</sup> etc. Para uma apreensão crítica da realidade, como uma forma de superar as respostas imediatas e espontâneas.

Conforme Juncá (2012), para os usuários o que mais importa são as soluções imediatas, devido às exigências postas para a sobrevivência. E essas soluções são basicamente: uma casa para morar, uma cesta básica, atendimento médico, creche para deixar

---

<sup>14</sup> Setúbal (2005, p. 65) afirma que “Marx apreende a mediação a partir do seu significado histórico, social, coletivo e da sua natureza, que transcende às ações imediatas existentes entre o sujeito e o objeto”. Sobre esta categoria mediação, sugerimos ver a obra de PONTES, R. N. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002. Nessa obra, o autor referido elucida teórica e didaticamente a categoria mediação, fundamentado nas ideias filosóficas de Hegel, Marx e Lukács.

<sup>15</sup> Para aprofundar o debate ver VAZQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

<sup>16</sup> A multidisciplinaridade envolve os profissionais de diversas áreas, diferentemente da interdisciplinaridade que se refere ao diálogo entre os profissionais das diversas áreas sobre um mesmo assunto, porém cada um com sua interpretação de acordo com suas áreas do saber. A esse respeito sugerimos ver FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 101, jan./mar. 2010. A autora além de tratar sobre a questão da dimensão investigativa no Serviço Social elucida também a questão da interdisciplinaridade no Serviço Social, explicando os conceitos, a diferença entre multidisciplinar e interdisciplinar, e faz reflexões sobre a interdisciplinaridade no exercício profissional do assistente social. A interdisciplinaridade supõe uma “[...] atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo - ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo -, atitude de humildade diante do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio - desafio perante o novo, desafio de redimensionar o velho -, atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas sobretudo de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida” (FAZENDA 2003, p. 82 apud FRAGA, 2010, p.58).

os filhos, asilo para abrigar um idoso em situação de violência ou abandono, retirar um sujeito em situação de rua, remédios, entre outros. Não há dúvidas de que essas questões de violações aos direitos humanos exigem respostas diretas, para garantir a sobrevivência desses sujeitos. Os assistentes sociais são colocados em uma situação conflituosa, pois esses indivíduos, nesse momento, necessitam de respostas no mesmo momento. Nessas situações de violações do acesso aos direitos, os assistentes sociais são desafiados a dar respostas imediatamente. Porém, há que se observar cuidadosamente na aparente realidade, a imersão no imediato.

[...] Sem dúvida esta realidade pesa, mas o problema é a imersão neste imediato, é o que se vê e deixa de ser visto nele, é o como se transita nele, limitando as ações às consequências, deixando amortecidas suas múltiplas e complicadas causas, causas estas encaradas como algo abstrato e distante. Mais que isto, o grande limite, talvez, se encontre no ato de deixar-se levar pela reprodução e repetição, enquanto, contraditoriamente se adota o discurso da cidadania, da transformação, da emancipação, ignorando-se os caminhos a serem percorridos e as mediações a serem construídas (JUNCÁ, 2012, p. 184).

Assim sendo, concluímos que essas respostas imediatas, manipulatórias e fragmentadas da vida cotidiana e postas pela ideologia dominante só podem ser enfrentadas através da apreensão da mediação e da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e a dimensão investigativa, para ir além dos ideais dominantes.

Para Lefebvre (1991, p. 44) é preciso “revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário”. É necessário “estranhar o familiar” para superar análises superficiais e genéricas do cotidiano. Esse estranhamento é imprescindível para a realização do fazer profissional do assistente social, para que ele possa defrontar os desafios, sair da passividade e ultrapassar os ideais ditados pela classe dominante (MORAES, 2016).

A dimensão investigativa possibilita ao assistente social um estudo bastante complexo e profundo da sociedade capitalista<sup>17</sup>; da precarização do trabalho; da política pública; do espaço institucional; das relações de conflito/poder na própria instituição; tecer reflexões e indagações sobre a atuação profissional; as estratégias utilizadas; a relação com os usuários e com a equipe de trabalho; dentre outros.

---

<sup>17</sup>Para aprofundar o debate sugerimos ver a obra de NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

Moraes (2016, p.110) destaca que a postura investigativa “não depende de recursos financeiros e materiais para sua realização (embora a falta ou precariedade desses recursos interfiram objetivamente em seu processo de construção)”. O autor ressalta que a postura investigativa depende do compromisso com os valores ético-políticos, com o aprimoramento profissional constante, com as análises críticas da realidade concreta. Salienta ainda que essa postura não está relacionada a dons sobrenaturais, a qual contempla sujeitos privilegiados.

[...] ela deve ser democrática, inerente ao trabalho de todo assistente social e, portanto, precisa ser ensinada na graduação em Serviço Social, a partir de problematizações da realidade social, por meio de participação em eventos científicos, debates de temas históricos e atuais, capazes de aguçar o olhar sensível, crítico, curioso e aberto a novas possibilidades, com clareza do “por que”, “para que” e “como” conhecer. Conhecimentos capazes de trazer significados para apropriação e não apenas para o entendimento (MORAES, 2016, p.110).

O assistente social ao fazer análises da realidade social demanda certa competência, a qual requer um aprimoramento e qualificação profissional constante. Como já mencionamos anteriormente, para não cair nas armadilhas do cotidiano e agir de forma meramente técnica. É necessário também que o profissional faça as anotações sistemáticas do cotidiano profissional para possibilitá-lo a refletir de forma crítica, sendo que é de suma importância que essas análises e reflexões estejam baseadas no projeto ético-político da profissão.

Assim sendo, conforme Moraes (2016) esses procedimentos de sistematizar dados podem gerar novas investigações, até mesmo futuras pesquisas referentes à realidade social. Além disso, destacamos que é fundamental aprimorar a discussão sobre dimensão investigativa no fazer profissional e associada à produção do conhecimento em Serviço Social, ou seja, a pesquisa, para instigar o olhar curioso e crítico dos assistentes sociais, e permitir que esses desvelem novas possibilidades para o enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social.

### **1.3 Dimensão investigativa e a pesquisa em Serviço Social**

A partir das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, em 1996, a modalidade de pesquisa em Serviço Social e a dimensão investigativa passam a ser entendidas

“como centrais e transversais na formação de assistentes sociais” (MORAES, 2016, p.96). No entanto, o autor ressalta que, em meados de 1970, foi desencadeada uma revisão curricular dos cursos de Serviço Social, sob a coordenação da ABESS, sendo aprovada, em 1979, na Convenção Nacional, realizada na cidade de Natal, e pelo Ministério de Educação (MEC), em 1982, passando assim a instituir a pesquisa como disciplina obrigatória para os cursos de Serviço Social, com o intuito de romper com a visão acrítica, aclassista e ahistórica.

Os profissionais de Serviço Social, a partir da aproximação com a teoria social marxista, objetivaram a articulação da formação profissional a realidade social posta, assim foi incluída novas disciplinas e conteúdos com a finalidade de preparar o assistente social para o mercado de trabalho, a fim de que este possa desvelar as múltiplas expressões da questão social. Conforme salienta Iamamoto (2005, p.7):

A formação pretendida encontra-se apoiada no tripé ensino/pesquisa/extensão, materializando as múltiplas dimensões que qualificam a instituição universitária. Representa um avanço na formação do assistente social que, historicamente privilegiou o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. Hoje, a pesquisa é vista como um elemento constitutivo do exercício e da formação desse profissional, e não apenas uma atividade eventual. Engloba tanto o desenvolvimento de uma atitude investigativa, quanto a competência para a formulação de projetos de pesquisa e para a sua realização. Ora, é preciso conhecer a questão social, “matéria-prima” do trabalho profissional, como condição para atuar na direção dos objetivos propostos. Supõe identificar os processos sociais a serem analisados, as novas mediações que os requalificam, como são vividos pelos indivíduos sociais e como os enfrentam.

Analisar a pesquisa no Serviço Social é compreender de forma crítica os processos sócio-históricos constitutivos da profissão e suas determinações, com o objetivo de transpor a realidade aparente.

Salientamos que nas décadas de 1970 e 1980, nesse contexto de debate sobre a produção do conhecimento<sup>18</sup> em Serviço Social, é criado, em 1972, o primeiro curso de Pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -PUC/RJ, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. Já em 1976, surge na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Ademais, em 1980, foi instituído o Doutorado na PUC/SP, o qual foi o

---

<sup>18</sup> Em conformidade com Moraes (2016), ressaltamos que o processo de consolidação e avanço da produção de conhecimento em Serviço Social teve como ponto fundamental as dissertações de mestrado e teses de doutorado da Revista Temporalis (1998), Serviço Social e Sociedade (1979) e Katálysis (1997). É relevante frisar a importância dos encontros de pesquisas e das publicações de artigos em anais.

primeiro em Serviço Social a ser instituído na América Latina e reconhecido pelo CNPq<sup>19</sup> e pela CAPES<sup>20</sup>. Foram criados, em 1991, dois cursos de mestrado na Universidade de Brasília-UnB (KAMEYAMA, S\D).

A pesquisa em Serviço Social se faz necessária diante do cenário contemporâneo, como aborda a ABESS (1996, p.18), que esta deve ser articulada a uma postura investigativa, e deve ser operacionalizada na formação profissional a partir de conteúdos referentes à:

Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

Assim, conforme Pinto (1993, p.39) “a pesquisa não pode se referir só aos aspectos objetivos da realidade social”. É necessário que incorpore também aspectos da subjetividade, os quais devem considerar “as representações dos sujeitos que vivem e sofrem essa realidade humana” (PINTO, 1993, p.39), levando-se em conta as “[...] emoções, sentimentos, valorações, intuições e paixões e a forma como tudo isso é pensado, imaginado, simbolizado” (PINTO, 1993, p.39), ou seja, é necessário conhecer a população usuária dos serviços, atentando-se para as questões referentes a quem é esse sujeito, como vive, em qual meio está inserido, etc. Buscando compreender todo o contexto social que está em volta; refletir sobre as políticas sociais públicas e sobre a qualidade dessas no trato com as expressões da questão

<sup>19</sup>O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (que até 1974 era denominado Conselho Nacional de Pesquisas, cuja sigla, CNPq, permanece até hoje) é um órgão que está associado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para incentivo à pesquisa no Brasil. Foi criado em 15 de janeiro de 1951 pela Lei nº 1.310, com a finalidade de fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a investigação nessas áreas, e estimular a formação de pesquisadores brasileiros. Ademais, “desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional” (BRASIL, S\D).

<sup>20</sup>“A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. A Capes tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem” (BRASIL, 2017).

social; o papel do Estado e das instituições públicas; os serviços e benefícios; o papel do Serviço Social; dentre outros.

Bourguignon (2007, p.51) corrobora com Pinto quando afirma que a pesquisa em Serviço Social precisa reconhecer o sujeito pesquisado como ser histórico-social, que:

[...] deve ser considerado protagonista de sua própria história e não dado ou fonte de informação. Preocupar-se com o sujeito implica em não perder de vista o contexto sócio-histórico em que se insere e em que se dão as relações entre o profissional assistente social e o cidadão. A preocupação com o reconhecimento do sujeito-cidadão está presente no projeto ético-político da profissão e necessita ganhar maior relevância, tanto no âmbito da prática profissional em organizações sociais, como no desenvolvimento de pesquisas científicas. A pesquisa deve não só compreender as questões estruturais, mas também a perspectiva de totalidade do processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Por isso, as diferentes formas de como o sujeito se relaciona com a realidade social não podem passar despercebidas nas pesquisas da área.

Para Martinelli (2005, p. 10) o ato de pesquisar “[...] é o exercício do olhar rigoroso, crítico, atento, é a busca do desvendamento crítico da realidade em análise, com vistas a uma intervenção mais qualificada”. Ressaltamos que a pesquisa em Serviço Social se distingue da pesquisa acadêmico-científica<sup>21</sup> na medida em que a pesquisa associada ao trabalho profissional do assistente social busca ultrapassar a “concepção histórica de competência germinada pelo capitalismo e presente em instituições empregadoras” (MORAES, 2016, p. 134-135). Ou seja, a pesquisa em Serviço Social busca olhar além da realidade posta, e procura superar as atividades rotineiras da instituição, com o intuito de transpor a reprodução das desigualdades sociais, e tem o compromisso com a classe trabalhadora, assim, o assistente social no processo de sistematização da pesquisa associado ao trabalho profissional busca construir “o elo crítico por dentro de seu espaço de trabalho e com a realidade coletiva” (MORAES, 2016, p.134). Destacamos que todo o processo de sistematização de pesquisas exige-se a postura investigativa, mas nem toda investigação presume a elaboração de propostas de pesquisas.

Guerra (2009, p.8-9) corrobora com Moraes (2016) quando afirma que a prática do processo de sistematização da pesquisa em Serviço Social permite:

---

<sup>21</sup>Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa científica é definida como o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.



[...] identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância. O processo de sistematização nos indica a necessidade de elaboração do projeto de intervenção e as lacunas no nosso conhecimento para resolvermos determinados problemas. Nele, os procedimentos do entendimento são não apenas suficientes, mas adequados. Aqui, a investigação da realidade se situa como exigência do exercício profissional.

A articulação entre a dimensão investigativa e a pesquisa em Serviço Social se processa no exercício profissional, na relação entre teoria e prática, a qual a partir da relação dialética busca-se ao mesmo tempo, produzir conhecimento e transformar a realidade, a partir de uma leitura crítica dessa realidade social.

A especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo Serviço Social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter sempre em seu horizonte um certo tipo de intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em Serviço Social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico (BAPTISTA, 1995, p. 88-89).

Conforme Bourguignon (2007) faz-se necessário compreender a pesquisa no Serviço Social como processo de produção de conhecimento que busca a transformação da realidade social, através da mediação do trabalho, pois, o conhecimento aqui deve ser considerado como uma das expressões da práxis social, a qual faz parte das objetivações do trabalho humano frente os desafios que se colocam na relação entre homem, natureza e a sociedade. Nessa perspectiva, a pesquisa adquire um significado ontológico<sup>22</sup>, ou seja, “existencial e laborativo, pois faz parte da natureza humana perguntar pelo desconhecido para, através das possibilidades de respostas, atender as necessidades do homem em suas dimensões individuais e coletiva, produzindo e reproduzindo sua própria existência” (BOURGUIGNON, 2007, p.49). A autora supramencionada ressalta que essa produção e reprodução se constituem de forma complexa, processual e contraditória, e não de forma mecânica.

---

<sup>22</sup>Estudar a ontologia do ser social na perspectiva marxista é reconhecer o ser humano, enquanto um ser real, material, dinâmico e social, ou seja, que se insere ou é inserido em determinados contextos sociais e historicamente constituídos pelos seres de igual natureza. A esse respeito para uma melhor compreensão da categoria ontológica do ser social sugerimos ver a obra de LUKÁCS, G. Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

Moraes (2016) afirma que a pesquisa e a dimensão investigativa se fazem como uma estratégia de intervenção que avançam na possibilidade de o profissional de Serviço Social construir uma prática crítica, a qual é capaz de superar a imediatez dos fatos. E está embasada na possibilidade de o assistente social analisar, conhecer, refletir e, sobretudo, de delinear uma proposta de enfrentamento das desigualdades sociais. Ressaltamos que essa proposta de intervenção deve considerar os nexos com a realidade social de uma forma global.

Portanto, a partir do momento que o assistente social compreende que a realidade se apresenta em sua forma aparente, e que é necessário buscar a essência dos fenômenos, a concretude dos fatos, para que possa estabelecer a mediação com as outras partes, a qual compõe a totalidade social, é possível analisar as contradições e as perspectivas de superação, para que o profissional possa compreender a necessidade de estranhar o cotidiano e percebê-lo como "[...] categoria analítica, fundamental para conhecer o 'objeto' em seus aspectos gerais e, também como categoria empírica, capaz de denotar as determinações e especificidades que se apresentam na realidade" (MORAES, 2016, p. 135).

Dessa forma, para o autor referido, a postura investigativa se constitui em uma primeira forma de aproximação com a postura crítica, à medida que o profissional direciona o olhar para além daquilo que está posto, busca desvelar a realidade aparente; e o segundo nível é a pesquisa em Serviço Social, que a partir da realização de estudos teóricos, nas pesquisas bibliográfica e de campo, embasadas na perspectiva crítico-dialética, e associado a permanente curiosidade, ou seja, a uma postura investigativa, o profissional de Serviço Social é capaz de construir propostas de intervenções pautadas na democracia e na justiça social.

[...] o primeiro nível, e que deve ser horizontal a toda e qualquer ação ou atitude profissional, é a dimensão investigativa [...]. O Segundo nível é a pesquisa em serviços ou associada ao trabalho profissional, que inclui a dimensão investigativa, por meio da postura investigativa e da análise de documentos construídos e sistematizados pelo assistente social, durante suas ações investigativas, mas também se expressa na construção de estudos, geralmente restritos em termos de unidade de análise, com consistência teórico e que tem como principal objetivo a instrumentalização das intervenções profissionais nos espaços de trabalho em que as ações são realizadas. Destaca-se a possibilidade de construção dessas pesquisas em conjunto com outros profissionais, o que possibilita novas alianças dentro do espaço institucional, na perspectiva ético-política profissional atual (MORAES, 2016, p. 138).

A pesquisa em Serviço Social adquire assim uma prática política, à proporção que mantém o elo com a realidade em seu movimento constante e contraditório, a qual revela

assim, um conjunto de possibilidades para a construção de estratégias coletivas, que possibilitam transpor a visão imediata e construir embasado no projeto ético-político da profissão, novas análises, reflexões e problematizações. A esse respeito, Bourguignon (2007, p. 52) assevera que:

Através do conhecimento produzido, é preciso refletir sobre os impactos gerados na realidade social, em que o Serviço Social intervém. E o impacto, no contexto da pesquisa, refere-se às dimensões das transformações e mudanças operadas na profissão, nas condições materiais de existência dos sujeitos/ usuários, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações em que o profissional atua, tendo como mediação o acúmulo de conhecimentos produzidos pela profissão. Evidenciamos uma dimensão essencialmente política neste aspecto, no sentido de que o conhecimento produzido deve ter uma direção estratégica para uma intervenção profissional, comprometida com processos concretos que garantam materialidade ao seu projeto ético-político.

Ainda, a pesquisa no Serviço Social se torna um espaço privilegiado para a categoria profissional buscar a articulação com outros profissionais, e com os movimentos sociais, conforme está pautado no Código de Ética do Serviço Social em seu princípio IX “articulação com os movimentos e outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores” (CFESS, 2012, p.24). Com a finalidade de transpor a lógica capitalista, e construir estratégias que possam responder de forma efetiva a classe trabalhadora, com vistas à construção de um novo projeto societário, como preconiza o princípio VII do Código de Ética Profissional “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012, p.24).

Portanto, a pesquisa associada ao trabalho profissional do assistente social e articulado a postura investigativa se constitui como forma de aproximação da perspectiva crítica do Serviço Social, na medida que busca produzir conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade, estabelecendo as mediações e articulações com as demais dimensões do Serviço Social, com o intuito de transformar uma dada realidade social.

#### 1.4 Concepção dos/as discentes acerca da dimensão investigativa

Conforme as análises tecidas em seções anteriores dessa monografia, a dimensão investigativa segundo os/as autores/as estudados/as (IAMAMOTTO, 2000; GUERRA, 2009; FRAGA, 2010; MORAES, 2016) permite ao profissional de Serviço Social o desocultamento da realidade e possibilita a construção de novos conhecimentos que viabilizam ao profissional elaborar novas formas de enfrentamento para as múltiplas expressões da questão social. A postura investigativa permite ao Serviço Social buscar a transformação do real, a partir da leitura crítica da realidade social.

A partir dos dados coletados, percebemos que quando questionamos a respeito da concepção de dimensão investigativa aos/as discentes pesquisados/as estes/as compreenderam a dimensão investigativa de forma diversificada. Assim, a partir das análises das respostas podemos afirmar que 60% compreenderam-na a partir de sua realização, como uma categoria que está para além do que está posto; 13,4% sinalizaram nas respostas indícios de como adquiriram essa dimensão, e 26,6% que não souberam explicar. Serão apresentados alguns fragmentos dos relatos dos/as entrevistados/as, correspondendo às três categorias elencadas.

Em relação à primeira categoria que corresponde a 60% dos/as entrevistados/a que destacaram à compreensão de ir além ressaltamos a resposta do/a pesquisado/a abaixo:

“Dimensão investigativa pra mim é a atitude investigativa, a capacidade que no caso o profissional de Serviço Social tem pra observar para além daquilo que tá posto, pra além daquilo que está ali no obvio. Então é isso a dimensão investigativa é um olhar mais crítico, um olhar que faz com que o profissional, ele veja além daquelas condições que está posta ali” (ENTREVISTADO 4, 2017).

Podemos observar que o relato do/a entrevistado/a 4 há uma aproximação com os significados de dimensão investigativa, os quais foram trabalhados ao longo dessa pesquisa, visto que o/a discente salienta que a postura investigativa do profissional de Serviço Social é uma capacidade que vai além do aparente, e que é necessário um olhar crítico.

É válido ressaltar que dentre as categorias elencadas há especificidades, a saber: na primeira categoria que corresponde a 60 % dos/as entrevistados/as, intitulada “como realiza a dimensão investigativa, a partir da análise de ir além do que está posto” destacamos que 55,6% associaram esta dimensão como uma categoria que deve buscar a essência dos

fenômenos possibilitando assim sair da superficialidade, já 33,3% dos/as discentes sinalizaram a importância de se conhecer o usuário em sua totalidade a partir da postura investigativa; e 11,1% associaram a articulação entre teoria e prática para o desenvolvimento de uma postura investigativa.

No tocante a essa primeira categoria que corresponde aos 60% que compreenderam a dimensão investigativa como para além do que está posto, 55,6% relacionaram a dimensão investigativa como uma categoria que busca a essência dos fenômenos, a qual possibilita sair da superficialidade dos fatos. Como ilustra um/a dos/as entrevistados/as:

“A dimensão investigativa é a capacidade que o profissional tem de perceber a realidade para além daquilo que tá posto, para aquilo que está evidente aos olhos. Naquele primeiro olhar, o profissional ele se, como eu diria, ele investiga mesmo no sentido de não deixar se prender, de não deixar se enganar pelo aparente, pelo aquilo que tá posto” (ENTREVISTADO 5, 2017).

A partir do exposto, percebemos que há uma aproximação com as concepções de dimensão investigativa trabalhada ao longo dessa monografia. Pois, a partir do relato fica evidente que o/a discente compreende que é necessário que o assistente social busque olhar além dos fatos aparentes.

Além disto, destacamos que desses 60% da primeira categoria, 33,3% ressaltaram que é necessário conhecer a realidade do usuário em sua totalidade. Como ilustra o depoimento dos/as pesquisados/as 7 e 11, respectivamente:

“É você procurar saber mais a fundo a demanda do usuário, buscar as causas sociais, o que nós fazemos no nosso processo investigativo no campo de estágio é exatamente isso. Buscar fazer o perfil social [...]. Então fazemos o perfil social da família, buscando elementos para poder identificar as causas da vulnerabilidade social [...]” (ENTREVISTADO 7, 2017).

“Pra mim dimensão investigativa consiste em o profissional procurar conhecer a realidade do usuário, do serviço que ele atua. Procurando estabelecer as três dimensões do serviço social. Vendo, conectando a realidade econômica, social, política que ele está inserido. Porque no caso as suas demandas não podem ser vistas, assim elas são vistas no singular, mas assim tem que manter uma relação com o universo que ele está inserido” (ENTREVISTADO 11).

De acordo com o exposto, é notável a percepção desses/as discentes em relação à importância de se conhecer a população usuária em sua totalidade, investigando quem são esses sujeitos, como vivem, em que contextos estão inseridos, se estão inseridos em

movimentos sociais/ mobilizações coletivas. Também verificar as demandas e seus desdobramentos em serviços e benefícios, se as políticas públicas estão sendo aplicadas corretamente.

Ademais, consideramos importante destacar que dentre esses 60 % que entenderam a dimensão investigativa como uma categoria que não deve ficar na superficialidade e ir além dos fatos, 11,1% sinalizaram a articulação entre teoria e prática como parte constitutiva da postura investigativa. Como ilustra o relato do/a entrevistado/a 14 “é o princípio e a ferramenta que o Serviço Social exerce para aprimorar os conhecimentos onde acopla a teoria e prática; conhecer a essência do objeto a ser analisado” (ENTREVISTADO 14, 2017).

Sendo assim, podemos inferir que esse/a discente compreende a importância da articulação entre teoria e prática para o desenvolvimento da postura investigativa. Que segundo Juncá (2012, p. 190):

[...] o saber, a prática não é algo acabado e não precisa obedecer a receitas pré-estabelecidas. Muitos ingredientes nela se misturam em diferentes contextos, mas, sem dúvida, a teoria é um deles. E um ingrediente que não pode ser dispensado. Transitar pela prática envolve um percurso no mundo do conhecido-desconhecido, do dito e não dito, do feito e não feito, buscando-se inter-relações, sinalizando-se contradições, construindo-se os passos possíveis. As respostas não estão prontas, se constroem, processando-se informações, análises e sínteses.

Portanto, para o desenvolvimento da postura investigativa é indispensável à articulação entre teoria e prática, um deve andar ao lado outro, se não o fazer profissional se torna a prática pela prática ou a teoria pela teoria, o que se transfigura por se tornar um fazer profissional do senso comum ou tecnicista.

Quanto a segunda categoria que corresponde a 13,4% dos/as estudantes que se refere à focalização de aspectos relacionados à aquisição temos o relato do/a discente 3: “É uma capacidade adquirida pela profissão, através da instrumentalidade, sendo que a observação, a investigação e a intervenção são necessárias ao profissional de Serviço Social” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Sendo assim, o/a entrevistado/a 3 descreve como se adquire a dimensão investigativa a partir da instrumentalidade do Serviço Social, é importante salientarmos que esta é fundamentada pela razão crítico-dialética, a qual é resultado das múltiplas determinações

históricas-sociais, assim, não se resume apenas ao aspecto instrumental da profissão. Como afirma Guerra (2007, p.2):

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes.

Desse modo, conforme a autora supracitada a instrumentalidade está associada à capacidade que o profissional tem em dar respostas às demandas que se colocam à profissão.

Ressaltamos as particularidades elencadas nessa segunda categoria que corresponde a 13,4% dos/as pesquisados/as, 50% destes/as discentes sinalizaram a aquisição a partir da instrumentalidade do Serviço Social e os outros 50 % destacaram a importância de o profissional de Serviço Social estar embasado nas legislações pertinentes, como o Código de Ética Profissional. Como verbaliza o/a entrevistado/a abaixo:

“Eu entendo como, vou dar um exemplo, quando você chega no [espaço institucional], me perguntava muito o que fazer, se eu sei da política, como ele atua, mas se eu chego no espaço e não sei o que fazer, eu tenho que procurar meios, a partir do Código de Ética, das resoluções que a profissão tem, e ver um jeito de como fazer com aqueles usuários, [...] tentando fortalecer a luta [...] Que é como você vai fazer e o que você vai fazer” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Conforme já elucidamos, é necessário que o assistente social analise e interprete a situação social, agregando a fundamentação teórica.

Já os outros 50% dessa segunda categoria referem-se à aquisição da dimensão investigativa associada à instrumentalidade do Serviço Social. Assim como já ilustramos e analisamos nessa seção.

Em relação à terceira categoria, que corresponde a 26,6% dos/as discentes que não souberam explicar, temos a ilustração com o seguinte fragmento: “É no caso o que a gente trabalha, a dimensão investigativa, é as demandas do Serviço Social, é nossa investigação enquanto estudantes e profissionais. A gente vai e faz a investigação na área que a gente tá” (ENTREVISTADO 9, 2017).

No que se refere ao/a entrevistado/a 9, entendemos que há uma dificuldade na compreensão da dimensão investigativa, visto que a partir da verbalização desse/a discente podemos observar que menciona as demandas do Serviço Social como sendo única e exclusivamente importante para o ato de investigar, todavia como elucidamos em seções anteriores a dimensão investigativa é um processo de permanente indagação, o qual o assistente social, a partir da articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico operativa e a perspectiva crítico-dialética, busca construir estratégias que ultrapassem as ações imediatas do cotidiano, e como já mencionamos, é questionar-se, interrogar-se a todo momento sobre sua intervenção, seu cotidiano, políticas sociais, demandas dos usuários, instrumentos utilizados, espaço institucional, dentre outros. Portanto, a postura investigativa se constitui como uma capacidade que vai além das demandas.

Destacamos as especificidades analisadas nessa terceira categoria que corresponde 26,6% dos/as pesquisados/as que “não souberam responder”, 25% destes/as destacaram as demandas como desenvolvimento para uma postura investigativa, os outros 25% supervalorizaram a teoria, o que acaba não contemplando a prática profissional, já os outros 25% salientaram a intervenção, porém não há fundamentação lógica, do porquê intervir, como intervir, de que forma intervir, e por fim 25% se referiram as problemáticas de uma determinada situação. Desse modo, analisamos a seguir de forma mais detalhada essas particularidades.

No tocante a essa terceira categoria que corresponde a 26,6% dos/as discentes que não souberam explicar, quando questionados/as sobre a concepção de dimensão investigativa, 25% supervalorizaram a teoria, consoante salientamos, não contempla a prática profissional, ficando apenas no aspecto teórico. Como ilustra o seguinte trecho da entrevista:

“No curso de serviço social, a dimensão investigativa é diferente de uma investigação de policial. Essa investigação, essa dimensão investigativa seria você tomar conhecimento, de um caso ou de uma ação ou de um ramo dentro da profissão, uma área dentro da profissão. Mas assim, que você precisa ter o conhecimento pra poder investigar. A parte teórica aqui dentro dessa dimensão investigativa pesa muito” (ENTREVISTADO 12, 2017).

Com isso, observamos que apesar do/a discente 12 elucidar sobre o profissional de Serviço Social tomar conhecimento de uma ação, há uma dificuldade quanto ao significado e compreensão da postura investigativa. Pois, o/a entrevistado/a não deixa claro quais os procedimentos e métodos utilizados para se fazer uma análise de uma determinada realidade.



Além do que, no relato, percebemos que há uma supervalorização da teoria em detrimento da prática profissional, nesse caso, associa a dimensão investigativa muito mais a parte teórica, o que já salientamos que para o fazer profissional do Serviço Social é necessário que haja a articulação entre teoria e prática, e não que uma se sobressaia mais que a outra. Como assevera Guerra (2009, p.7) “toda investigação se coloca na relação teoria/realidade ou teoria/empiria”.

Os outros 25 % que destacaram a intervenção, contudo não faz fundamentação lógica, do por que, como e de que forma intervir. Conforme o relato do/a entrevistado/a 15 “eu acredito que a gente tem que conhecer para intervir, eu levo nessa ideia assim, conhecer para intervir no campo de atuação, na área profissional” (ENTREVISTADO 15, 2017).

Segundo Guerra (2009, p.14):

O assistente social lida com [...] múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos, de modo que a ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da sua intervenção na realidade, das investigações que realiza, visando responder a esta realidade. Mas é possível também conhecer através das experiências indiretas, através do que já foi produzido por outras pesquisas e/ou teoricamente. Também aqui, para o assistente social, se exige um investimento na investigação, posto que, ao testar o conhecimento derivado indiretamente, tem-se como resultado uma avaliação sobre o mesmo. Quando realizamos entrevistas, estamos exercitando a dimensão investigativa da profissão, por meio de informações extraídas diretamente da realidade, mas a sua preparação, em grande medida, dependeu de conhecimentos indiretos sobre vários temas que nos habilitaram a realizá-la. Na realização de estudo social, laudos, pareceres, buscamos informações nos documentos da instituição, na vizinhança e/ou no trabalho sobre algum sujeito social. Estes são momentos nos quais estamos exercitando nossa dimensão investigativa.

Podemos inferir que o desenvolvimento da dimensão investigativa está além da intervenção profissional, conforme cita Guerra (2009), que a postura investigativa não se refere apenas a intervenção como menciona o/a discente 15, além disso, a intervenção profissional deve ter uma finalidade, ou seja, deve responder de forma qualificada as demandas profissionais, e para que essa finalidade seja alcançada é necessário que o profissional faça um estudo minucioso da realidade, a partir da articulação da dimensão investigativa e dos instrumentos técnico-operativos, como por exemplo: entrevistas, relatórios, visitas domiciliares, observação, estudo social, etc.

Esses instrumentos e técnicas são necessários à intervenção do assistente social e também colaboram para o processo de apreensão e enfrentamento das demandas que se

colocam ao exercício profissional. Portanto, não é apenas intervir por intervir, é conhecer as técnicas e saber operacionalizá-las e saber refletir de forma crítica sobre essas técnicas.

Os outros 25% dessa terceira categoria ressaltaram as demandas profissionais como desenvolvimento da dimensão investigativa, a qual debatemos nessa seção.

Sendo assim, os outros 25% dessa terceira categoria, referem-se à dimensão investigativa associada às problemáticas de uma determinada situação. Conforme o/a entrevistado/a 8 “a dimensão investigativa é a parte que a gente faz toda a investigação da problemática da situação, do que a gente vai interferir da problemática da situação, a parte onde você faz a investigação mesmo” (ENTREVISTADO 8, 2017).

Podemos observar que o/a entrevistado/a apenas descreve que o ato de investigar refere-se a uma “investigação da problemática”, porém não fundamenta como seria essa investigação. Fica evidente que há dificuldade quanto à compreensão da postura investigativa.

No que se relaciona a importância desta dimensão para o trabalho do assistente social, quando questionados 86,6% dos/as pesquisados/as afirmaram ser importante, pois possibilita o profissional de Serviço Social não ficar na superficialidade dos fatos e destacaram como sendo a essência da profissão. E 13,4% ressaltaram que a postura investigativa se faz importante no fazer profissional, porque possibilita aprofundar os conhecimentos.

Em relação à primeira categoria que corresponde a 86,6 % dos/as discentes que asseveraram sobre a importância da dimensão investigativa no fazer profissional, podemos ilustrar com o relato dos/as pesquisados/as abaixo:

“Muito importante como acabei de falar, é como se fosse à essência da profissão. Não tem como o profissional tentar assim orientar um usuário com uma demanda que ele chega, sem o profissional ter essa dimensão, e sem articular as outras dimensões” (ENTREVISTADO 11, 2017).

“Porque todas as ações do assistente social envolvem essa investigação. Porque você não pode tomar uma decisão superficial. Você tem que conhecer os casos com mais profundidade e é onde você vai utilizar essa dimensão investigativa é exatamente nas ações. Porque não pode ficar na superficialidade” (ENTREVISTADO 12, 2017).

Logo, o/a discente 11 resalta a articulação com as demais dimensões do Serviço Social, para assim se ter uma intervenção qualificada. Todavia, ressaltamos que o profissional de Serviço Social ao estar inserido na realidade social além de articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e a dimensão investigativa, este profissional, conforme sinaliza Guerra (2009), deve ter clareza do seu objeto de trabalho, que é a questão

social e deve investigar as suas múltiplas manifestações à luz de seus fundamentos constitutivos, ou seja, a luz da lógica capitalista, para que assim possa estabelecer as mediações necessárias entre os meios e modos de responder as demandas que se colocam a profissão.

Percebemos que o/a entrevistado/a 12 compreende que a dimensão investigativa deve perpassar por todas as ações do fazer profissional do assistente social, visto que essa é essencial para desvelar os fatos aparentes e proporcionar ao profissional um estudo mais detalhado, o qual irá possibilitar a percepção de outras problemáticas para além daquela demanda imediata. Conforme trabalhamos em seções anteriores.

Finalmente, a segunda categoria que corresponde a 13,4% dos/as estudantes, os/as quais ressaltaram que a postura investigativa se faz importante no fazer profissional, porque possibilita aprofundar o conhecimento. Ilustramos a verbalização do/a discente 10: “Eu diria que é fundamental no caso, porque assim. [...] Porque quando a gente vai a campo acaba aumentando mais o nosso conhecimento” (ENTREVISTADO 10, 2017).

Desse modo, o/a pesquisado/a 10 destaca que quando os profissionais estão inseridos na realidade social, estes têm a possibilidade de adquirir novos conhecimentos. Desse modo, salientamos que quando os assistentes sociais estão inseridos na realidade social, estes devem compreender o processo de formação do conhecimento, levando-se em consideração os processos constitutivos da profissão, além de compreender os espaços socioinstitucionais que estão inseridos, os instrumentais utilizados, o arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social, as demandas e respostas profissionais, as estratégias utilizadas, a capacidade política, as habilidades e competências profissionais. A fim de que possam ter clareza da realidade concreta a qual estão inseridos, a qual está imbricada por relações de poder.

Diante do apresentado, observamos que a maioria dos/as entrevistados/as compreendeu a concepção de dimensão investigativa e entendeu que esta postura investigativa é essencial no fazer profissional do assistente social, todavia, há uma minoria que não conseguiu compreender de fato o significado dessa postura.

## CAPÍTULO 2

### **ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO: ESPAÇO PARA CONCRETIZAR A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

*[...] conhecimento é uma mediação que se interpõe entre o sujeito e a realidade a ser conhecida. Ele é testado: validado ou não na realidade. Daí que a postura investigativa do profissional se explicita na realização das suas competências como um todo: nas fases de planejamento, implementação, avaliação e revisão crítica do processo.*

*Yolanda Guerra.*

Neste capítulo, realizamos uma explanação sobre o Estágio Supervisionado no curso de Serviço Social enquanto espaço que oportuniza a concretização da dimensão investigativa, para isso, analisamos as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFS e a Política Nacional de Estágio. Além disso, verificamos a percepção dos/as discentes em relação à dimensão investigativa no Estágio Supervisionado Obrigatório, a partir das entrevistas realizadas com os/as alunos/as das disciplinas de Estágio Supervisionado I e III e Laboratório de Ensino da Prática (LEP) I e III.

#### **2.1 Dimensão investigativa nas diretrizes curriculares do Serviço Social**

Em 1996, foi aprovada pela ABESS, a nova proposta curricular para o curso de Serviço Social, que estabeleceu “a investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional” (ABESS, 1996, p. 18). Dessa maneira, é

relevante destacar que as Diretrizes Gerais deram visibilidade ao debate acerca da dimensão investigativa na formação profissional do assistente social, por isso, consideramos importante contextualizar as Diretrizes Curriculares (DCs) e a dimensão investigativa.

Para iniciar, é importante frisarmos que a profissão de Serviço Social no Brasil, a partir da apropriação da teoria social de Marx, passou a assumir a perspectiva de totalidade, com isso, passou a levar em consideração as contradições inerentes à sociedade capitalista. Salientamos que o Ministério da Educação (MEC) aprovou em 1982, o currículo mínimo para o curso de Serviço Social, fundamentado com essa perspectiva teórica. De acordo com Moreira e Caputi (2016), esse currículo foi construído em conjunto pela categoria dos assistentes sociais, representando um avanço na direção da intenção de ruptura, apesar da sutileza na perspectiva de formação profissional hegemônico e os equívocos teóricos.

Segundo Iamamoto (2014), o eixo do Curso de Serviço Social, com o currículo de 1982, passou a ser a relação entre História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social, além do Estágio Supervisionado, o que significou um desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. A partir das DCs de 1996, se reforçou o debate acerca da vinculação do exercício profissional às políticas sociais públicas, as relações entre o Estado e a sociedade de classes, tornando-as decisivas para decifrar o significado social da profissão.

Diante disto, para o profissional de Serviço Social atuar qualitativamente no âmbito em que está inserido, deve abdicar das teorias e práticas tradicionais, para superar a perspectiva conservadora e transformar a realidade social.

[...] são muitos os desafios e limites postos, assim, defender a proposta de Formação Profissional expressa pelos DCs da ABEPSS de 1996, significa nos colocarmos no contrafluxo do capital. Portanto, o atual cenário nos exige formular estratégias e nos fortalecermos coletivamente, no sentido de avigorar nossa luta em defesa dos princípios éticos fundamentais e, consequentemente, do projeto de Formação Profissional hegemônico (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 116).

Perante a crescente precarização da política de educação, as Diretrizes Curriculares se apoiam no projeto ético-político da profissão, reforçando um processo de luta iniciado a partir do Movimento de Reconceituação<sup>23</sup> mediante as contrarreformas no Ensino Superior

---

<sup>23</sup>Ver NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós- 64. São Paulo: Cortez, 2010.

brasileiro. As DCs foram um marco importante para o desenvolvimento de reflexões acerca do ensino, o que inclui a indissociabilidade da dimensão investigativa e interventiva que deve permear a toda a formação profissional e também o exercício profissional do assistente social.

A atitude investigativa, fundada, sobretudo, nas grandes áreas das ciências sociais e humanas, revela-se necessária para um profissional que tem seu espaço sócio-ocupacional dado, direta ou indiretamente, por expressões da questão social. Contudo, diante da heterogeneidade de perspectivas metodológicas nessas áreas do conhecimento, sustenta-se, no espaço da formação e da atuação profissional dos assistentes sociais, a necessária recorrência uma perspectiva teórico-metodológica que permita, sobretudo, a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade (MAURIEL; GUEDES, 2013, p. 15).

Reforçamos que o Movimento de Reconceituação contribuiu significativamente para a construção das Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro, visto que foi uma tentativa de ruptura com o conservadorismo presente na profissão, esse movimento objetivava, dentre outras coisas, o posicionamento investigativo e crítico do assistente social frente à realidade social do Brasil. Ressaltamos que as DCs defendem que o assistente social deve ter uma formação generalista para poder intervir nas diversas expressões da questão social. Em suma, para a consolidação de um projeto de formação profissional hegemônico, é necessário que haja a articulação da categoria profissional, tendo em vista a defesa dos direitos da classe trabalhadora e a superação da sociabilidade capitalista.

[...] o projeto de formação profissional hegemônico ganha concretude e é delineado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a partir de um amplo debate da categoria profissional, calcado na perspectiva crítica dialética, no entendimento de que a formação de um novo *ethos* profissional<sup>24</sup> do/a assistente social, pode alavancar a profissão no compromisso com a classe trabalhadora rumo à outra sociabilidade, numa visão de Formação Profissional para além de mercado, mas para a vida real (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 105, grifos dos autores).

Assim, o debate acerca das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social começou, em 1994, liderado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). As Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a discutir sobre o estabelecimento de um padrão comum do ensino de Serviço Social no Brasil. Essa discussão sobre a revisão do currículo de 1982 passou a fazer parte da agenda das Unidades de Formação Acadêmica

<sup>24</sup>O *ethos* profissional do Serviço Social refere-se à ação do assistente social que é constituída na relação complexa do próprio cotidiano profissional. A esse respeito ver a obra de MACHADO, L. A. R. *Ethos profissional: Hegemonia possível?*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

(UFA), devido às transformações ocorridas no cenário brasileiro, no que se refere à relação entre o Estado e as Políticas Públicas existentes no país, o que torna imprescindível o estabelecimento de padrões de qualidades de ensino, tendo em vista que a política de educação é afetada com as constantes regressões de investimentos no âmbito público, favorecendo a mercantilização do ensino, através da proliferação das instituições privadas e a precarização do ensino público. É relevante destacar que:

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Lei 9394) tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei. Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABESS, 1996, p. 4).

Portanto, a partir da LDB<sup>25</sup> (BRASIL, 1996), o termo currículo mínimo foi substituído por Diretrizes Curriculares, pois com a instauração da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o foco passou a ser o processo de aprendizagem e não mais o currículo. Dessa maneira, é notável que o processo coletivo de construção das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, ocorrido no mesmo contexto da LDB/1996, foi uma das formas encontradas pela categoria profissional de estabelecer resistência ao crescente desmonte da política de educação e manter a possibilidade da continuação de uma formação de qualidade em Serviço Social no Brasil.

De acordo com a ABESS (1996), a ação profissional deve ser orientada através da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para possibilitar:

- Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;

---

<sup>25</sup> A LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

-Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABESS, 1996, p. 7).

As Diretrizes Curriculares sugerem uma nova lógica curricular que enseje superar as lacunas existentes no processo de ensino-aprendizagem. O que torna necessário construir uma postura investigativa na formação profissional, a ABESS (1996, p. 9) relata que “este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções”. É importante enfatizar que:

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABESS, 1996, p. 13-14).

É perceptível que há a valorização da dimensão investigativa, a qual deve estar presente em todo o processo da formação profissional e também na atuação do assistente social cotidianamente. Salientamos ainda que, em vários trechos das DCs, é possível observar o destaque dado à questão da postura investigativa na formação profissional.

As DCs instituem a dimensão investigativa como parte constitutiva do exercício profissional e sendo o Estágio Supervisionado em Serviço Social um espaço que propicia a possibilidade da concretização da mesma. É relevante ressaltar como as Diretrizes Gerais se refere ao Estágio Supervisionado Obrigatório na formação profissional, destacando que:

[...] é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS, 1996, p. 19).

Notamos que o Estágio Supervisionado é uma atividade fundamental na formação profissional. Consideramos válido frisar que esta disciplina é obrigatória desde o primeiro



curso de Serviço Social, mas que já sofreu várias alterações, um exemplo disso, são as mudanças na sua carga horária ao longo dos anos.

Diante do exposto, avaliamos que é importante destacar que a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social que liderou o debate acerca das DCs foi criada, em 1946, mas em 1998, houve uma modificação em sua estrutura e nomenclatura, o termo pesquisa foi acrescentado, assim passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Essa mudança se deu no cenário de redução de recursos financeiros para a pesquisa. Boschetti (2011, p.30, grifos da autora) destaca que:

O estatuto que regulamentou a estrutura institucional e recriou a Abess com a designação **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss)** trazia embutida a preocupação com a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis da formação profissional (graduação e pós-graduação) como condição para enfrentar o desafio da capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, conforme as diretrizes curriculares. A reestruturação era também uma condição institucional para consolidar a ABEPSS como entidade científica que deveria buscar não somente a qualificação da formação profissional, mas também a estruturação dos núcleos e grupos de pesquisa. Apesar de ser uma demanda presente desde o final da década de 1990 e ser objeto de investida de praticamente todas as gestões, somente recentemente (2010) a ABEPSS conseguiu estruturar os grupos temáticos de pesquisa (GTPs), que se apresentam como uma estimulante forma de articulação dos grupos e pesquisas que cresceram de forma impressionante na última década. Outra importante alteração do estatuto foi à inclusão de uma nova modalidade de associados individuais, além dos sócios institucionais, o que deveria possibilitar a ampliação da participação para outros profissionais não necessariamente vinculados às Unidades de Ensino.

É possível perceber que a consolidação da ABEPSS como entidade científica é ainda muito recente, e que esta enfrentou dificuldades na efetivação dos núcleos de pesquisa, principalmente, no que se refere aos recursos financeiros para a estruturação dos primeiros grupos temáticos de pesquisa (GTPs). Em relação à ABEPSS, ainda é importante destacar que:

Historicamente, a principal dificuldade da Abepss consiste em adquirir autonomia financeira, ou seja, possuir uma fonte permanente, regular e suficiente de receitas. As fontes de recurso da Abepss são, majoritariamente, provenientes das anuidades de seus sócios (UFAs e sócios individuais) e venda de publicações, sobretudo a *Revista Temporalis*. Essas fontes são, contudo, insuficientes e irregulares devido à basicamente dois motivos: 1) reduzido número de sócios individuais; e 2) inadimplência e inconstância no pagamento por parte das UFAs. Apesar do aumento de Unidades filiadas, sabemos que estas, em contexto de contrarreforma, nem sempre possuem recursos disponíveis para pagar suas anuidades. (BOSCHETTI, 2011, p. 32-33, grifos da autora).

É perceptível que as dificuldades enfrentadas pela ABEPSS refletem o contexto de contrarreforma na sociedade brasileira. Atualmente, é notável a crescente falta de investimentos por parte do Estado para a realização de pesquisas, o que fragiliza as entidades científicas.

Portanto, a partir da análise realizada nas DCs foi possível observar o destaque dado à postura investigativa nas suas orientações, visto que institui a dimensão como parte constitutiva do exercício e da formação profissional, além disso, é um documento que traz considerações pertinentes acerca de todo o processo de formação profissional.

## **2.2 Projeto pedagógico para o curso de Serviço Social da UFS e a dimensão investigativa**

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social apresenta as diretrizes que devem nortear a formação profissional na instituição. Por isso, é importante contextualizá-lo e analisar como este documento aborda a dimensão investigativa, além de verificar as orientações acerca do Estágio Supervisionado Obrigatório, visto que os alunos de Estágio Supervisionado Obrigatório e LEP são o público alvo da pesquisa.

Destacamos que o currículo de 1982 para o curso de Serviço Social mostra o direcionamento da categoria e o compromisso com a classe trabalhadora. Este pretendia romper com o conservadorismo teórico vigente na profissão, o que acarretou em transformações no seu referencial teórico-metodológico. A partir deste, ocorreu à apropriação da teoria social de Marx como principal perspectiva teórico-metodológica para fundamentar a formação profissional.

O Departamento de Serviço Social da UFS (DSS/UFS) participou de forma intensiva nos processos de revisão curricular que resultaram no currículo de 1982 e nas diretrizes curriculares de 1996. O DSS/UFS, sob a coordenação da ABEPSS, participou do processo de novo direcionamento do Serviço Social e formulou uma nova proposta curricular, a qual ainda está em vigor, que contou com a participação de docentes e discentes na sua criação (DSS/UFS, 2010).

Desde a sua aprovação, o currículo de 1982 passou por diversas revisões pela categoria profissional dos assistentes sociais tendo como culminância as Diretrizes Gerais

para o Curso de Serviço Social em 1996. Paralelamente a esse processo, temos o processo de revisão do Código de Ética, da Lei de Regulamentação da Profissão e, posteriormente, outras leis, resoluções e documentos tal como a Política Nacional de Estágio (PNE) que visa aprimorar a formação profissional. Segundo o DSS/UFS (2010), cada instituição de ensino com as suas particularidades, passou a elaborar o seu projeto pedagógico levando em consideração as Diretrizes Gerais e o que está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual também foi aprovada em 1996.

Consoante a lógica das diretrizes curriculares de 1996, o Projeto Pedagógico da UFS passou a considerar como eixo do currículo a questão social, antes no currículo de 1982, de acordo DSS/UFS (2010) o eixo era a particularidade teórico-metodológica e histórica da profissão.

O novo Projeto Pedagógico da UFS implementado em 2003, estabeleceu o curso de Serviço Social no período noturno. Segundo informações contidas nesse documento, um dos elementos que favoreceu esta mudança foi o perfil dos alunos do curso, os quais, em sua maioria, pertenciam à classe trabalhadora, estes encontravam dificuldades em frequentar o curso de Serviço social no período diurno. Enfatizamos assim que,

Em termos gerais, não são poucos os autores que apontam para a capacidade de refuncionalização e recomposição do capitalismo em dimensão planetária. Nesse sentido, a crise estrutural do capitalismo vem dando lugar a um conjunto de mudanças que sob diferentes denominações (“toyotismo”, “pós- fordismo”, “neo- fordismo”, “acumulação flexível”) aponta para um novo padrão de acumulação capitalista- “o paradigma da flexibilidade”. Essa caracteriza-se pela introdução de inovações tecnológicas (cuja base técnica tem na microeletrônica o seu eixo central), e organizacionais, inspiradas no “modelo japonês”. Nessa direção, a ofensiva do capital vem trazendo grandes impactos para o “mundo do trabalho” que passam pelo desemprego estrutural, terceirização, flexibilização e precarização dos processos e relações de trabalho entre outros (DSS/UFS, 2010, p.7).

Torna-se essencial a criação de estratégias para melhorar o acesso desses estudantes a graduação. Assim, o Projeto Pedagógico de Serviço Social, adota como medida a transferência do curso de Serviço Social para o período noturno devido à demanda dos alunos. Foi, portanto, uma das estratégias para melhorar o acesso do discente trabalhador a graduação.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social faz a descrição do perfil do profissional que pretende graduar, este deverá ter uma formação generalista que o capacita para:

- Inserir-se no conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho, com competência em sua área de desempenho;
- Formular e implementar propostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, em resposta às demandas das classes sociais, em especial dos segmentos excluídos e pauperizados da classe trabalhadora;
- Assessorar e executar políticas sociais públicas e privadas, articuladas aos movimentos sociais.
- Realizar pesquisas sistemáticas sobre ações profissionais e outros processos alternativos e para o avanço da produção do conhecimento no campo da profissão e de áreas afins (DSS/UFS, 2010, p.11).

Para a concretização desse perfil profissional, é necessário o estímulo ao desenvolvimento da postura investigativa desde a graduação do bacharel em Serviço Social, para que quando inserido no mercado de trabalho este profissional possa ter uma atuação qualificada.

No Projeto Pedagógico, é possível observar que a dimensão investigativa é mencionada em alguns momentos no documento, dentre eles, destacamos a indicação de um dos princípios da formação contido nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social que determina o: “– estabelecimento das dimensões, investigativa e interventiva, como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (DSS/UFS, 2010, p.9). É perceptível ao analisar esse princípio o destaque dado à dimensão investigativa na formação.

No tópico que trata das competências e habilidades, observamos que para uma atuação profissional qualificada é necessário na formação, a articulação entre a capacitação investigativa e a intervenção profissional, com a finalidade da habilitação teórico-metodológica e técnico-política (DSS/UFS, 2010). É importante o desenvolvimento desta habilidade, pois o assistente social atua no enfrentamento das expressões da questão social, o que torna imprescindível a relação entre a dimensão investigativa e a prática profissional.

É válido também citar outro item contido nas competências e habilidades no projeto pedagógico que se refere à capacitação investigativa como a:

[...] base para um ensino na busca de explicitação da formação histórica da sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo no país e também como base para a explicitação do Serviço Social nas relações sociais da nossa sociedade (DSS/UFS, 2010, p.10).

É possível observar a importância da dimensão investigativa para o conhecimento da realidade do país, e assim compreender o significado social do surgimento da profissão de assistente social.

No que se refere ao Estágio na formação o Projeto Pedagógico, em seu anexo IV, informa as ementas das disciplinas do Curso de Serviço Social da UFS, dentre elas está a do Estágio Supervisionado em Serviço Social II, na qual é mencionada a realização de atividades investigativas como uma das atribuições do estagiário na instituição, a qual estiver inserido, com isso, percebemos a relação existente entre a dimensão investigativa e o Estágio Supervisionado, pois este pode vir a se tornar um espaço de concretização dessa dimensão.

O Projeto Pedagógico da UFS estabelece a carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, o qual não deve ultrapassar 30 horas semanais, no Projeto Pedagógico o Estágio Obrigatório é dividido nas disciplinas I, II e III devendo corresponder a 120 (8 horas semanais), 135 (9 horas semanais) e 195 horas (13 horas semanais) respectivamente, porém é importante destacar que a Política Nacional de Estágio estabelece que essa modalidade de estágio pode ser dividida entre dois a quatro semestres, com no mínimo três horas-aulas<sup>26</sup> semanais de supervisão acadêmica, cabendo a cada UFA definir como organizá-lo no processo de formação profissional.

É visível no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social a relevância dada à dimensão investigativa na formação profissional do assistente social, visto que, ela é mencionada em algumas passagens que mostram com clareza que a prática profissional qualificada está também vinculada a capacidade de investigação do profissional.

### **2.3 Dimensão investigativa na política nacional de estágio**

A pesquisa realizada para subsidiar a presente monografia, teve como público alvo as turmas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e III e as turmas de LEP I e III. Assim, abordamos nesse item a relação da dimensão investigativa e o estágio curricular, ressaltando

---

<sup>26</sup> As horas/aulas que correspondem à supervisão acadêmica, no caso da UFS é a disciplina Laboratório do Ensino da Prática (LEP) que tem a carga horária de 60 horas semestrais e 4 horas por semana. Destacamos que a supervisão é realizada na sala de aula e também na instituição onde é realizado o Estágio Supervisionado Obrigatório.

que na formação acadêmica do assistente social o Estágio Supervisionado é um dos requisitos para aquisição do diploma de bacharel em Serviço Social.

Ressaltamos que na disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório é oportunizado ao estudante o contato com a realidade socioinstitucional, além do desenvolvimento de um olhar crítico, reflexivo e investigativo acerca das manifestações da questão social presentes no espaço institucional e da atuação do assistente social, como também a realização da união entre a teoria e prática. Enfatizamos que muitos estudantes têm acesso à realidade institucional somente a partir do Estágio Obrigatório.

De acordo com a Lei 11.788<sup>27</sup> (BRASIL, 2008) “O Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”, ou seja, cada Unidade de Formação Acadêmica estabelece a carga horária e determina a alocação do estágio obrigatório na grade curricular, além disso, as instituições de ensino devem garantir disciplinas de supervisão de estágio. No caso do DSS/UFS, a disciplina para a supervisão é chamada de Laboratório de Ensino da Prática (LEP). Desde a sua criação, o estágio passou por algumas transformações no que se refere a sua carga horária, atualmente, segundo o Parecer CNE/CES<sup>28</sup> 8/2007, de 31 de janeiro de 2007, o estágio deve corresponder à carga horária mínima de 15% da carga horária mínima do curso que é de 3.000 horas. É importante destacar que a carga horária pode ser superior aos 15%, mas não pode ser inferior a mínima exigida. A Política Nacional de Estágio (PNE) salienta que:

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2009, p.11).

Assim, em frente ao contínuo desmonte da política de educação no país, torna-se crucial a criação de leis, documentos e resoluções que regularizem o Estágio Supervisionado em Serviço Social, pois este é um componente fundamental da formação profissional. De

---

<sup>27</sup> A Lei 11.788 de 2008 regulamenta o estágio de qualquer curso superior e do ensino profissional em todo o Brasil.

<sup>28</sup> Conselho Nacional de Educação- CNE/ Câmara de Educação Superior- CES.

acordo a PNE (ABEPSS, 2009), a necessidade da criação de uma política nacional de estágio foi sinalizada pelo relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, esta estabelece o que deve ser o Estágio Supervisionado.

A Política Nacional de Estágio representa um grande avanço no que se refere ao Estágio Curricular, pois norteia de acordo com o que está estabelecido no projeto ético-político dos assistentes sociais como deve ser realizada essa atividade na formação profissional. A mencionada política foi fruto de uma construção conjunta iniciada em 2009, ocorreram eventos e oficinas que discutiram o documento-base que contribuiu para a elaboração da PNE. Segundo a ABEPSS (2009), a construção da PNE contou com as contribuições de Iana Vasconcelos através do texto “Sugestões para a construção da Política Nacional de Estágio da ABEPSS”, o qual foi enviado em novembro de 2009. Os 80 eventos promovidos pela ABEPSS contaram com a participação expressiva de assistentes sociais, 175 Unidades de formação Acadêmica (UFAs) e 4.445 participantes dentre eles: professores e estudantes que colaboraram para uma elaboração coletiva da Política. Salientamos que:

Nesta tarefa, as UFAs e os sujeitos profissionais não se furtaram da contribuição na qualificação e aprofundamento dos debates, proposições e práticas para a efetivação do papel do estágio supervisionado em consonância com as Diretrizes Curriculares e com a direção ético-política do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, 2009, p.2-3).

No tocante ao estágio, salientamos que este possibilita o contato do aluno com o espaço profissional, o que fortalece o conhecimento acerca da realidade e contribui para reconhecer e fomentar a construção de estratégias para responder às demandas e desafios atuais. Em virtude disso, permite a articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa, mais a investigativa, o que é indispensável para uma prática profissional qualificada. Nesta fase da formação, o discente pode exercitar a dimensão investigativa na prática, visto que está em contato direto com a realidade profissional. Destacamos que as Diretrizes Curriculares no processo de formação profissional dos discentes estimulam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Entretanto, é imprescindível informar que para o estagiário se inserir no campo de atuação, as Unidades de Ensino necessitam ter coordenações de estágio, supervisores

acadêmicos e a articulação com assistentes sociais<sup>29</sup> em pleno exercício profissional que se disponibilizem a serem supervisores de campo.

No que se refere ao estágio curricular não-obrigatório, destacamos que está presente no Projeto Pedagógico da UFS e foi regulamentado com a Lei Nº 11. 788, em 2008, a carga horária deste é contabilizada como atividade complementar, porém existem instituições de ensino em que o estágio curricular não-obrigatório não está contido em seu projeto pedagógico. Assim, destacamos o parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Nº 11. 788 (A Lei do Estágio), o qual estabelece que “Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. Ressaltamos que a sua carga horária não é definida, como a do Estágio Obrigatório no Projeto Pedagógico da UFS. Essa modalidade de estágio não é configurada como vínculo empregatício, apesar de poder ser remunerado com uma bolsa.

A PNE sinaliza sobre a dificuldade em relação à supervisão do estágio curricular não-obrigatório, visto que os docentes tem uma grande sobrecarga, a qual se expressa na ausência de carga horária para viabilizar o processo de supervisão, o que torna inviável a supervisão acadêmica do estágio não-obrigatório da mesma forma que ocorre com o Estágio Supervisionado Obrigatório (ABEPSS, 2009). Além disso, é comum no estágio não-obrigatório o estudante ser utilizado como mão de obra barata, em muitos casos, o estagiário se submete a esse tipo de situação por necessitar da remuneração para se manter na universidade, a qual na maioria das vezes ainda é insuficiente.

Diante do exposto, é notável a necessidade de mais discussões sobre o estágio não-obrigatório pela categoria profissional, tendo em vista que ele deve ter um papel educativo na formação e proporcionar a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa do estudante. Por isso, o estágio não-obrigatório deveria ter a mesma lógica educacional incentivada no estágio obrigatório. A PNE destaca que:

No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca,

---

<sup>29</sup>Somente o profissional com formação profissional em Serviço Social e em pleno gozo de sua atuação profissional pode ser supervisor de campo do estagiário de Serviço Social, não podendo nenhum outro profissional se encarregar dessa função. De acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 (2012, p.28) é vedado ao profissional: “permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/a aluno/a estagiário/a”.



ainda, como estratégia na defesa do projeto de formação em consonância com o projeto ético- político do Serviço Social (ABEPSS, 2009, p.8).

Em virtude disto, destacamos que nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social não há nenhuma orientação sobre a supervisão direta do supervisor de campo e acadêmico sobre o estágio curricular não-obrigatório. O que torna evidente a necessidade de espaços de discussões compostos pela categoria profissional em geral e discentes acerca dessa modalidade de Estágio Supervisionado.

Segundo a Política Nacional de Estágio, compete ao estagiário quando inserido no campo de atuação ser um:

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo ensino-aprendizagem, construindo conhecimento e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando às relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social (ABEPSS, 2009, p.20).

Assim sendo, o estágio curricular obrigatório é de suma importância para a compreensão da unidade teórico-prática, pois é o momento da formação em que se é possível à articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Pois, o estagiário, a partir da sua inserção no ambiente de atuação do assistente social, precisa refletir sobre o desenvolvimento do trabalho, compreender as manifestações da questão social e suas contradições, entender a política social presente na instituição, os processos interventivos e investigativos.

O campo de atuação do assistente social no Brasil vem passando por várias transformações provocadas pelo Estado, a sociedade civil, o desmonte das políticas públicas e os processos de trabalho. Diante destes fatos, podemos observar que essas mudanças “[...] rebate diretamente no processo de formação profissional, e coloca novos e constantes desafios para a categoria” (ABEPSS, 2009, p.18). Em relação ao estudante trabalhador que demanda horário específico para o cumprimento do estágio, por exemplo, estes requisitam que as instituições criem estratégias para proporcionar essa atividade na sua formação, como o estágio obrigatório em plantões sociais, à noite, em hospitais.

A carga horária do estágio curricular obrigatório em Serviço Social da UFS é determinada no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da instituição. Frisamos ainda que a ABEPSS (2009) salienta que para a inserção do estudante no campo de estágio, seja este

obrigatório ou não-obrigatório, é exigido o cumprimento das disciplinas de Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional. No caso da UFS, as disciplinas pré-requisitos para a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório são Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III; Política Social I e II; Ética e Serviço Social I e II e Instrumentalidade I e II. Com isso, notamos que antes de se inserir no campo de atuação é preciso que o/a aluno/a aprofunde o seu conhecimento acerca das dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa.

Além da lei das Diretrizes Curriculares, da Política Nacional de estágio e do Parecer CNE/CES 8/2007<sup>30</sup>, a Lei Nº 11.788/2008 (A Lei do Estágio), a Lei Nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social), o Código de Ética do/a Assistente Social e a Resolução 533/2008<sup>31</sup> também regulamentam o Estágio Supervisionado. Enfatizamos que o Estágio Supervisionado deve estar de acordo com os princípios ético-políticos contidos no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993.

É possível observar na PNE a relevância dada à dimensão investigativa na formação profissional, em específico na inserção do estagiário no campo de atuação profissional. Salientamos que:

Quanto ao conteúdo das disciplinas, propõe-se apontar, claramente, para a indissociabilidade entre teoria e prática em cada nível do estágio supervisionado curricular. Esta unidade perpassará a análise da intervenção profissional, desde a inserção do estudante no espaço sócio-institucional, que indica a observação do trabalho do assistente social e a reconstrução do seu objeto (apreensão das contradições frente às diferentes manifestações da questão social), até a compreensão da dinâmica institucional e suas respostas por meio de políticas sociais e institucionais e, finalmente nas respostas profissionais por meio de processos interventivos e investigativos do Serviço Social nos diferentes campos de atuação, sempre observando a dimensão ética (ABEPSS, 2009, p.30).

Diante disso, é perceptível que o estagiário deve ter uma atitude investigativa frente à atuação do assistente social/supervisor de campo e as expressões da questão social que se apresentem no espaço socioinstitucional. No tocante a Política Nacional de Estágio, é possível observar que esta destaca princípios formativos que devem estar presentes na formação profissional como: a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-

<sup>30</sup> O Parecer CNE/CES 8/2007 dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

<sup>31</sup> A Resolução 533/2008 regulamenta a supervisão direta do estágio no Serviço Social.

política e técnico-operativa, a articulação entre formação e exercício profissional, a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, a articulação entre universidade e sociedade, a unidade teoria-prática e articulação entre ensino, pesquisa e extensão, os quais são pressupostos importantes para a construção de uma postura investigativa pelo discente.

Em diversas partes da PNE é citada a utilização da dimensão investigativa, o que torna evidente a necessidade da postura investigativa por parte do/a estudante quando inserido no espaço de atuação profissional. Pois, o estágio se constitui como um dos espaços que possibilita a concretização da dimensão investigativa na formação profissional.

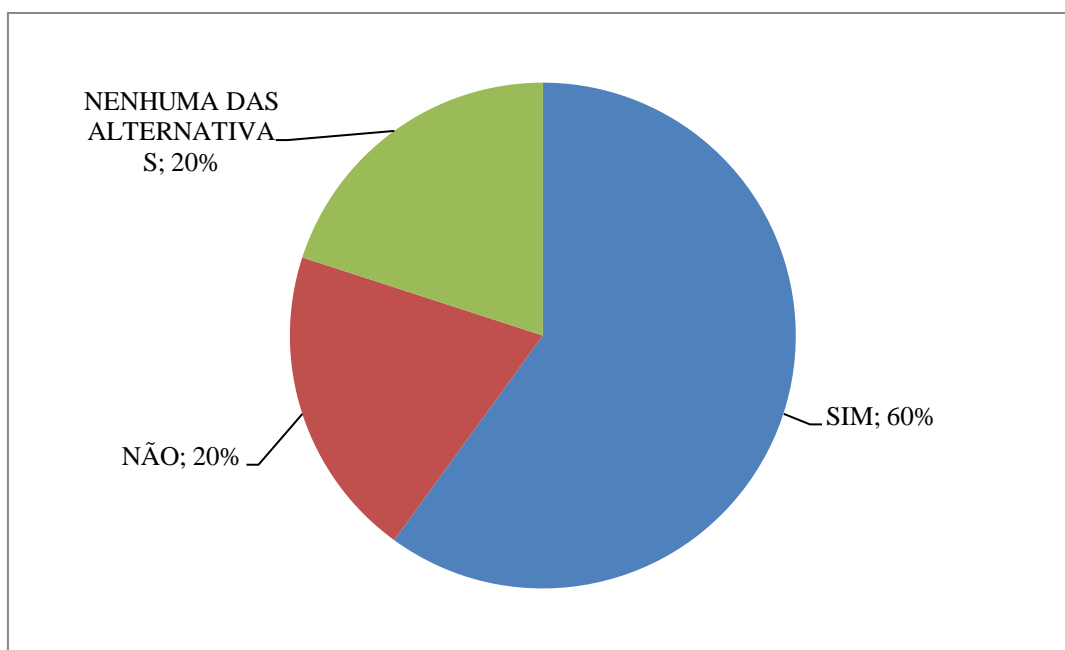
#### **2.4 Dimensão investigativa no Estágio Supervisionado Obrigatório na perspectiva dos/as discentes**

O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social permite compreender a realidade social e o contato com a prática profissional, propiciando desta maneira a oportunidade do discente concretizar a postura investigativa como mencionado em seção anterior. De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788 de 2008 (BRASIL, 2008):

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Ao considerarmos o estágio como uma atividade educativa, questionamos aos/as alunos/as de Estágio Supervisionado Obrigatório I e III e LEP I e III, se estes têm conseguido realizar a dimensão investigativa no campo de estágio. Diante disso, obtivemos como resultado que 60% dos/as entrevistados/as relataram que conseguiram realizá-la, 20% disseram não conseguir realizar a dimensão investigativa e 20% afirmaram ficam no meio termo. Como ilustra o gráfico 1.

**GRÁFICO 1- REALIZAÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**



**Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.**

Dessa forma, temos três categorias: os que conseguiram realizar a dimensão investigativa no campo de estágio, os que não conseguiram realizar e os que conseguiram realizá-la em parte. Destacamos que estas categorias possuem as suas especificidades.

Na primeira, ressaltamos os/a entrevistados/a que disseram ter conseguido realizar a dimensão investigativa no campo de estágio, dentre os 60% dos discentes, destacamos que 88,8% associaram a dimensão investigativa ao contato direto com o usuário. Assim afirmou o/a entrevistado/a 8: “porque eu faço na [...], lá tem toda a parte que dá suporte ao aluno para fazer a dimensão investigativa, porque a gente realmente tem contato com o usuário e faz todo o processo de intervenção que aprende na academia” (ENTREVISTADO 8, 2017).

Dessa maneira, como já foi mencionado, o estudante associa a atitude investigativa ao contato com o usuário, o qual realmente é um momento importante para a concretização da dimensão investigativa no campo de estágio, mas pode não ser o único, por exemplo, ao dialogar com o supervisor de campo sobre as demandas dos usuários de forma crítica e reflexiva, o estudante também estará exercitando a sua postura investigativa. Este ressaltou também a relação entre teoria e prática, a qual é indispensável para uma atuação profissional qualificada. Enfatizamos que o supervisor de campo deve dar o suporte para isso, como cita o entrevistado acima.

Entretanto, 11,2% dos entrevistados que relataram ter conseguido realizar a dimensão investigativa, ao serem questionados sobre a realização dela no Estágio Supervisionado Obrigatório, enfatizaram a observação da instrumentalidade na prática profissional. O/a entrevistado/a 14 destacou que “porque consigo visualizar os instrumentos, a teoria e todo o aprendizado que tive na instituição. Apesar dos desafios porque não existe receita pronta devido aos casos amistosos, porém consigo buscar a rede” (ENTREVISTADO 14, 2017).

Podemos observar que o/a entrevistado/a visualiza que faz parte da dimensão investigativa à relação existente entre a teoria e a prática profissional, o que é pertinente porque em toda a prática profissional deve existir esta relação, pois, sem a utilização da teoria na atuação profissional, esta se torna acrítica e imediatista.

Além disso, é possível notar que o/a entrevistado/a tem a percepção que cada caso exige um olhar diferenciado, visto que o/a mesmo/a enfatiza que não existe receita pronta, compreendendo ainda que o contato com a rede faz parte da dimensão investigativa, o que é relevante uma vez que este contato pode significar que o profissional percebeu durante a sua atuação profissional, através da sua postura investigativa que aquela demanda merece a articulação com a rede.

Na segunda categoria, salientamos os estudantes que informaram não conseguir realizar a dimensão investigativa no estágio. Dentre os 20% dos/as estudantes, 66,6% disseram não realizá-la, pois estavam apenas na fase de observação no estágio, destacamos assim, o relato do entrevistado 10: “no momento não. Porque nesse primeiro ponto de estágio, a gente tá fazendo só a observação. Faz acompanhamento. Esse é o momento que fica só nas observações. A gente não entrou para a prática em si ainda” (ENTREVISTADO 10, 2017).

Consideramos importante destacar que quando inserido no espaço socioinstitucional, o estudante deve procurar compreender a realidade social e ser um sujeito questionador, visto que o estágio é um momento da formação que deve possibilitar a construção de um perfil crítico e reflexivo acerca das múltiplas expressões da questão social. Assim, o discente inserido no ambiente de atuação profissional, deve ter uma postura investigativa desde o início dessa atividade, em frente a isto, percebemos pela resposta do entrevistado 10 que 66,6% dos/as entrevistados/as que relataram não conseguir realizar a dimensão investigativa expressam dificuldade na compreensão dessa dimensão, visto que a associam somente a prática do profissional e que não a visualizam como algo intrínseco a todo processo de formação profissional como sinaliza as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social.

Salientamos que dos 20% entrevistados/as que disseram não conseguir realizar a dimensão investigativa no estágio, 33,4% enfatizaram sentir dificuldades, pois o supervisor de campo não a realiza na sua atuação profissional. Assim informou o/a entrevistado/a abaixo.

“Porque a demanda de [local] é uma demanda diversa e eu não vejo dos assistentes sociais do [local] fazer no campo essa investigação, eles fazem o que aparecem e não a demanda do Serviço Social. Tarefas que o oficial deveria fazer ou outro profissional, eu não vejo essa investigação deles.” (ENTREVISTADO 9, 2017).

Diante disto, percebemos a existência de entraves para a construção de uma atitude investigativa, pois pelo que foi exposto pelo entrevistado 9, há profissionais que não cumprem ou desconhecem as competências e atribuições do assistente social no seu espaço de atuação, o que pode implicar em déficit na aprendizagem do estudante no campo de estágio, mas não impede que este analise a realidade social e questione, para ir além da superficialidade dos fenômenos, ou seja, desenvolver a atitude investigativa.

Ressaltamos que o cotidiano do assistente social é permeado pelo imediatismo e tecnicismo, além do mais, destacamos que existe a precarização crescente dos espaços de atuação profissional que podem ser vistas como barreiras para a compreensão acerca do que seja a supervisão de campo de estagiários. Assim, se faz imprescindível mais discussões promovidas pelo DSS/UFS acerca da supervisão de Estágio Supervisionado Obrigatório e não-obrigatório com os assistentes sociais que venham a ser supervisores de campo, tendo em vista, que muitos não tem um contato frequente com o ambiente acadêmico.

A terceira categoria corresponde aos 20% dos/as entrevistados/as que conseguiram realizar em parte a postura investigativa. Ressaltamos que 100% desses, informaram conseguir realizar essa postura em alguns momentos com o usuário. Assim, salientamos a resposta do/a entrevistado/a 13: “razoavelmente, pois no meu campo de estágio não tive muitas oportunidades de realizar essa dimensão com relação aos usuários.” (ENTREVISTADO 13, 2017).

A resposta acima evidencia que apesar de relatar sobre a realização da postura investigativa em algumas ocasiões, o/a entrevistado/a 13 associa a dimensão investigativa ao contato direto com o usuário, mas destacamos que ela pode ser concretizada desde o início da graduação e em outros momentos na atuação profissional, não somente quando se realiza o atendimento.

Ao indagarmos aos/as discentes sobre o incentivo por parte do seu supervisor de campo para o desenvolvimento da postura investigativa obtivemos os seguintes resultados: 73,3% dos/as entrevistados/as relataram ter recebido incentivo, mas 26,7% disseram que não. Consideramos válido frisar que a PNE (ABEPSS, 2009, p.19- 20) determina que caiba a este profissional:

[...] inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o (a) supervisor (a) acadêmico (a), no processo de supervisão.

Dessa maneira, na supervisão de campo é indispensável que o profissional proporcione ao estagiário a oportunidade de desenvolver a atitude investigativa no âmbito socioinstitucional, visto que esta atividade pode ser o maior contato com a realidade no espaço de atuação profissional, que esse estudante venha a ter.

Diante disso, enfatizamos que temos duas categorias que são: os que relatam ter incentivo pelo supervisor de campo e os que informaram não terem recebido incentivos por parte do supervisor de campo. Salientamos que as duas categorias têm suas especificidades.

Na primeira, destacamos os entrevistados que disseram receber incentivo, dentre estes 73,3%, 36,4% disseram ser incentivados para observar, assim destacamos a resposta do/a entrevistado/a: “incentivou sim, através da observação do local de estágio, do histórico do [local] e dos [usuários], e através de pesquisa de campo” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Percebemos pela verbalização do/a estagiário/a que a supervisora de campo tem contribuído para aguçar a sua postura investigativa, ao proporcionar o acesso aos documentos que podem viabilizar a reflexão diante daquela realidade onde o estudante está inserido. Ressaltamos que segundo a PNE, uma das atribuições do supervisor de campo é disponibilizar ao/à estagiário/a a documentação institucional necessária para aprofundar o conhecimento sobre o local (ABEPSS, 2009).

Entretanto, 27,2% dos 73,3% entrevistados enfatizaram ter recebido incentivo à participação, o que teria permitido o desenvolvimento da postura investigativa. Dessa forma, salientamos o relato do/a entrevistado/a abaixo.

“Porque ela é super acessível, ela não só orienta, como já desde o estágio I, que é o que estou fazendo, ela também coloca para fazer intervenções junto aos usuários, o que tem me dado maior segurança para chegar no II e, posteriormente, no III. Então, eu tenho todo o suporte sim. Ela tem feito todo possível para eu que eu faça um bom estágio” (ENTREVISTADO 7, 2017).

Notamos pelo caracterizado acima que a supervisora tem orientado e incentivado a participação do/a discente nas intervenções junto aos usuários, portanto, é pertinente enfatizar que cabe ao supervisor de campo de acordo com a PNE (ABEPSS, 2009) propiciar as condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do/a estagiário/a, além de assumir a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada, o que inclui as ações do/a estagiário/a.

Já os 36,4% dos/as entrevistados/as declararam que percebem o incentivo pelo supervisor de campo acerca da postura investigativa, através do diálogo com o mesmo. O entrevistado 6 enfatizou que “sempre, minha supervisora, ela puxa muito pra isso, ela tem muitas conversas com a gente, ela sempre se mostra disponível pra conversar, pra tentar diluir algumas dúvidas” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Assim, é necessário o diálogo entre o supervisor de campo e o/a estagiário/a com a finalidade de esclarecer os seus questionamentos e problematizar situações para dar melhores respostas às demandas e permitir ao/a discente perceber uma problemática para a sua intervenção no campo de estágio. O diálogo é importante para o desenvolvimento da postura investigativa no estágio, visto que pode estimulá-la.

Contudo, 26,7% disseram não receber incentivo por parte do supervisor de campo, pois encontraram dificuldades em desenvolver isso junto ao/a supervisor/a em sua atuação. Dessa maneira, 100 % desses afirmaram não receber estímulo por parte do supervisor de campo, devido à dificuldade na aproximação com este. Assim, consideramos relevante destacar a fala do/a entrevistado/a abaixo.

“Porque eu senti dificuldade na aproximação da supervisão de campo, entende para comigo, enquanto estagiária, eu estava ali e ainda estou enquanto estagiária, não enquanto profissional, eu tava ali para aprender, estou para entender, eu senti, muita dificuldade no contato, na aproximação com a minha supervisora para comigo, me ensinando como o profissional deve atuar nessa área, nessa política” (ENTREVISTADO 5, 2017).



Ante o manifesto, é possível observar que é necessário esclarecimento por parte do supervisor de campo sobre as suas atribuições em relação ao/a estagiário/a, pois o estágio deve se caracterizar como uma atividade educativa. Salientamos que segundo a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2009) é atribuição do supervisor de campo o acompanhamento das atividades do estágio e a discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, permitindo a formulação de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional, dessa maneira, é indispensável à realização de encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os/as estagiários/as. O fato destacado acima pode gerar a falta de estímulo e prejudicar a construção da postura investigativa no estágio, entretanto não é determinante para o seu desenvolvimento.

Diante do exposto, é relevante enfatizar que de acordo com a PNE (ABEPSS, 2009) obrigatoriamente as atividades do estágio curricular obrigatório necessitam da supervisão conjunta do supervisor acadêmico (professor da unidade) e do profissional do campo (assistente social da instituição e/ou no uso de suas atribuições privativas), devendo ter a participação plena do estudante/estagiário. Com isso, destacamos que o DSS/UFS tem proporcionado essa supervisão conjunta aos alunos matriculados na disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social, porém é necessária a promoção de seminários e rodas de conversas para a categoria profissional sobre a supervisão de Estágio Supervisionado Obrigatório e não-obrigatório.

No que se refere à supervisão acadêmica, ao questionarmos aos/as entrevistados/as, se estes/as perceberam o incentivo por parte do seu supervisor acadêmico para o desenvolvimento da postura investigativa, alcançamos os seguintes resultados: 93,3% disseram ter recebido incentivo e apenas 6,7% informaram sentirem-se confusos. Assim, é importante salientar que compete ao supervisor acadêmico, segundo a PNE (ABEPSS, 2009, p.19):

[...] o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o (a) supervisor (a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio.

É importante que o supervisor acadêmico em seu acompanhamento sistemático das atividades que são desenvolvidas pelo estagiário no campo de atuação, estimule a sua postura crítica, reflexiva e investigativa.

Dessa maneira, temos duas categorias, as quais têm suas especificidades: os que receberam incentivos pelo/a supervisor/a acadêmico e os que informaram sentirem confusos em relação à supervisão acadêmica.

Na primeira categoria, destacamos que dos 93,3% que declararam ter recebido incentivo pelo/a supervisor/a acadêmico/a, 50% relataram que foi através do incentivo a buscar o conhecimento sobre a realidade presente no espaço socioinstitucional. Assim, o/a entrevistado/a 2 afirmou que “é a primeira coisa que a professora fala, conheça a instituição, pra você saber até antes da gente entrar no campo mesmo, ela pediu que a gente fizesse uma pesquisa na internet, de como era a instituição, quanto tempo tinha e tal. Ela sempre incentivou” (ENTREVISTADO 2, 2017).

Assim, é importante que o/a estagiário/a conheça a instituição e a política social sobre a qual ocorre a atuação do assistente social. O incentivo pelo supervisor acadêmico ao conhecimento do ambiente profissional é necessário, visto que estimula a investigação por parte do aluno, possibilitando a este a reflexão sobre aquele espaço, o qual o discente está inserido.

Entretanto, 35,8% disseram receber o incentivo da supervisora através de textos. O entrevistado 3 relatou que “a supervisão foi muito enriquecedora, pois me proporcionou através de textos conhecer mais o campo de estágio” (ENTREVISTADO 3, 2017).

Podemos ressaltar que o estímulo à leitura acerca do estágio enquanto atividade educativa, da instituição e da política social presente neste âmbito, é um instrumento fundamental para o estudante adquirir uma postura investigativa, pois esta possibilitará ao/a discente quando inserido no campo analisar a realidade social de forma crítica e reflexiva embasado nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa defendidas pela categoria profissional dos assistentes sociais.

Dentro dessa primeira categoria, a qual corresponde a 93,3% há ainda 14,2% que destacaram a relação da articulação entre a teoria e prática, o entrevistado 14 informou que “sempre incentiva a buscar na teoria para um bom desempenho na prática, mostrando que temos uma visão da totalidade. É observando a importância da teoria com a prática” (ENTREVISTADO 14, 2017).

A relação teoria e prática devem permear toda a prática profissional, pois essa articulação é imprescindível para uma atuação qualificada, tornado-se assim de extrema relevância para o estagiário associar o que vivencia no campo de estágio com o referencial teórico sugerido na disciplina. O que torna o incentivo por parte do supervisor acadêmico bastante importante.

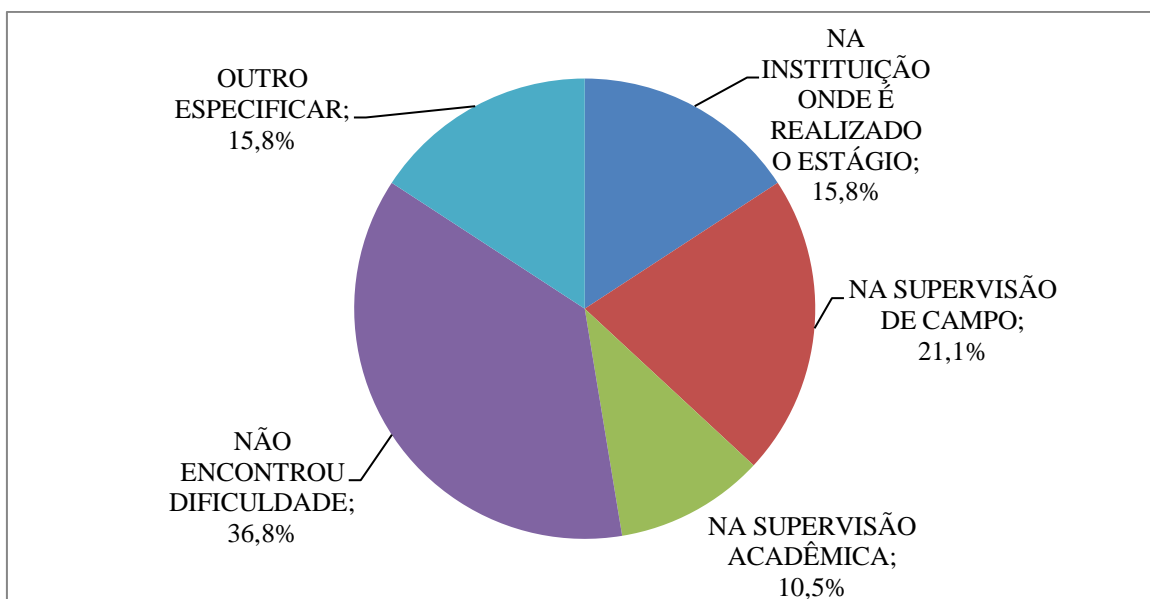
Contudo, dos 6,7% entrevistados/as que responderam sentirem-se confusos/as, salientamos que 100% desses/as afirmaram se sentirem confusos/as com a postura do/a supervisor/a acadêmico/a, portanto ressaltamos o depoimento do/a entrevistado abaixo:

“Eu fiquei meio confusa em relação a isso em sala, ela falou uma coisa. E quando teve uma reunião no [...], aí teve um assistente social que questionou porque o estudante da UFS tava dizendo a eles o que fazer, o que não era atribuição deles fazer, foi reclamar com ela para não fazerem isso. Ela disse que não era para falar, que falasse em sala de aula, a gente não pode questionar, querendo ou não a gente tem que fazer, então ficou meio termo. Fiquei confusa em relação a isso” (ENTREVISTADO 9, 2017).

É notável pelo informado acima que existem muitos desafios no que se relaciona a supervisão de campo, visto que podem existir profissionais que não sabem ou, simplesmente, não cumprem com suas atribuições, o que pode tornar o estágio um momento conflituoso. O estudante ao se deparar com a realidade profissional pode ter muitos questionamentos, os quais caberão ao supervisor acadêmico esclarecer. Destacamos que se deve levar em consideração que aquele profissional, o qual se disponibiliza a ser supervisor de campo, está em seu ambiente de atuação, e que é necessário ter cautela ao se realizar críticas ao seu modo de agir enquanto profissional. Diante disto, percebemos que o supervisor acadêmico é responsável pela mediação da relação supervisor/a de campo e estagiário/a. Também consideramos válido destacar que o Código de Ética de 1993 (CFESS, 2012) estabelece que é vedado ao assistente social, na sua atuação, ser conivente com falhas éticas e com erros técnicos praticados por qualquer outro/a profissional, incluindo o/a assistente social.

No entanto, ao perguntarmos sobre as dificuldades encontradas no aprendizado da dimensão investigativa no campo de estágio, 15,8% dos/as estudantes relataram sentir dificuldade na instituição onde é realizado o estágio, 21,1% na supervisão de campo, 10,5% na supervisão acadêmica, 36,8 % não encontraram dificuldade e 15,8% disseram encontrar outras dificuldades. Como demonstra o gráfico abaixo:

**GRÁFICO 2- DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA A CONSTRUÇÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

Dentre os 15,8% dos/as entrevistados/as que relataram sentir dificuldade na instituição 66,6% declararam que a maior dificuldade é no funcionamento do serviço. O/a entrevistado/a 9 verbalizou que “na instituição, porque não possui um protocolo de trabalho, inclusive tá tendo essa polêmica toda para a criação desse protocolo” (ENTREVISTADO 9, 2017).

Assim, percebemos que durante a atuação profissional é importante que o assistente social se utilize de instrumentos que permitam a melhora do funcionamento do serviço, visto que a falta de um protocolo como foi citado pelo/a discente, prejudica o andamento das atividades desenvolvidas. Pois, não há uma orientação padrão acerca da conduta profissional a ser seguida nos atendimentos e procedimentos. Todavia para a concretização disto, é necessário que os assistentes sociais da instituição se mobilizem e entrem em um consenso, além disso, é necessária a aprovação do protocolo pela gestão da instituição, o que se torna outro entrave.

Entretanto, 33,4% dos/as entrevistados/as ressaltaram que encontraram dificuldades inicialmente, o/a entrevistado/a abaixo destacou que:

“Encontrei um pouco de dificuldade, mas bem pouco mesmo, no início porque a gente estava conhecendo o espaço na instituição. Um pouco de dificuldade para desenvolver essa dimensão. Mas depois a gente vê, pega a dinâmica da instituição, a gente vai desenvolvendo” (ENTREVISTADO 1, 2017).

A inserção no campo de estágio, como foi mencionado pelo/a entrevistado/a, é o momento em que o estudante está conhecendo a instituição. Tendo em vista que este é o instante em que muitos alunos terão o seu primeiro contato com a realidade socioinstitucional, é compreensível o relato do/a entrevistado/a acerca da dificuldade de desenvolver a dimensão investigativa sobre a realidade em que está inserido/a.

No que se refere aos 10,5% da supervisão acadêmica e os 21,1% da supervisão de campo foi comum às respostas que ressaltam que estes deveriam ter um olhar mais atento com o estagiário. Como salientou o/a entrevistado/a abaixo.

“Justamente porque assim, está lá enquanto, estagiária e não enquanto profissional, então demandava um olhar mais atento das supervisoras tanto de campo quanto pedagógica. Eu senti muita dificuldade. Porque ficava lá sem saber como o assistente social atuava naquela política, era muita dificuldade de realmente está inserido naquele espaço sem ter assim, uma orientação que me norteasse sobre aquela realidade que eu estava inserido, então foi extremamente complicado” (ENTREVISTADO 5, 2017).

É de suma importância que o supervisor de campo, ao aceitar supervisionar o/a estagiária/a, tenha clareza de seu papel enquanto supervisor/a, entender que o/a estudante necessitará da sua orientação e que este estará inserido naquele espaço em uma atividade educativa. Precisando de um olhar atento tanto dele quanto do supervisor/a acadêmico/a como citado acima pelo entrevistado/a, ressaltando que os supervisores devem avaliar o aprendizado do discente conjuntamente.

Os 36,8% que relataram não ter dificuldade informaram ter conseguido desenvolver a dimensão investigativa. Desse modo, nessa categoria, foram totalizados 100% dos/as discentes que não encontraram dificuldades. Não havendo especificidades.

Contudo, dos 15,8% entrevistados/as que disseram ter encontrado outras barreiras, 66,6% relataram a aproximação com o usuário. O/a entrevistado/a abaixo declarou que:

“Mas não em relação à supervisão ou instituição, mas pelo fato de não conhecer aquele público que é usuário daquele serviço. Teve essa dificuldade um pouco de me aproximar deles, para poder entender todo o contexto que eles vivem, como que esse

problema de [...] ele foi descoberto pela família? Como é tratado? Então eu senti dificuldade em relação a isso, até entender porque de cara o que vemos é aquela criança com [...]. E até temos certo receio por achar que vai agredir ou alguma coisa do tipo. Eu tive que deixar de lado essa visão leiga que eu tinha e aprender a entender o porquê, a situação que aquela pessoa está passando, envolve vários fatores não é só a doença” (ENTREVISTADO 11, 2017).

É compreensível que ao se inserir no campo de estágio, o estudante possa ter dificuldade de aproximação com os usuários da instituição, visto que em muitos casos é o primeiro contato que irão ter com aquela política e consequentemente com a população usuária. Perante isto, salientamos a relevância da dimensão investigativa pelo estagiário/a, pois, este deve procurar desenvolver um olhar crítico e reflexivo acerca da realidade destes usuários, pois a postura investigativa do/a discente pode ser desenvolvida mesmo diante dos entraves que possam surgir no campo de estágio. Além disso, é importante enfatizar que tanto o supervisor acadêmico quanto o de campo deve orientar, esclarecer dúvidas e questionamentos do/a estudante.

Porém, há nessa categoria 33,4% que relataram a questão da burocratização, segundo o/a entrevistado 14, à dificuldade foi na UFS, devido à burocratização do sistema para a inserção no campo de estágio, entretanto, destacamos que além da burocratização institucional, o DSS/ UFS enfrentou dificuldades no que se relaciona a encontrar campos de estágio e profissionais que se disponibilizassem a serem supervisores de campo.

Neste item sobre a dimensão investigativa, podemos perceber que a maioria dos/as entrevistados/as afirmou ter conseguido realizá-la no campo de estágio, mas uma parcela menor dos/as discentes relatou não conseguir realizar por dificuldades em relação ao supervisor/a de campo ou por estar apenas em processo de observação, a outra parcela destacou a dificuldade de realizar a dimensão investigativa com os usuários. Além disso, a maior parte dos/as estudantes declarou receber incentivo por parte do supervisor/a de campo para a realização da dimensão investigativa, porém uma pequena porcentagem relatou o obstáculo na aproximação com este. No que se relaciona ao supervisor/a acadêmico/a, a maioria informou receber incentivo, porém a minoria dos/as entrevistados/as verbalizou sentirem confusos em relação à postura deste/a. Destacamos ainda que a maioria dos/as discentes afirmou não sentir dificuldades em relação ao campo de estágio. Entretanto, uma pequena parcela relatou dificuldades em relação à instituição de ensino e ao local aonde realiza o estágio. Há ainda dificuldades relacionadas aos supervisores/as de campo e acadêmico/as entre outras.

Por fim, notamos que apesar do estágio ser um espaço que possibilita a concretização da dimensão investigativa, é imprescindível um maior esclarecimento dos estudantes e da categoria profissional acerca de como esta atividade deve se constituir e quais as atribuições dos sujeitos envolvidos.

### CAPÍTULO 3

#### DESENVOLVIMENTO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

*[...] o conhecimento é a explicação/ elucidação da realidade e decorre de um esforço de investigação para descobrir aquilo que está oculto, que não está compreendido ainda. Só depois de compreendido em seu modo de ser é que um objeto pode ser considerado conhecido. Adquirir conhecimentos não é compreender a realidade retendo informações, mas utilizando-se destas para desvendar o novo e avançar, porque, quanto mais competente for o entendimento do mundo, mais satisfatória será a ação do sujeito que a detém.*

*Cipriano Carlos Luckesi*

A inquietação das autoras sobre o desenvolvimento da dimensão investigativa na formação profissional parte de lacunas presentes na formação das mesmas, as quais deram elementos para a elaboração do presente texto. Partimos da premissa de que atitude investigativa tanto do estudante quanto do profissional deve ter intencionalidade e finalidade, além da unidade entre a teoria e a prática.

Neste capítulo, contextualizamos sobre os entraves postos a formação profissional do assistente social, posteriormente, abordamos a dimensão investigativa na formação profissional do assistente social, tomando por referência a análise dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os/as alunos/as das disciplinas do Estágio Supervisionado Obrigatório I e III e Laboratório de Ensino da Prática I e III.



### 3.1 Breve contextualização sobre os entraves postos a formação profissional do assistente social

No atual cenário de desmonte de políticas públicas no Brasil, a qual inclui a política de educação, é notável a crescente precarização do ensino, o que provoca a necessidade de discussões acerca de temáticas pertinentes à formação profissional do estudante de Serviço Social. Assim, consideramos importante destacar que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu-no seu todo ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria História teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequentemente e grosseiramente falsificada para esse propósito (Mészáros, 2008, p.35-36, grifos do autor).

Dessa forma, destacamos que o processo de formação profissional do assistente social tem se colocado contrário aos interesses da classe dominante, pois está vinculado a um projeto ético-político compromissado com a defesa da emancipação da classe trabalhadora. Diante disto, GONÇALVES (2015, p.85 - 86) enfatiza que:

Mesmo contra a corrente, pode se dizer que as entidades de classe do serviço social tem desencadeado ações, como já citadas anteriormente, que evitam o conformismo, o imobilismo, a acomodação frente às investidas do Estado, criando estratégias políticas (oficinas nacional e regionais promovidas pela ABEPSS; encontros descentralizados do conjunto CFESS/CRESS; eventos nacionais tais como, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, Encontro Nacional de Pesquisas em Serviço Social/ENPESS e outros) que visam a fomentar a crítica, romper com análises fundamentadas no senso comum. Em suma, pode-se dizer que a emancipação política passou a fazer parte do cotidiano do exercício e da formação profissional do assistente social.

Em frente às lutas travadas pelas categorias de classe, a formação profissional do assistente social nas universidades tem se configurado em um campo de lutas e resistência as ofensivas neoliberais<sup>32</sup>. Assim, Machado e Cota (2014) relatam que quando a universidade exerce seu papel corretamente, não é considerada apenas como um mecanismo do aluno obter

<sup>32</sup>Ver NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

seu diploma, emprego e remuneração, mas é vista como um meio transformador da sociedade, pois o conhecimento pode ser conceituado como uma das principais forças motrizes do desenvolvimento social e econômico de um país.

Mediante isto, é relevante frisar que “a Universidade deve formar profissionais que, além de aptos a exercer seu ofício perante a sociedade, se predisponham a fazer com seriedade, sabedoria e acima de tudo humanidade” (MACHADO, COTA, 2014, p.223). Ou seja, desenvolver profissionais que tenham um olhar crítico para a realidade, o que torna imprescindível formar um profissional bem qualificado através de uma formação que oportunize isso.

O desmonte da política de educação prejudica a formação profissional nas instituições públicas e privadas. A primeira é afetada, principalmente, pela falta de investimentos, o que consequentemente acarreta em diminuição de investimentos em pesquisa e extensão; na segunda há o aumento de instituições devido à progressiva falta de investimentos na educação pública. As unidades particulares em sua maioria, visam primeiramente à rentabilidade financeira e limitam-se em muitos casos a realização do ensino, não oportunizando aos seus alunos/as o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão, o que acarreta em limitações no que relaciona aos espaços para o desenvolvimento da postura investigativa pelo estudante. Assim, Agapito (2016, p.126) destaca que:

A educação superior na América Latina, na transição do final século XX para a entrada do século XXI, vem sendo atingida pelas reformas neoliberais que impulsionam a mercantilização da educação e a redução da intervenção do Estado, especialmente com os cortes orçamentários na política educacional.

Dessa forma, mediante o cenário de cortes orçamentários vigentes para a educação, é questionável se a formação em Serviço Social tem sido prejudicada, visto que o mercado é cada vez mais exigente em relação a ter uma formação profissional de nível superior, fato que leva muitas pessoas a se inserirem em instituições públicas e privadas com o ensino na modalidade presencial e Educação a Distância, apenas com o intuito de obter um diploma. Perante isso, Ferrarez (2016, p.82) enfatiza que:

[...] O Estado deveria investir em uma educação de qualidade para todos os brasileiros como forma de proporcionar igualdade de acesso ao mercado de trabalho, mas (desde a ditadura militar) os governos fortaleceram o repasse de verbas públicas para IES privadas como forma de garantia de acesso ao ensino superior.

Exemplos do investimento do Estado nas instituições privadas são: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que oferece bolsas em faculdades particulares para pessoas, a partir dos critérios de renda e do estudante não ter realizado outro curso. Outro programa criado pelo governo que favorece o ensino privado é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que financia cursos superiores nas instituições privadas.

É destacável que a construção da dimensão investigativa na formação do assistente social enfrenta vários obstáculos em virtude da precarização do ensino que assola as instituições públicas e privadas do Brasil.

### **3.2 Dimensão investigativa e o processo de ensino-aprendizagem**

Neste item, analisamos como a dimensão investigativa é abordada na formação acadêmica dos/as discentes de Serviço Social da UFS, buscamos identificar as principais lacunas e dificuldades percebidas pelos/as estudantes para a construção da postura investigativa na formação profissional do/a assistente social, através das entrevistas realizadas com os/as alunos/as das disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e III e Laboratório de Ensino da Prática (LEP) I e III. Entendemos que essa postura deve ser estimulada na graduação do/a discente desde o seu início.

Durante o período de realização das entrevistas, as quais começaram no mês de abril de 2017, foram entrevistados/as 15 estudantes, correspondendo a 13,9% dos/as 93 matriculados/as em Estágio Supervisionado obrigatório I e III e LEP I e III.

Desse modo, em um primeiro momento, descrevemos e analisamos o perfil desses/as discentes entrevistados/as, para posterior caracterizar e discutir as questões relacionadas ao campo de estágio que esses/as alunos/as estão inseridos/as, retomamos a problematização sobre os entraves burocráticos que se colocaram para realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social I, o qual realizamos análises a respeito da falta de espaços socioinstitucionais a partir dos dados obtidos. E por fim, realizamos um estudo minucioso sobre a dimensão investigativa na formação profissional desses/as discentes do curso de Serviço Social da UFS a partir dos dados coletados.

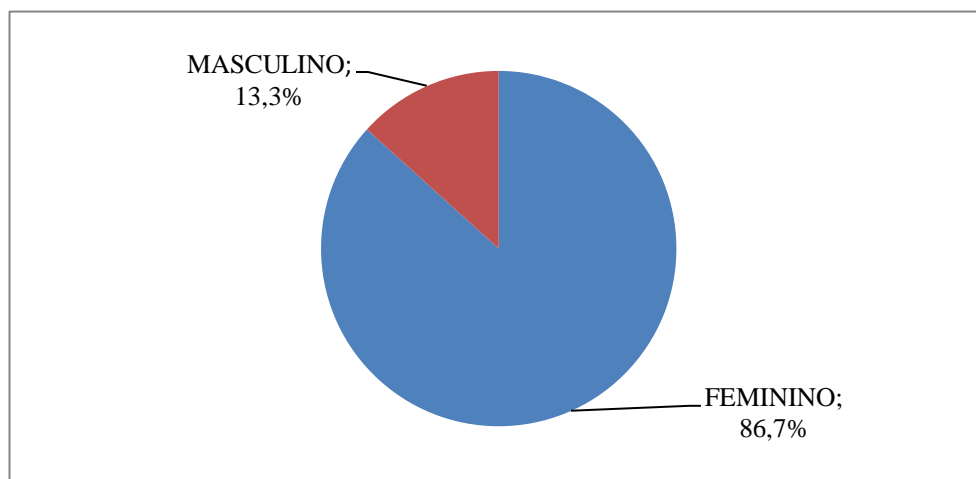
### 3.2.1 Caracterização do Perfil dos/as entrevistados/as

Nesse subitem, descrevemos e analisamos o perfil dos/as discentes entrevistados/as, com o intuito de compreender quem são esses sujeitos. Além de entender o contexto sócio-histórico em que estão inseridos.

No que se relaciona ao ano de ingresso na universidade 13,3% ingressaram no ano de 2010, 53,4% no ano de 2012 e 33,3% no ano de 2013, 60% do público alvo estava cursando o 8º período e 40% o 10º período. Dos/as entrevistados/as, 60% estavam cursando LEP I e estágio obrigatório I e 40% LEP III e Estágio III. Destacamos que os/as estudantes que ingressaram no ano de 2010, ingressaram na UFS há mais de 12 semestres, portanto, encontram-se irregular, pois o Projeto Pedagógico de Serviço Social da UFS que está em vigência estabelece que o período mínimo de conclusão do curso é 8 semestres, o médio 10 e o máximo é 12 semestres.

Dentre os/as entrevistados/as 13,3% pertenciam ao sexo masculino e 86,7% ao feminino, conforme ilustra o gráfico abaixo:

**GRÁFICO 3- SEXO DOS ENTREVISTADOS**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Percebemos com essas análises que a maioria dos/as pesquisados/as é do sexo feminino, fato esse que relaciona a discussão no Serviço Social de ser uma profissão, essencialmente, feminina.

Visto que a profissão quando surgiu era influenciada pela teoria da Igreja católica com caráter, essencialmente, filantrópico. Segundo Estevão (1984), o Serviço Social é considerado uma profissão historicamente feminina, devido a sua origem estar relacionada às “damas de caridade” mulheres de elevado poder aquisitivo. Para a autora supracitada o Serviço Social da época realizado por essas “damas de caridade” era baseado em um trabalho de “ajuda” aos pobres, era feito de uma forma não sistemática, embasado em preceitos religiosos e não estabelecia nenhuma teorização.

Iamamoto (2005) corrobora com Estevão (1984) quando sinaliza que as escolas da época de Serviço Social, exigiam em seu corpo discente mulheres, e exigiam alguns outros requisitos para admissão destas, por exemplo, na escola de Serviço Social Elvira Matte de Cruchaga, fundada no Peru em 1929, estabelecia que as mulheres tivessem entre 21 anos a 35 anos; apresentassem a recomendação da igreja; atestado médico sobre boas condições de saúde; texto manuscrito com o resumo da história pessoal das alunas; etc.

Todavia, com a emergência da questão social, a qual demandou do Estado respostas políticas e profissionais, iniciou-se o processo de institucionalização da profissão, com a finalidade de atenuar os conflitos de classes. Foi a partir do Movimento de Intenção de Ruptura que o Serviço Social passou a intervir de forma crítica. Conforme já mencionado em seções anteriores.

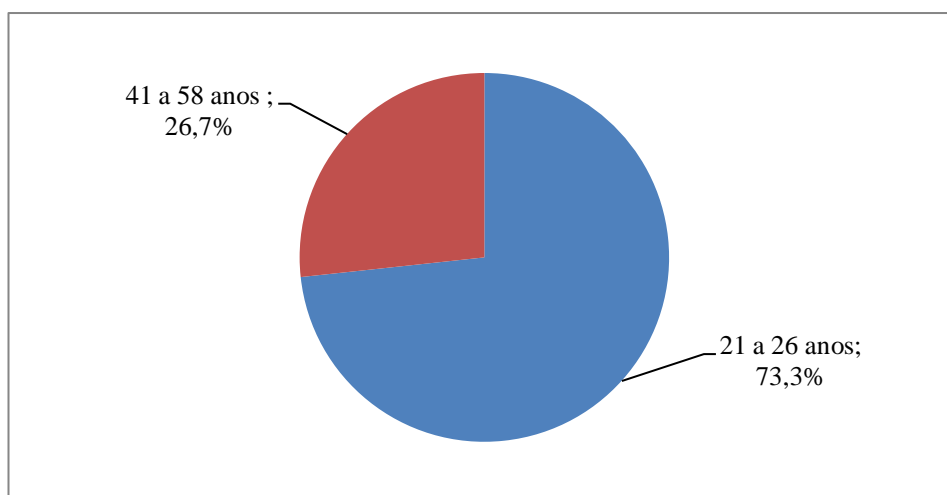
Percebemos que apesar de todos os avanços alcançados pela categoria profissional, tais como: a institucionalização da profissão; o Movimento de Intenção de Ruptura, que permitiu a aproximação com o materialismo histórico dialético; o estabelecimento da Assistência Social como política pública; o projeto ético político profissional; o Código de Ética de 1993; as DCs; a PNE; dentre tantas outras, que o traço histórico que marca a imagem da profissão desde a sua origem, permanece na sociedade contemporânea. Assim, a questão de gênero está pautada na formação histórica do curso, por isso essa baixa participação masculina.

A questão da “feminização” da profissão relaciona-se também ao fato do Serviço Social está ligado ao processo de reprodução das relações sociais. Que segundo Yazbek (2009, p.3) “[...] a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade”. Desse modo, a profissão de Serviço Social bem como as demais profissões que estão na esfera da reprodução social são majoritariamente feminina, tais como: Enfermagem, Pedagogia entre outras. Devido ao caráter voltado à proteção e cuidado social, e

as questões associadas aos direitos sociais, cidadania, protagonismo social, vulnerabilidades sociais, entre outros. Pretendemos com isso, sinalizar apenas a importância do debate em torno da questão de gênero<sup>33</sup> no Serviço Social, fato esse que não iremos nos estender.

Verificamos que a maioria dos/as estudantes pesquisados se encontra com a faixa etária entre 21 a 26 anos de idade. Como ilustra o gráfico 4:

**GRÁFICO 4- FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS**



**Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.**

Atualmente, a qualificação profissional é cada vez mais exigida dos mais jovens para a inserção no mercado de trabalho, seja essa o ensino técnico ou o ensino de nível superior, podemos relacionar este aspecto ao fato de a maioria dos/as entrevistados/as se encontrar na faixa etária entre 21 a 26 anos. A população mais jovem está sendo exigida a adquirir um diploma, o que implica em muitos casos a estes se inserirem em instituições de ensino que seguem a lógica mercadológica, as quais se preocupam mais com a lucratividade financeira do que com a qualidade do ensino oferecido, o que torna válido destacar que a universidade pública, atualmente, não consegue absorver a demanda de estudantes que desejam cursar o ensino superior.

<sup>33</sup> Para aprofundar o debate sugerimos ver as obras de ESTEVÃO, A, M, R. O que é serviço social. 1 ed. Brasiliense S.A. São Paulo, 1984; MACHADO, L, M, V. A incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 1999; IAMAMOTO, M. V. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2005; e MOREIRA, M. R. A. et. al. O lugar de gênero na formação da/o assistente social. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, dezembro de 2006, Recife Brasil.

Diante disso, Agapito (2016) salienta que as implicações para o ensino superior brasileiro, mediante a contrarreforma do Estado são: expansão da privatização da oferta de cursos; tendência a acabar a relação ensino/pesquisa/extensão tanto nas instituições públicas quanto privadas; concepção das universidades de forma operacional e pragmática; submissão das atividades acadêmicas a lógica do mercado/capital e a autonomia das universidades canalizada para a administração dos recursos financeiros necessários para a manutenção da vida acadêmica.

Os estudantes, muitas vezes, se inserem nas instituições de ensino visando apenas certificação da formação profissional e entrada no mercado de trabalho, não se preocupando primeiramente com a qualidade do ensino ofertado, é relevante ressaltar que as instituições privadas tendem a resumir a formação ao ensino, não proporcionando aos estudantes à oportunidade para a realização da pesquisa e extensão. É importante frisar que a educação tem se tornado mais um dos serviços ofertados pelo mercado, podemos constatar isso, quando observamos o aligeiramento dos cursos presenciais e da Educação a Distância (EAD), este último foi expandido significativamente nas instituições de ensino.

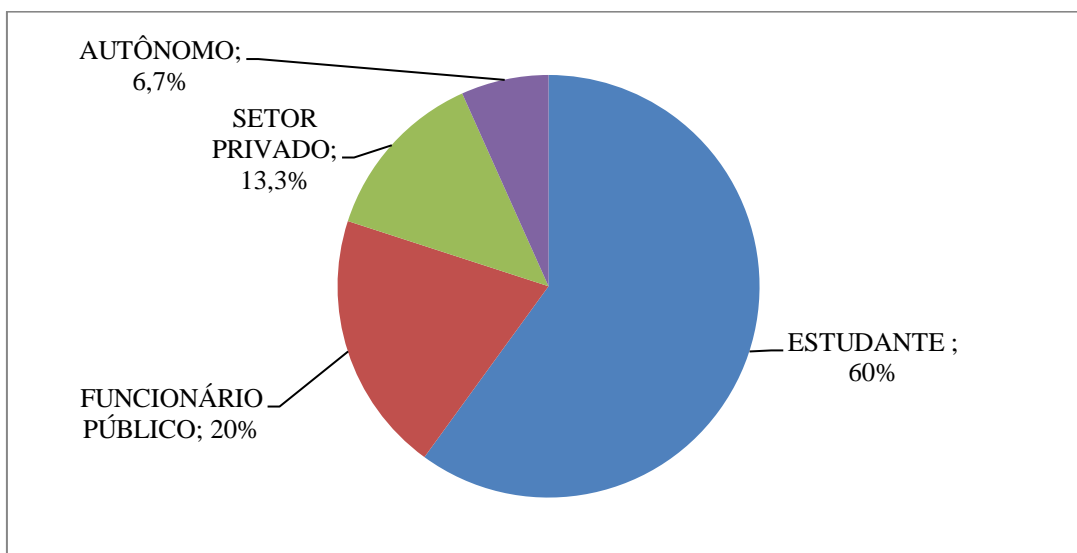
No que se relaciona aos 26,7% dos entrevistados que corresponde aos entrevistados/as entre 41 a 58 anos de idade, podemos observar que o mercado de trabalho exige cada vez mais que o trabalhador se qualifique, sendo a formação de nível superior valorizada, o que torna comum a inserção mais tardia na universidade, com a intencionalidade da continuação da formação. Convém ressaltar que a Lei Nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) – LDB, em seu artigo 2º estabelece que a educação é dever tanto da família como do Estado e deve estar pautada nos “princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, todos tem direito a educação, seja de nível fundamental, médio e superior, independente da idade em que se encontre. Além do mais, o surgimento de programas que incentivam a educação continuada e a Política de Cotas pode ter contribuído para a ampliação do acesso desse público as Instituições de Ensino Superior.

Em relação ao estado civil 66,7% são solteiros/as, 20% casados/as, 13,3% divorciados/as. Percebemos que apesar da maioria se declarar solteiro/a, há uma diversificação no estado civil, que vai desde casado/a à divorciado/a.

Em relação ao perfil profissional, concluímos que 60 % estão apenas estudando e os outros 40% estão no mercado formal ou informal de trabalho, o qual subdividi-se em

funcionário público com 20 %; setor privado 13,3 %; e autônomo 6,7 %, conforme ilustra o gráfico 5:

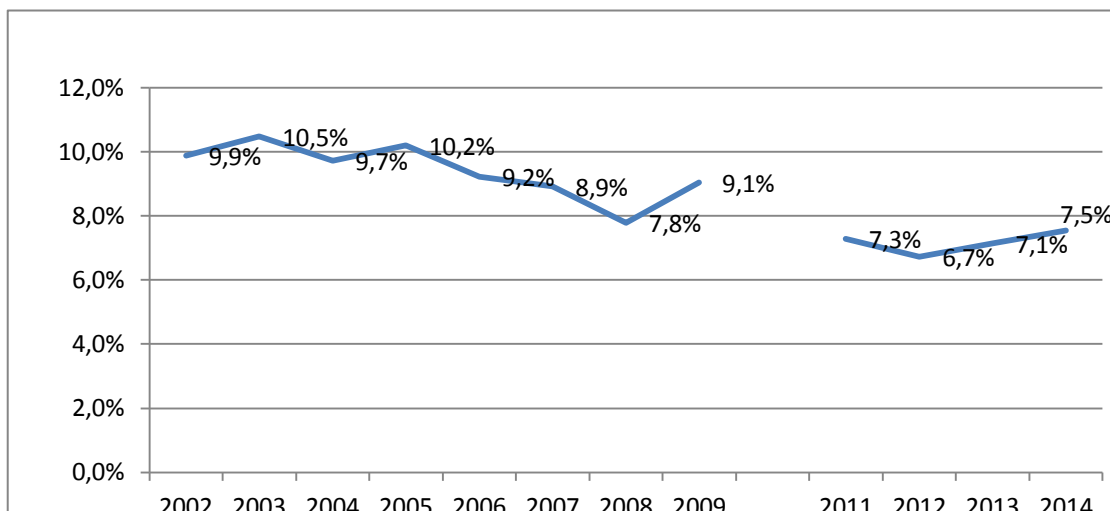
**GRÁFICO 5- PERFIL PROFISSIONAL DOS PESQUISADOS**



**Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.**

É válido ressaltar que o Projeto Pedagógico da UFS transferiu o curso de Serviço Social para o período noturno, em virtude do perfil dos alunos do curso, que em sua maioria estava no mercado de trabalho, conforme mencionamos em seções anteriores. Porém a partir dos dados da nossa pesquisa, podemos observar que apenas 40% dos/as entrevistados/as estão no mercado formal ou informal de trabalho, sendo que 60% afirmaram está apenas estudando. Ressaltamos, porém que quando o projeto pedagógico foi implementado no ano de 2003, o contexto histórico era outro, pois o país não estava passando por uma crise político-econômica de tal dimensão como a atual. A taxa mais alta de desemprego no Brasil, no ano de 2003, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegou a 10,5 % inferior às taxas atuais. Como ilustra os gráficos 6 e 7.



**GRÁFICO 6- TAXA DE DESEMPREGO ANUAL DE 2002 ATÉ 2014.**

**Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE/PNAD) s/d.**

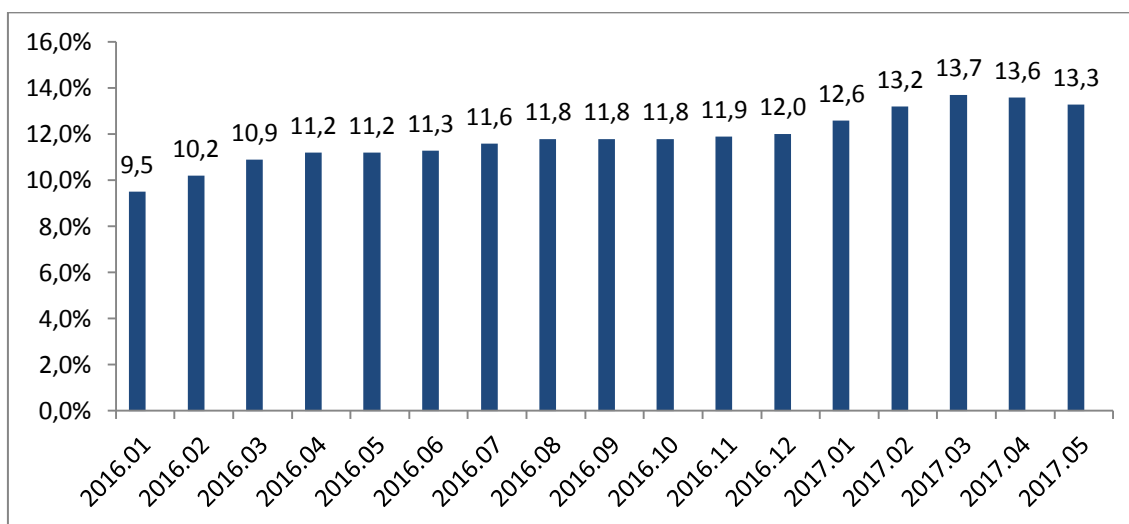
A partir do gráfico, compreendemos que entre o período de 2002 a 2014, a taxa de desemprego em 2003 foi a mais alta com 10,5 %. Contudo nos anos 2016-2017 as taxas de desocupados estiveram em torno de 11,9 % a 13,7 %, sendo está última a mais alta da história, como ilustra o gráfico 7.

Desse modo, inferimos que esse grande percentual que afirma estar apenas estudando pode-se relacionar a atual conjuntura do país, com a ofensiva neoliberal e com a crise político-econômica, as quais trazem como efeitos: o desmonte das políticas públicas; o crescimento dos juros; os cortes com os gastos públicos (saúde, educação, assistência, habitação); o crescimento massivo do desemprego; dentre outros. Chamamos atenção para esse último efeito, ao qual deduzimos está intrinsecamente relacionado ao fato de 60% dos/as pesquisados/as não estarem no mercado de trabalho, visto que segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua<sup>34</sup> (PNAD Contínua), do IBGE a taxa de

<sup>34</sup>A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua “Destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, agregando a produção de resultados anuais sobre temas permanentes da pesquisa (como trabalho infantil e outras formas de trabalho, migração, fecundidade etc.) e outros aspectos relevantes selecionados de acordo com as necessidades de informação. A pesquisa é realizada por meio de uma amostra de domicílios, extraída de uma amostra mestra, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos para sua divulgação. A cada trimestre, são investigados 211.344 domicílios particulares permanentes, em aproximadamente 16.000 setores censitários, distribuídos em cerca de 3.500 municípios” (IBGE, S/D).

desemprego ou taxa de desocupados<sup>35</sup> no Brasil foi 12,6% em janeiro de 2017, ante 11,8% do mês de outubro e 10,9%, em março de 2016, conforme ilustra o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 7- TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, NA SEMANA DE REFERÊNCIA- (%) MENSAL DE 2016.1 A 2017.5.**



**Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE/PNAD Contínua) s/d.**

Podemos observar que em março de 2017, registrou-se 13,7% o que equivale a 14, 2 milhões de desempregados no país nesse período. Essa taxa é superior se comparada ao trimestre anterior, outubro, novembro e dezembro de 2016, quando o desemprego estava na faixa de 12%. De acordo com os dados do IBGE, a taxa do mês de março de 2017 foi a mais alta desde que o instituto começou a publicar as pesquisas mensais em 2012.

Ceolin (2014, p.254) assevera que as manifestações da precarização do trabalho e das suas relações de emprego no contexto contemporâneo “configuram-se como um traço da universalidade do modo de produção capitalista em tempo de crise estrutural da composição técnica e orgânica do capital e de seu padrão de acumulação”.

<sup>35</sup>Segundo o IBGE a população desempregada ou desocupada são “aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência de 30 dias, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.)” Já a taxa de desocupados “é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: [desocupados/força de trabalho] x 100” (IBGE, S/D).

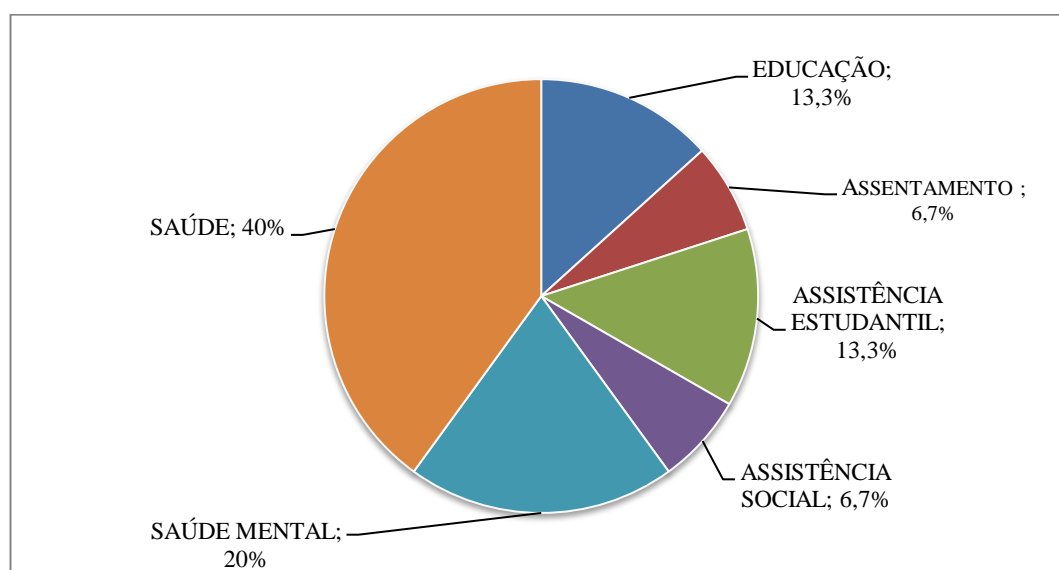
Com isso, concluímos que a precarização nas relações de trabalho e a questão do desemprego massivo são resultados do processo de reestruturação do capital, somado a crise-política a qual se encontra o Brasil e ao trato que o Estado vem tendo com as políticas públicas, dando prioridade ao setor privado, descentralizando e fragmentando programas sociais.

Em suma, o perfil dos/as entrevistados/as se constitui em sua maioria por pessoas do sexo feminino, compreende a faixa etária de 21 a 26 anos, todavia há uma parcela mínima entre 41 a 58 anos de idade. A maioria dos/as pesquisados/as é solteiro/a e estudante que ainda não se encontra inserido no mercado de trabalho.

### 3.2.2 Campo de estágio em que os/as entrevistados estão inseridos/as

A partir dos dados coletados, conforme ilustra o gráfico 8, sobre os campos de estágio aonde estão inseridos/as os/as estudantes pesquisados/as, é perceptível que a área que mais absorveu estagiários/as foi a da saúde com 60%; sendo um 1/3 na saúde mental; 13,3% a de educação e assistência estudantil; 6,7 % as de assentamento e assistência social.

**GRÁFICO 8- CAMPO DE ESTÁGIO**



**Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.**

A área da saúde, historicamente, foi a que mais absorveu o profissional de Serviço Social no Brasil, a inserção do assistente social se deu principalmente em hospitais, por isso, é compreensível que o maior campo de inserção dos estagiários foi à saúde com 40%, seguida da saúde mental com 20%, pois há um grande quantitativo de profissionais nessas áreas. É relevante frisar que mesmo assim, houve uma enorme dificuldade para a coordenação de estágio do DSS/UFS encontrar campos para a realização dessa atividade e conseguir profissionais que se disponibilizem a supervisionar estagiários/as fato que atrasou o início do estágio obrigatório I. Visto que, o TJSE e a Prefeitura Municipal de Aracaju somente aceitavam estagiários não-obrigatórios, está última através de negociações com a coordenação de estágio do DSS/UFS foi possível a realização do convênio para a inserção dos estudantes.

É válido destacar que a UFS se encontra com períodos atrasados devido a ocorrências de greves, o que se torna um empecilho para a inserção de estudantes/estagiários/as no espaço socioinstitucional. Pois, outras instituições de ensino que tem períodos regulares acabam por conseguir muitas vagas para a realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social. Outra dificuldade é o aumento do número de instituições particulares que ofertam o curso de Serviço Social em Sergipe.

A saúde, com a Constituição de 1988, passou a integrar o tripé da seguridade social junto com a assistência e previdência social. Enfatizamos ainda que o movimento de reforma sanitária, que se iniciou no final da década de 1970, defendia dentre outras coisas a democratização do acesso à saúde, o que acarreta na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, o qual colaborou para a expansão da atuação do assistente social na área da saúde como um todo, pois passou a levar em consideração a relação existente entre a saúde e os processos sociais.

O CFESS (2010) destaca que o projeto de reforma sanitária solicita que o assistente social trabalhe as seguintes questões em seu exercício profissional: democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático às informações e estímulo à participação popular. Diante do exposto, é possível entender o fato da área da saúde continuar sendo uma das principais empregadoras do assistente social e consequentemente um dos maiores campos de inserção de estagiários.

Outra dificuldade enfrentada pelo DSS/UFS para encontrar campo de estágio, é o fato do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) que é instituição, a qual possui em seu quadro muitos assistentes sociais, não aceitar mais discente para o estágio curricular

obrigatório, o que ocasiona uma grande perda de áreas de inserção dos/as estudantes da UFS. Porém é válido ressaltar que ocorrem seleções frequentemente para a inserção de discentes para o estágio curricular não-obrigatório nessa instituição. No que se refere a essa modalidade de estágio a PNE (ABEPSS, 2009) enfatiza que um dos problemas que atinge o estágio curricular não-obrigatório na formação, o qual é impulsionado pela lógica capitalista, é o caráter reducionista que lhe é conferido ao utilizar o/a estudante como força de trabalho, desfigurando, dessa forma, a dimensão educativa desta atividade. A PNE destaca ainda que em decorrência da dificuldade, cada vez maior, da inserção no mercado de trabalho, não pode ser entendida e/ou mantida pelas instituições de ensino, como política de permanência na universidade, papel este que deve ser responsabilidade da assistência estudantil.

A PNE (ABEPSS, 2009) ainda salienta que tanto o estágio obrigatório como o não-obrigatório deve se caracterizar pela atividade teórico-prática, se efetivando por meio da inserção do/a estudante nos espaços socioinstitucionais, nos quais trabalham os/as assistentes sociais, intencionando assim, capacitá-lo/a nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional.

É fácil perceber que os/as estudantes estão enfrentando muitos entraves para a sua inserção nos campos de atuação profissional, o que demonstra a necessidade de mais discussões acerca da importância do Estágio Supervisionado na formação, principalmente, no que se refere à realização do Estágio Supervisionado não-obrigatório.

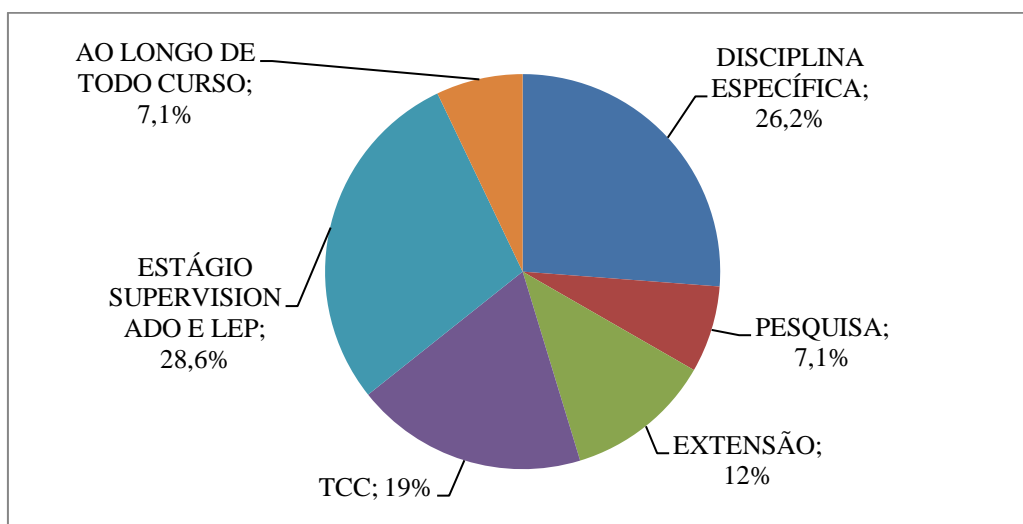
### **3.2.3 Dimensão investigativa na formação profissional na perspectiva dos/as entrevistados/as**

Nessa seção, analisamos como os/as discentes percebem a aproximação com a dimensão investigativa, verificamos as condições objetivas para apreensão dela e as estratégias utilizadas pelos docentes para aguçar esta postura, os desafios e dificuldades para compreensão e a realização da dimensão investigativa na formação profissional.

Ao perguntarmos aos/as estudantes sobre como ocorreu a sua aproximação com esta dimensão, obtivemos os seguintes resultados: 26,2% declararam que foi a partir de uma disciplina específica, 7,1% através da pesquisa, 12% a partir das atividades de extensão, 19%

relataram que foi através do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), 28,6% a partir do Estágio Supervisionado e LEP e 7,1% informaram ter sido ao longo de todo o curso. Como ilustra o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 9- APROXIMAÇÃO COM A DIMENSÃO INVESTIGATIVA**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Podemos observar que o Estágio Supervisionado e a disciplina de LEP foram à forma de aproximação com a dimensão investigativa mais citada pelos entrevistados com 28,6%. Como já mencionamos em seções anteriores, o estágio (compreendendo aqui também a disciplina de LEP) é uma das atividades que pode possibilitar a concretização da dimensão investigativa, visto que proporciona o conhecimento e o contato direto com o ambiente de atuação profissional. Ressaltamos que o estágio obrigatório I, II e III ocorre nos três últimos períodos do curso<sup>36</sup>, mas a dimensão investigativa deve perpassar todo o processo de formação do assistente social. Diante disto, o/a aluno/a relatou que “na disciplina de estágio e de LEP a gente discute muito sobre a dimensão investigativa” (ENTREVISTADO 1, 2017). Salientamos que o fato se deve a necessidade do/a discente desenvolver um perfil reflexivo, crítico e questionador mediante a sua inserção no espaço de atuação do assistente social, por isso, o estímulo pelo supervisor de campo para discussões em sala de aula sobre o assunto.

O segundo maior citado como forma de aproximação com a dimensão investigativa foi uma disciplina específica com 26,2%, ressaltamos que 100% dos/as entrevistados/as que

<sup>36</sup> Ver anexo A- Dados do currículo de Serviço Social da UFS.

sinalizaram uma disciplina específica 72,7% destacaram a de Oficina de Instrumentalidade Profissional, 9,1% a de Questão Social, 9,1% a de Pesquisa Social e Serviço social e 9,1% não especificou a disciplina. Destacamos que as disciplinas de Oficina de Instrumentalidade Profissional I e II consistem na realização de exercícios teórico-práticos, estas abordam teoricamente a dimensão investigativa. Dessa forma, visualizamos que estes entendem que essa postura somente esteve presente a partir de tais disciplinas, ou seja, em momentos isolados na formação.

O terceiro mais citado pelos/as estudantes foi à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com 19%, percebemos que esta é uma atividade valorizada na graduação, com isso, destacamos a fala do/a discente declarando que “toda a extensão da parte de TCC foi de grande valia para todo o meu processo de formação” (ENTREVISTADO 8, 2017). Enfatizamos que o TCC consiste na elaboração de uma pesquisa sobre determinado tema, assim compreendemos o motivo do destaque dado a esta atividade como forma de aproximação com a dimensão investigativa, visto que para a elaboração de uma pesquisa é necessário à investigação acerca do tema escolhido.

O quarto mais citado, como forma de aproximação com a dimensão investigativa, foi as atividades de extensão com 12%, seguido da pesquisa com 7,1% e a opção ao longo de todo o curso com 7,1%. As atividades de extensão e pesquisa se constituem como importantes espaços que possibilitam a concretização da dimensão investigativa como é sinalizado nas Diretrizes Gerais, pois, os/as alunos/as devem ter um olhar questionador e crítico acerca de determinados temas e situações. Destacamos que foram mencionados o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa de Educação Tutorial (PET) e o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). No que se refere a 7,1% que declaram perceber a aproximação com a dimensão investigativa ao longo de todo o curso, percebemos que estes/as discentes, apesar de ser minoria, conseguiram apreender como deve ocorrer o desenvolvimento e concretização dessa dimensão na formação profissional, a qual deverá estar intrínseca a todo o processo de formação.

Assim, em relação à hipótese de que a dimensão investigativa não tem sido compreendida pelos/as estudantes da forma que é estabelecida nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 1996, notamos que a maioria dos/as entrevistados/as não consegue, realmente, compreender a dimensão investigativa, como sinaliza a ABESS (1996), esta dimensão deve ser um princípio formativo e elemento central na formação profissional, bem como da relação teoria e realidade, devendo permear todo processo de formação técnica.

Diante dos questionamos acerca da forma de aproximação dos/as pesquisados/as com a dimensão investigativa, verificamos a necessidade de indagarmos sobre as estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar esta dimensão, diante disto, alcançamos os seguintes resultados: 66,7% dos/as estudantes responderam que está muito associado à teoria, já 20% afirmaram que foi através de trabalhos de campo, e 13,3% ressaltaram a necessidade de ir a campo.

Desse modo, foram elencadas três categorias a partir dos relatos dos/as entrevistados/as: a primeira categoria refere-se basicamente a discussão de textos; segunda categoria relaciona-se ao conhecimento empírico; e a terceira categoria aos/as discentes que destacaram a necessidade de sair da sala de aula e ir a campo.

Sendo assim, nessa primeira, podemos ilustrar com os depoimentos dos/as entrevistados/as 12 e 15 respectivamente: “muito na teoria, basicamente, é só na teoria” (ENTREVISTADO 12, 2017). “Apostila, leitura e aula expositiva” (ENTREVISTADO 15, 2017).

A partir desses relatos, podemos perceber que 66,7% dos/as discentes identificaram apenas como estratégia utilizada pelos/as docentes para trabalhar a postura investigativa, o material didático em sala de aula, porém, conforme as DCs, “a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional”. (ABESS, 1996, p.8). O que equivale dizer que para uma compreensão do fazer profissional e das dimensões do Serviço Social se faz necessário à relação teoria e prática.

Todavia, podemos inferir que de acordo com a atual situação de desmonte das políticas públicas, a precarização do trabalho e os cortes com os gastos em educação, especialmente, no que diz respeito à UFS com todos os problemas que vem enfrentando durante esses últimos anos, a respeito dos cortes de bolsas para pesquisa/extensão, dentre outros. Talvez, o contexto social impossibilitou que estes/as professores/as utilizassem outras estratégias além da discussão em sala de aula, como por exemplo, inserir os alunos em projetos de extensão, para que estes pudessem articular a teoria com a prática. Entretanto, a Universidade Federal de Sergipe possui uma estrutura física que possibilita a realização de seminários e oficinas.



No tocante a segunda categoria, que corresponde aos 20% que afirmaram que uma das estratégias dos professores foram os trabalhos/ pesquisas de campo. Podemos destacar o relato do/a entrevistado/a abaixo:

“Através de trabalho em campo, seminário que fazem o estudante ir até ao campo de atuação daquele profissional e a partir dessa ida ao campo, procura ali, como aquele profissional tá inserido naquela realidade, instigando o estudante a pensar a conjuntura e compreender que aquele profissional também é assalariado e que ele também está dentro de uma instituição, seja ela pública ou privada, e que vai sofrer os rebatimentos da conjuntura e da instituição. Então, quando o estudante vai ao campo, ele vai colocando em prática aquilo que ele aprende enquanto teoria, então a meu ver foi nessa relação, nesse momento de trabalho que o professor faz com que o aluno vá ao campo” (ENTREVISTADO 5, 2017).

A partir do exposto, percebemos a diferença quando o aluno se insere na realidade profissional, este tem a compreensão do contexto social, das relações de forças dentro da instituição, do papel do assistente social, e a possibilidade de articulação entre teoria e prática. O quão enriquecedor é essa estratégia de inserir os alunos em trabalhos de campo. Porém, observamos que apenas 20% dos alunos/as pesquisados/as destacaram que os/as docentes, utilizaram essa estratégia de conhecer a realidade social. O que se caracteriza como um percentual pequeno em relação aos 66,7% que apenas fizeram discussão de textos. Em relação a isso, destacamos que existem disciplinas que são teórico-práticas e outras que são essencialmente teóricas, esta última não possibilita ao/a professor/a levar o/a aluno/a a conhecer a realidade social fora da sala de aula.

Já em relação à terceira categoria, que corresponde aos 13,3% que ressaltaram a necessidade de ir a campo, destacamos os relatos dos/as discentes 9 e 10, respectivamente:

“Eu queria que eles saíssem da sala de aula e fossem mais para projetos, projetos de pesquisa. Sair um pouco da sala para ir à prática profissional mesmo, saísse dos livros e fosse para a prática, o campo” (ENTREVISTADO 9, 2017).

“[...] Que às vezes a gente fica muito preso à sala de aula. Enquanto ao redor, por exemplo: se a gente sair aqui no Rosa Elze, vai ver que tem muita coisa pra ser vista no campo de Serviço Social. Isso ao redor da universidade, imagine na cidade inteira. Então, são projetos assim de extensão que fazem com que a dimensão investigativa enriqueça mais no caso” (ENTREVISTADO 10, 2017).

Observamos com as declarações acima que os/as discentes sentem a necessidade de estarem inseridos na realidade profissional, e que estes têm a compreensão que a prática

profissional possibilita uma visão ampla da realidade concreta. Todavia, salientamos que esta prática deve estar articulada à teoria. Como já elucidamos em seções anteriores.

Avaliamos também ser necessário questionar aos/as discentes se as estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar a dimensão investigativa alcançaram os objetivos, assim 93,3% responderam que sim, e 6,7% que não respondeu sim ou não.

Dentre essas duas categorias, elencamos as particularidades ressaltadas pelos/as discentes, desse modo, na primeira categoria que respondeu sim, observamos que 53,3% relacionaram o alcance dos objetivos por meio do incentivo às leituras e o debate em sala; já 20% ressaltaram o aprendizado da dimensão investigativa devido às pesquisas de campo realizadas; e os outros 20%, apenas afirmaram que sim, que os objetivos foram alcançados.

Sendo assim, dentro da primeira categoria, destacamos o relato do/a discente 2 que corresponde aos 53,3% que relacionaram o alcance dos objetivos ao debate em sala:

“Porque além de dar os exemplos, a gente tenta achar uma solução, depois debatia o melhor caminho, se aquele caminho assim seria certo, mais relevante, como agir, além da gente pensar, havia o debate quanto com o professor quanto com os alunos do caminho que foi correto, não correto, se o caminho foi adequado” (ENTREVISTADO 7, 2017).

Percebemos que apesar de não ter ido a campo, o/a discente relata que conseguiu alcançar os objetivos, que é a compreensão da dimensão investigativa, com a discussão em sala de aula.

No tocante aos 20% que afirmaram que os objetivos foram alcançados devido às pesquisas de campo realizadas, destacamos a fala do/a entrevistado/a abaixo:

“Na minha percepção, alcançou sim, porque através do contato que eu tive em muitas disciplinas, seminários em que tive que fazer pesquisa realmente de campo, no espaço de atuação do profissional, eu conseguia além de perceber a realidade que aquele sujeito estava inserido, daquele profissional, percebe também em mim, como eu estava analisando aquele profissional; devido à construção, no sentido mesmo da produção teórica, do embasamento teórico, eu pude ver aquela realidade e desenvolver a minha perspectiva na investigação, a perspectiva investigativa” (ENTREVISTADO 5, 2017).

Conforme explanamos anteriormente sobre a inserção do/a discente na realidade profissional, este tem a possibilidade de compreender a relação teoria e prática e analisar de

uma forma crítica o contexto social em que está inserido e o qual se inserem os usuários dos serviços.

Já os outros 20%, sinalizaram apenas que sim, que os objetivos foram alcançados sem justificar.

No tocante a segunda categoria que corresponde a 6,7%, que não respondeu sim ou não, 100 % desses/as afirmaram que:

“Se a proposta do curso é que seja apenas dentro de uma disciplina e assim sala de aula eu diria que sim. Mas quando você chega ao campo de trabalho, no campo de estágio você percebe que faltou mais ir a campo. Não diria que não e nem diria que sim completamente” (ENTREVISTADO 12, 2017).

Percebemos a necessidade dos/as discentes de se inserir na realidade profissional, como já salientamos anteriormente, e que o/a discente não tem conhecimento do tripé universitário proposto tanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>37</sup>, como pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, pela Constituição Federal de 1988 e pelo curso de Serviço Social da UFS.

Sendo assim, na LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 43, que trata das finalidades do ensino universitário podemos notar que é estimulada a realização do tripé universitário que consiste na articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. É possível observar também que nas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social é sinalizado que para a obtenção do diploma de bacharel é necessário à realização de atividades complementares. Estas devem ser constituídas por:

Atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade (ABESS, p.15, 1996).

---

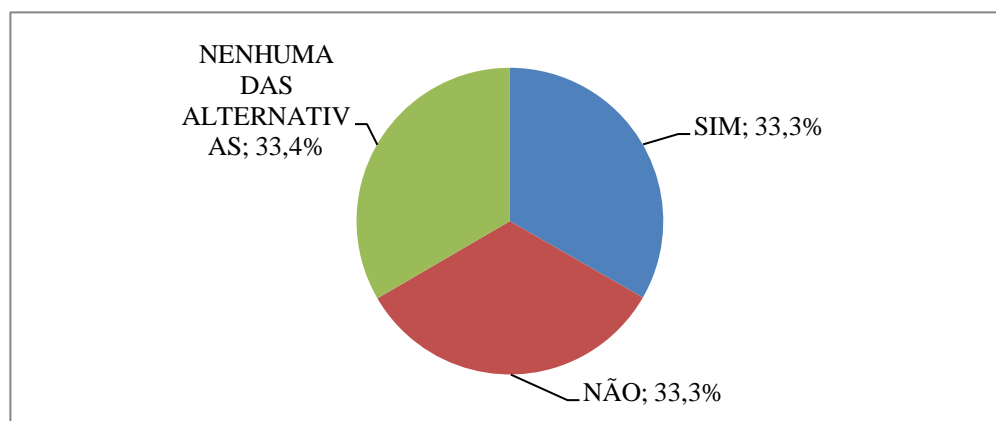
<sup>37</sup> No tocante a LDB Agapito (p.126, 2016) salienta que “A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já eivada das orientações neoliberais, favoreceu consideravelmente a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos superiores. São definidas diretrizes gerais para os cursos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, estabelecendo um patamar comum, assegurando flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino. A regulamentação da LDB intensificou a reforma do ensino superior brasileiro, expressando a correlação entre Estado e sociedade civil num contexto de ajustes neoliberais em consonância com as orientações e acordos firmados com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).”.

Portanto, é evidente a relevância da dimensão investigativa na realização dessas atividades e no processo de formação profissional como um todo. Salientamos ainda, que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, destaca que as universidades deverão obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, é relevante ressaltar que:

[...] se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade (MOITA; ANDRADE, 2009, p.269).

É visível a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no processo formativo do assistente social. Assim, no tocante a essa questão do tripé universitário, perguntamos aos/as estudantes se estes/as receberam incentivos por parte da instituição para participar de projetos de pesquisas e/ou extensão. Como resultado obtivemos que 33,3% disseram que sim, 33,3% não, e 33,4% não responderam nenhuma das duas respostas. Conforme destacamos no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 10 - INCENTIVO DA INSTITUIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE PESQUISA E/OU EXTENSÃO**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Temos três categorias que são: os que declararam receber incentivos pela instituição, os que afirmaram não recebê-los e os que relataram a questão da limitação de vagas e recursos.

Na primeira categoria, destacamos que 33,3% dos que disseram receber incentivo, 80% informaram ter poucas vagas. Assim, consideramos válido ressaltar que o/a entrevistado/a relatou que “sempre tem vagas, embora limitadas” (ENTREVISTADO 14, 2017). A resposta retrata a realidade vivenciada pelas universidades públicas com os crescentes cortes sofridos na política de educação, um exemplo disso é a chamada Emenda Constitucional N°95<sup>38</sup> que congela os gastos em saúde e educação por 20 anos, a qual entrou em vigor em 2017. A universidade, atualmente, apesar de oferecer algumas vagas para a participação em pesquisa e extensão, estas não são suficientes para abarcar todos/as os/as discentes que desejam participar de projetos de pesquisa e/ou extensão, além disso, nos últimos anos é possível observar os cortes no número de bolsas para o desenvolvimento dessas atividades.

No que se refere aos outros 20% dos/as entrevistados/as que afirmaram receber incentivos, esses/as apenas alegaram recebê-los sem especificar o motivo.

Já na segunda categoria, verificamos que dos 33,3% que disseram não receber incentivo, 80% relataram a questão de poucas vagas. Assim, o/a entrevistado/a declarou que “embora exista projetos, para quem trabalha é muito difícil acompanhar e estar inserido. E quando tem projetos são poucas vagas” (ENTREVISTADO 3, 2017). Na questão da limitação do número de vagas é possível perceber também a realidade vivenciada pelo estudante trabalhador que não possui tempo disponível para realização do tripé universitário.

Apenas 20% dos/as discentes relataram a questão da falta de divulgação. Assim, o/a entrevistado/a verbalizou “Não vejo muito isso não, eu vejo falar sobre isso aí, mas não essa divulgação, só fala que é preciso fazer isso tudo” (ENTREVISTADO 15, 2017), diante desta afirmativa, é visível a necessidade de uma maior divulgação pelo DSS/UFS e pelos professores nas salas de aulas acerca da disponibilidade de vagas para os projetos de pesquisa e/ou extensão, pois, nem sempre os/as estudantes ficam sabendo dos processos seletivos, visto que muitos/as discentes não tem acesso à internet regularmente.

---

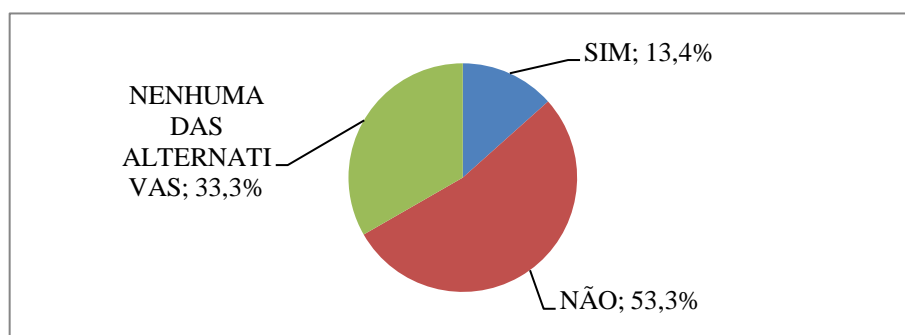
<sup>38</sup> Esta emenda altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

Na terceira categoria, entre os 33,4% dos/as estudantes, 60,0% destes também relataram o fato da limitação de vagas. Porém, 40,0% declararam a questão da falta de recurso para pesquisa. Diante disto, é relevante salientar a resposta do/a aluno/a 6, verbalizando que: “incentiva, os professores, o departamento incentiva, mas na maioria das vezes são barradas pela falta de recurso.” (ENTREVISTADO 6, 2017). Como já mencionamos anteriormente, os recursos financeiros destinados para o desenvolvimento de pesquisa e/ou atividades de extensão tem sido cada vez menores.

Perante o exposto, é possível compreender o fato de que quando questionamos os/as alunos/as sobre a participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, 53,3% declararam ter participado ou participa dessas atividades e 46,7% disse não ter participado e nem participa atualmente. Como observamos acima apesar de existir vagas, existem fatos que inviabilizam a participação de todos/as os/as discentes nas atividades de pesquisa e/ou extensão, como o número limitado de vagas e de recursos financeiros, bem como as questões relacionadas ao tempo livre para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e/ou extensão, visto que há estudantes que estão inseridos no mercado de trabalho.

Diante dos questionamentos acima, notamos a relevância de perguntar aos/as discentes se a instituição de ensino, a UFS, tem proporcionado recursos materiais/humanos, tais como: laboratório de informática, professores suficientes e materiais didáticos, para auxiliar no desenvolvimento da dimensão investigativa, 53,3% responderam que não, 13,4% responderam que sim, porém ressaltaram que são limitados, e 33,3% não responderam sim ou não, mas justificaram que tem recursos, porém esses recursos são limitados. Conforme ilustra o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 11- RECURSOS MATERIAIS\HUMANOS QUE A INSTITUIÇÃO PROPORCIONA PARA O DESENVOLVIMENTO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA**



**Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.**

Sendo assim, destacamos os depoimentos dos/as entrevistados/as 8 e 14 que correspondem a 53,3% dos/as que responderam não:

“Porque assim laboratório de informática não, geralmente eu tenho informática porque tenho acesso à internet e tenho notebook em casa, mas a instituição em si não. Professor suficiente eu não diria que tem porque eu peguei uma disciplina de verão que a gente foi totalmente desqualificada dentro da instituição porque tava no local onde não tinha segurança” (ENTREVISTADO 8, 2017).

“No departamento de Serviço Social existe um déficit de professores. Deveria ter mais professores com a linha de pesquisa” (ENTREVISTADO 14, 2017).

Fica evidente que há falta de recursos por parte da instituição, sejam estes materiais e/ou humanos, o que acaba por dificultar o aprendizado da dimensão investigativa, pois é necessário que se tenha no curso de Serviço Social, a utilização do laboratório de informática, para os discentes realizarem suas pesquisas, até mesmo para o docente ministrar uma aula que precise utilizar pesquisas na internet, como por exemplo: nas aulas de Realidade Regional, quando se faz análises de indicadores sociais a partir de *sites* como: IBGE.

A questão de falta de professores e disciplinas de verão, inferimos que pode estar associada à precarização do ensino superior, com os cortes de gastos com a educação pública, e o processo de burocratização para contratação de professores na UFS, isso acaba afetando tanto os alunos como os docentes que estão na instituição, visto que para os alunos há o prejuízo de ficar sem a disciplina, de cursar uma matéria que é para ser lecionada em um período regular no verão, como sinaliza o relato do/a discente 8 que não é viável, pela insegurança na UFS e pelo aligeiramento que se tem nessas matérias de verão, o que acaba por fragilizar o processo de aprendizagem. Em relação aos docentes, estes acabam sendo afetados, pois há uma sobrecarga de trabalho, tendo em vista que estes assumem diversas disciplinas.

Já em relação aos 13,4% que responderam sim, porém ressaltaram que são limitados, ressaltamos a declaração do/a entrevistado/a abaixo.

“Acredito que sim, que tem a Bicen disponível, aí eu já consegui vários livros na Bicen, apesar do quantitativo pouco, mas acho que sim. Mas nesse sentido que tem a Bicen, então eu colocaria que tem a Bicen disponível, como também tem consultas dos relatórios mesmo no DSS, claro que a gente coloca a questão que poderia ter mais, se tivesse mais, quanto mais ampliado melhor” (ENTREVISTADO 4, 2017).

O/a discente 4 salienta a questão do acesso aos relatórios de estágio e dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) no Departamento de Serviço Social, os quais possibilitam ao/as alunos/as leituras críticas a respeito de temáticas diversas sobre o Serviço Social, e a Biblioteca Central (BICEN) da UFS para consulta de livros, porém destaca que há uma limitação no quantitativo de livros na biblioteca.

E por fim, os 33,3% que não responderam sim ou não, mas justificaram que tem recursos, porém estes são limitados, destacamos a fala do/a entrevistado abaixo:

“Sim, só que não totalmente, meio-termo. Então, salas, a universidade ela oferece, essa questão de laboratório de informática nem tanto, porque nas aulas de instrumentalidade não tinha disposição de computadores, até pra poder colocar em prática as oficinas, que no caso a professora passava a gente tinha que fazer em casa e apresentar na sala na semana seguinte. Tinha esse probleminha que a UFS não ofereceu isso. Materiais didáticos na biblioteca, dependendo do tipo, do autor, do livro que a professora passe nem sempre tem a quantidade disponível” (ENTREVISTADO 11, 2017).

Portanto, a partir do explicitado, percebemos conforme já destacamos anteriormente, a questão da falta de materiais didáticos, do laboratório de informática para realização de pesquisas, do pouco quantitativo de livros da BICEN, os quais dificultam o desenvolvimento da dimensão investigativa na formação profissional. Reforçamos que a instituição de ensino tem fragilidades em possibilitar o acesso dos/as alunos/as à realização de pesquisas por meio de um laboratório e tem dificuldade de proporcionar a consulta a livros do curso de Serviço Social que permitem aguçar o olhar crítico dos alunos.

Consideramos ainda ser indispensável questionar aos/as discentes quais as dificuldades percebidas por eles/as para a construção de uma postura investigativa na formação profissional, obtivemos como resultados que 33,3% asseveraram que é a falta de ir a campo, 26,7% relataram os recursos financeiros e a falta de tempo, já 20% afirmaram que não tiveram dificuldades, 13,3% relacionaram a didática do professor e a percepção do próprio estudante, e 6,7% a falta de projetos de pesquisa.

Desse modo, destacamos o relato do/a discente 2, que corresponde a 33,3% que afirmaram que a dificuldade se relaciona a falta de ir a campo.

“Acho que dificuldade mesmo é mais questão de ir à prática, porque eu ainda participei de algumas coisas que me dá mais ou menos uma noção do que seja, ter ido mesmo, investigado, mas, [...] Eu sei que tem muitos alunos que entram e sai e não



participam de nada disso, de nenhum PIBIC, só vão se encontrar com isso como, quando chegar no TCC, que é a primeira pesquisa que você faz “sozinha” com seu orientador, até mesmo no estágio, aí você fica meio perdido, se tivesse antes, talvez do TCC ou do Estágio, a gente não tivesse tanta dificuldade, em começar a fazer os trabalhos e tal” (ENTREVISTADO 2, 2017).

Percebemos que a falta de inserção em projetos de extensão/pesquisa se constitui como um grande problema, visto que os/as próprios/as estudantes sentem essa necessidade, conforme mencionado anteriormente, essa falta do diálogo entre a teoria e prática compromete por vezes o desenvolvimento da postura investigativa, pois, como o/a entrevistado/a 2 destaca muitos alunos saem da universidade sem vivenciar a prática profissional, para além daquela vivenciada no campo de estágio obrigatório, não tendo a oportunidade de participar de projetos de pesquisa e/ou extensão que compõe o tripé universitário conjuntamente com o ensino. O que pode ocasionar fragilidades em relação à articulação da dimensão investigativa e das outras dimensões do Serviço Social, visto que quando inserido no espaço socioinstitucional poderá ter dificuldades em fazer uma análise de conjuntura, em analisar um caso ou situação, enfim, em dá uma resposta qualificada para as demandas que se colocam a profissão.

Salientamos que a inserção dos/as discentes em atividades de pesquisa e/ou extensão, ou seja, a participação no tripé universitário, e a realização de atividades no campo de atuação profissional. Podem contribuir para um maior preparo teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo dos/as estudantes quando inserido no campo de estágio obrigatório. Tendo em vista que estes poderiam desenvolver um olhar diferenciado acerca da realidade concreta.

Já ao que se refere aos 26,7% que relacionaram as dificuldades aos recursos financeiros e a falta de tempo, ressaltamos o depoimento do/a entrevistado/a 3 “[...] principalmente a disponibilidade de tempo, pois requer leitura, como também os materiais são poucos na Bicen e, às vezes, falta recursos para xerox” (ENTREVISTADO 3, 2017). Podemos inferir que essa indisponibilidade para as leituras, por vezes, acaba prejudicando a compreensão não só da dimensão investigativa, como também as demais categorias importantes do Serviço Social, e isto impossibilita uma formação profissional de qualidade, que irá refletir no fazer profissional.

No tocante aos recursos financeiros, devido a falta de recursos institucionais, como já discutido nessa seção, quando os docentes deixam o material didático na xerox ou enviam pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) facilita um pouco para

os alunos, visto que conforme as verbalizações dos/as discentes, muitos destes/as não tem condições financeiras para comprar os livros indicados pelos professores, e muitas vezes, a BICEN não disponibiliza o livro indicado pelos/as professores/as ou o quantitativo adequado para a demanda existente, o que pode acarretar em prejuízos para os discentes.

Ainda de acordo com o questionamento sobre as dificuldades percebidas pelos/as discentes para o desenvolvimento da postura investigativa, 20% afirmaram que não tiveram dificuldades.

Já 13,3%, relacionaram as dificuldades à didática do/a professor/a e a percepção do/a próprio/a estudante, como relata o/a discente abaixo:

“As dificuldades, então eu acho que uma dificuldade mesmo é, pode ser, estar relacionada à didática do professor, como ele passa essa questão, a importância de que ele frise bem a importância da atitude investigativa, e muitas vezes é falta de percepção mesmo do estudante, eu vejo isso como dificuldade, entendeu? Mas não vejo uma dificuldade para além não” (ENTREVISTADO 4, 2017).

Observamos a partir desse relato que alguns alunos/as têm dificuldades em compreender a didática do professor, e que, às vezes, alguns professores/as têm dificuldades em utilizar estratégias criativas para passar determinado assunto, estratégias essas que possam chamar a atenção do/a discente, pois, conforme salientamos nessa seção, muitos/as alunos/as questionaram que a maioria dos/as docentes trabalha apenas textos, em aulas expositivas/dialogadas, isso por vezes acaba sendo uma estratégia rotineira e que não prende a atenção dos/as alunos/as. Entretanto, é importante frisar que, por vezes, esses alunos acabam não lendo o texto por razões diversas, o que acaba transformando a aula em um monólogo do professor, porque o aluno não interage nas aulas. Por isso, é interessante o uso de estratégias criativas, como por exemplo: seminários, encenações a partir de casos pré-estabelecidos pelo professor, oficinas, cine-debate, dentre outros.

E 6,7%, relacionam a falta de projetos de pesquisa, como ilustra a/o entrevistado/a abaixo:

“Eu acredito que a dificuldade na formação é justamente inserir todos os discentes numa pesquisa. Porque alguns participam de pesquisa, outros não. Acredito que, não sei dizer assim o que poderia acontecer para melhorar, mas buscar estratégias mesmo para poder trabalhar com todos os discentes do curso, de poder fortalecer para todos os discentes inclusive no curso o tripé universitário-ensino, pesquisa e extensão sabe.

Que aí na própria pesquisa, articulado com o ensino e extensão vai estimular o discente a desenvolver seu lado investigativo” (ENTREVISTADO 1, 2017).

Percebemos que o/a discente compreende que é necessário o/a aluno/a se inserir no tripé universitário, para que assim possa aguçar a postura investigativa, e que a falta de pesquisas na universidade se constitui uma grande problemática, conforme elucidamos nessa seção.

No que se relaciona a dimensão investigativa, concluímos que a maioria dos/as entrevistados/as identificou o Estágio Supervisionado e LEP como forma de aproximação com esta dimensão, também destacou a teoria como principal estratégia utilizada pelos/as professores/as e que essa alcançou os objetivos propostos. Em relação ao incentivo a participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, os resultados foram equilibrados, uns responderam que sim, outros não e alguns apenas relataram a questão das vagas limitadas e falta de recursos. No que se refere à participação ou não em projetos de pesquisa e/ou extensão os resultados também foram equilibrados. A maioria dos/as alunos/as salientou que a UFS não tem oferecido os recursos materiais e humanos necessários para auxiliar no desenvolvimento da dimensão investigativa, identificando como maior dificuldade na formação profissional ir a campo, antes da experiência no campo de estágio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia sob o título “Dimensão investigativa: reflexões a partir dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS)”, objetivou analisar como a dimensão investigativa está sendo trabalhada na formação profissional do assistente social na referida instituição de ensino, para isso, realizamos questionamentos mais amplos acerca da concepção de dimensão investigativa na literatura de Serviço Social, e como esta postura investigativa é colocada nas legislações pertinentes do curso, a saber: nas DCs de 1996, no Projeto Pedagógico da UFS e na PNE. Investigamos a dimensão investigativa na perspectiva dos/as discentes com o intuito de verificar a realidade vivenciada por esses/as estudantes, durante o processo de formação profissional, e em especial no estágio curricular obrigatório.

Desse modo, conforme os objetivos traçados, ao analisarmos a concepção da dimensão investigativa na literatura de Serviço Social, as discussões e reflexões realizadas no capítulo 1 dessa monografia, sinalizaram que essa postura investigativa refere-se à observação constante da realidade concreta, e é caracterizada como a permanente curiosidade, a capacidade de se questionar, de indagar “por que”, o “para que” e o “como” conhecer e intervir, de forma que estabeleça a articulação com as demais dimensões do Serviço Social, a saber: as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Foi verificado que o assistente social deve buscar constantemente o processo de aprimoramento e qualificação profissional, e este deve ter clareza da sua práxis social, na perspectiva do projeto ético político da profissão embasado na abordagem marxista.

No tocante a dimensão investigativa e sua relação com a dinâmica do cotidiano, averiguamos que é nesse cotidiano, que há uma complexidade e diversidade de fatores, os quais, a todo momento se atravessam e se confrontam. Estas determinações permitem ao profissional de Serviço Social, análises mais complexas e concretas da realidade, por meio da postura investigativa, pois o cotidiano é o espaço das contradições, e de acordo com as DCs, deve ser analisado e refletido sobre a perspectiva crítico-dialética articulando as três dimensões do Serviço Social entre si e também com a dimensão investigativa.

Portanto, quando o assistente social articula a dimensão investigativa e as competências e atribuições profissionais, a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético e faz a análise da dinâmica do cotidiano, é possível este profissional desvelar os fenômenos aparentes, para compreender os nexos que constituem a realidade social, e assim,

traçar estratégias que possibilitem novas possibilidades para o enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social.

Verificamos que a articulação da dimensão investigativa com a pesquisa em Serviço Social permite ao assistente social fazer um estudo complexo da sociedade capitalista, da instituição a qual está inserido, compreender o usuário em sua totalidade. Busca-se analisar de forma crítica os processos sócio-históricos constitutivos da profissão e suas determinações, com a finalidade de ultrapassar a realidade aparente, ou seja, o assistente social por meio da pesquisa em Serviço Social, associada à postura investigativa, procura ao mesmo tempo produzir conhecimento, e transformar a realidade. Além disso, permite a prática política, a articulação com outros profissionais, e com os movimentos sociais, com a finalidade de transpor a lógica capitalista, e construir estratégias que possam responder as demandas da classe trabalhadora.

A partir dessas análises, concluímos que a dimensão investigativa se constitui em uma primeira forma de aproximação com a postura crítica do profissional de Serviço Social, à medida que o assistente social direciona o olhar para além dos fenômenos aparentes e essa postura investigativa deve ser transversal à ação profissional. Já a segunda forma de aproximação, refere-se à pesquisa associada ao trabalho do profissional, a qual é formalizada através da construção de estudos que passa a compor propostas de intervenções pautadas na democracia e na justiça social. Ressaltamos que todo o processo de sistematização de pesquisas exige a postura investigativa, mas, nem toda investigação prevê a elaboração de propostas de pesquisas.

Assim sendo, a partir dos dados coletados, vimos que a maioria dos/as discentes compreende a concepção de dimensão investigativa e destaca a sua importância para o fazer profissional do assistente social. Porém, ainda há uma pequena parcela desses/as estudantes que tem dificuldades em argumentar o que é a dimensão investigativa.

Ao examinarmos os documentos que abordam a formação profissional do assistente social, as Diretrizes Curriculares, o Projeto Pedagógico da UFS e a PNE, no capítulo 2, verificamos como é colocada a dimensão investigativa para os/as estudantes. Logo, observamos que as DCs deram visibilidade ao debate acerca da dimensão investigativa na formação, visto que estabelece esta como uma dimensão constitutiva do exercício profissional e um princípio formativo na graduação em Serviço Social.

No Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social é estabelecido como deve ocorrer o processo de formação em Serviço Social na UFS. Percebemos que, neste documento, é preconizado o que é colocado em relação à dimensão investigativa nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 1996, visto que valoriza essa dimensão no processo formativo.

Além disso, na PNE é notável a relevância dada à dimensão investigativa, pois como mencionado em seções anteriores, o estágio se constitui como um dos espaços que possibilita a concretização da dimensão investigativa na formação profissional, ou seja, é importante que os/as discentes desenvolvam a atitude investigativa quando inseridos no espaço de atuação profissional.

Ao analisarmos a dimensão investigativa no estágio supervisionado obrigatório, a partir da perspectiva dos/as estudantes no capítulo 2, percebemos que a maioria afirmou conseguir realizar esta postura. Além disso, a maior parte declarou receber incentivos dos/as supervisores/as de campo e acadêmico para a realização da dimensão investigativa e não sentiu dificuldades em relação ao campo de estágio. Apenas uma minoria dos/as entrevistados/as relatou problemáticas em relação à supervisão de campo e acadêmica, a instituição entre outras.

Em virtude disso, é perceptível que o estágio é um dos espaços que oportuniza aos/as discentes concretizar a dimensão investigativa. Embora a inserção dos/as estudantes no espaço de atuação profissional tenha se tornado uma problemática com o fechamento de campos para o estágio obrigatório, a indisponibilidade de assistentes sociais/supervisores de campo e as burocracias institucionais como mencionado em seções anteriores. Diante disso, são necessários maiores esclarecimentos com os/as estudantes sobre os objetivos de estarem inseridos na realidade socioinstitucional, além de maiores elucidações sobre o papel dos/as supervisores/as de campo e acadêmico/a. É preciso também um maior entendimento por parte do/a supervisor/a de campo acerca do que consiste a supervisão do estágio curricular obrigatório, tendo em vista que esse momento da formação deve ter um caráter educativo, e consequentemente proporcionar aos/as alunos/as os meios para que possam exercitar a sua postura investigativa.

Ao avaliarmos como ocorreu o processo de ensino-aprendizagem da dimensão investigativa na perspectiva do discente a partir das reflexões tecidas no capítulo 3, podemos notar que a maioria dos/as entrevistados/as citou que o Estágio Supervisionado e LEP se constituíram como espaço de aproximação com a dimensão investigativa. Assim, observamos que a hipótese delineada se fez presente, tendo em vista que esta dimensão não tem sido

compreendida pelos/as discentes da forma que é estabelecida nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 1996. Pois, a dimensão investigativa deve ser transversal ao processo de formação profissional, todavia, notamos que a maioria dos/as entrevistados/as associa a sua concretização a determinados momentos da formação, como as disciplinas de Estágio Supervisionado e LEP, e que apenas uma minoria dos/as discentes relatou que a dimensão investigativa perpassou todo o curso. Este aspecto indica a dificuldade da maioria em compreender como essa dimensão deve ser realizada em todo o processo de formação.

Essa dificuldade pode se relacionar a limitação das vagas para a participação em projetos de pesquisa e/ou extensão como enfatizado pela maioria dos/as estudantes. Visto que, no que se refere ao incentivo por parte da instituição de ensino para o desenvolvimento da dimensão investigativa os resultados foram equilibrados, bem como a participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, fato que indica a necessidade de uma maior divulgação pelos/as professores/as e pelo DSS acerca dos projetos de pesquisa e/ou extensão em sala de aula, logo que muitos/as alunos/as não tem acesso a recursos de informática regularmente para acessar o SIGAA e ver as informações sobre os projetos.

É perceptível a limitação dos espaços que a instituição de ensino proporciona para concretizar a dimensão investigativa na formação profissional, atrelado a isso, há a negativa de direitos por parte do Estado, pois este não disponibiliza os recursos necessários para que todos os alunos, durante a graduação, possam ter a oportunidade de realizar o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), o que ocasiona que a inserção no tripé universitário fique restrita a um número pequeno de estudantes.

Além disso, a maioria dos/as alunos/as ressaltou que a UFS não tem disponibilizado os recursos materiais e humanos necessários para auxiliar o desenvolvimento da postura investigativa, e percebeu como maior dificuldade na formação profissional a pouca oportunidade de ir a campo, antes do estágio obrigatório. Tais fatos fragilizam o processo de construção da postura investigativa dos/as discentes. Uma vez que para uma formação de qualidade é fundamental que os/as estudantes tenham acesso a livros, laboratórios de informática, bem como um quadro completo de professores, e acesso a espaços institucionais para além do Estágio Supervisionado Obrigatório.

No tocante aos espaços socioinstitucionais, o acesso a esses enfrenta uma problemática como, por exemplo: a falta de recursos da instituição de ensino para o transporte, existe também a indisponibilidade dos profissionais de Serviço Social das instituições, a burocracia para o acesso nesses espaços, o que prejudica o desenvolvimento da atitude investigativa,

pois, os/as alunos/as, em muitos casos, não tem acesso a esses campos de atuação antes da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório.

No que se referem às estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar a dimensão investigativa, a maioria dos/as estudantes destacou a teoria como principal estratégia utilizada pelos/as docentes e que os objetivos propostos por estes foram alcançados. Porém destacamos que é necessário o uso de estratégias criativas no processo de ensino-aprendizagem da dimensão investigativa, tais como: oficinas temáticas, seminários, encenações, cine-debate, dentre outros, como já elucidamos no capítulo 3.

Portanto, apesar da aproximação dos/as estudantes acerca do que é a dimensão investigativa para a formação em Serviço Social, os mesmos tem dificuldades em compreender como esta deve ser realizada durante a graduação em Serviço Social. Tais dificuldades podem ser ocasionadas pela realidade vivenciada pela UFS como a falta de recursos financeiros enviados pelo Estado, e principalmente, no que diz respeito à atual conjuntura de progressivo desmonte da política de educação pública no Brasil.

Assim, concluímos que é necessário para um maior conhecimento dos/as alunos/as acerca da dimensão investigativa, que os/as docentes promovam mais discussões em sala de aula sobre essa postura, além da promoção pelo DSS/UFS de rodas de conversas e seminários sobre a supervisão de estágio; a importância do tripé universitário para a formação profissional, da dimensão investigativa e a sua articulação com as demais dimensões desde o início da graduação em Serviço Social.

Conforme elucidamos nos capítulos da presente monografia, o conhecimento é um processo inacabado e deve se constituir como a permanente busca. Dessa maneira, sugerimos novas pesquisas acerca da temática, para aprofundar o conhecimento e contribuir para o aperfeiçoamento do processo de formação profissional.



## REFERÊNCIAS

ABESS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 31 de novembro de 2016.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf)-. Acesso em: 04 de fevereiro de 2017.

AGAPITO, A, P, F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064/pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

BAPTISTA, V. M. A produção de conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Caderno ABESS**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 84-95, 1995.

BRASIL. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq**, s/d. Disponível em: <[http://cnpq.br/apresentacao\\_institucional](http://cnpq.br/apresentacao_institucional)>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional de Nº95**. Brasília, 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394.** Brasília, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.788.** Brasília, 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm)>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES 8/2007.** Brasília, 31 de janeiro 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces008\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces008_07.pdf)>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

BOSCHETTI, I. Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da “reforma” do ensino superior no final dos anos 1990: gestão 1998-2000. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.27-42, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1726/1595>>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun, 2014.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social.** 10ª ed. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 533/2008.** 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

DSS/UFS. **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.** Cidade universitária prof. Aloísio de Campos, São Cristóvão, 2010.

ESTEVIÃO, A. M. R. **O que é Serviço Social**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense S.A, 1984.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 11 ed. Campinas: Papirus, 2003.

FERRAREZ, C, S. Mercantilização da educação superior brasileira e a formação profissional do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, jan./mar. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, M. C. V. Reflexões sobre educação e formação profissional no contexto do capitalismo neoliberal. In: **Serviço social no debate cotidiano**: fundamentos, formação e exercício da profissão. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª. Edição. São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. dos. et al, (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora, 2ª ed. UFJF, p.45-74, 2013.

\_\_\_\_\_. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.701-718, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**- IBGE, s/d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

IAMAMOTO, M, V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

JUNCÁ, D. C. M. A Teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. **O Social em Questão**, ano XV, n. 27, p. 179-192, 2012. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27\\_Se%C3%A7%C3%A3o\\_Livre\\_Junc%C3%A11.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Se%C3%A7%C3%A3o_Livre_Junc%C3%A11.pdf)> Acesso em: 02 de maio de 2017.

KAMEYAMA, N. **A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social.** Avanços e tendências (1975 a 1997) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, s/d. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Editora Ática, São Paulo, 1991.

LUCKESI, C. C. e PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia:** aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social.** São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, F, A, O; COTA, C, L. Democratização ou banalização do ensino superior: como concretizar o direito fundamental á educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO. 29 a 31 de agosto de 2012, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Instituto Braços, 2014.

MACHADO, L. A. R. **Ethos profissional:** Hegemonia possível?. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MACHADO, L, M, V. **A incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume, 1999.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa: elementos conceituais e teórico- metodológicos**. Encontro de pesquisadores do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Campos dos Goytacazes, n.1, p. 8-15, out. 2005.

MAURIEL, A, P; GUEDES, O, S. Desafios da pesquisa na formação profissional do assistente social: um olhar a partir da experiência do curso “abepss-itinerante”. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 13-32, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4835/4140>>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

MENDES, J, M, R; ALMEIDA, B, L, F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, S/V, no. 120, p.640- 661, out./dez. 2014.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOITA, F, M, G, da S, C; Andrade, F, C, B de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 41 maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

MORAES, C. A. S. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 294-316, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0294.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde**. 2016. 318 p. Tese Doutorado-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. A “viagem de volta”: significados da pesquisa na formação e prática profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, no. 114, p. 240-265 abr./jun. 2013.

MOREIRA, M. R. A. et. al. **O lugar de gênero na formação da/o assistente social**. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Recife-Brasil, dezembro de 2006.

MOREIRA, T, W, F; CAPUTI, L; As diretrizes curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n. 32, jul/dez de 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, J. P. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós- 64**. São Paulo: Cortez. 2010.

\_\_\_\_\_, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.1-37, 2009.

PINTO, J. B. Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n.6, set. 1993, p. 29-45.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

RAMPAZZO, S, E; CORRÊA, F, Z. M. **Desmitificando a metodologia científica: guia prático para produção de trabalho acadêmico**. Rio Grande do Sul: Habilis, 2008.

SANTOS, J. S. **Questão Social: Particularidade do Brasil**. v, 6. São Paulo: Cortez, 2012.

SETUBAL, A, A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUSA, C. **A prática do assistente social:** conhecimento instrumentalidade e intervenção profissional. Ponta Grossa, p.119-132, 2008.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

YABEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (org.) **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.125/141.

## **APÊNDICES**



**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado/a participante:

Somos estudantes do curso de graduação de Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe. Estamos realizando uma pesquisa sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Maria Conceição Vasconcelos Gonçalves, cujo objetivo é analisar como a dimensão investigativa está sendo trabalhada na formação profissional do assistente social na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, caso permita, a entrevista será gravada.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo/a.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras fone: (79) 9 98055209 / (79) 9 98559227, ou via correio eletrônico: pattyalbuquerque.rocha@gmail.com / franciele157.mendonca@gmail.com.

Atenciosamente

---

---

PESQUISADORAS: FRANCIELE SANTOS MENDONÇA  
PATRÍCIA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA ROCHA

---

ORIENTADORA: MARIA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

Nome

---

Assinatura do participante

---

Local e data

**APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA  
DIRECIONADO AOS DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE- UFS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE- UFS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL- DSS**

**PESQUISADORAS: FRANCIELE SANTOS MENDONÇA**

**PATRÍCIA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA ROCHA**

**ORIENTADORA: DRª MARIA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRECIONADO AOS  
DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UFS**

**1º-IDENTIFICAÇÃO**

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

**-Em que ano ingressou no Curso de Serviço Social na UFS?**

\_\_\_\_\_

**-Qual o período está cursando?**

\_\_\_\_\_

**Qual o campo de estágio você está inserido? Qual estágio está I, II, ou III?**

\_\_\_\_\_

**2º- DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**2.1. O que é dimensão investigativa para você?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---

**2.2. A sua aproximação com a dimensão investigativa ocorreu a partir: (Pode marcar mais de uma alternativa).**

- ( ) De uma disciplina específica  
( ) Projetos de Pesquisa  
( ) Projetos de Extensão  
( ) TCC  
( ) Estágio (Estágio Supervisionado Obrigatório e Laboratório de Ensino da Prática)  
( ) Ao longo de todo o curso  
( ) Em nenhum momento  
( ) Outro. Especificar \_\_\_\_\_

**2.3. Para quem respondeu a questão anterior especificar qual a disciplina ou projetos de pesquisa, ou de extensão, ou TCC, ou estágio?**

---

---

---

**2.4. De acordo com sua perspectiva quais as estratégias utilizadas pelos professores (as) para trabalhar a dimensão investigativa?**

---

---

---

**2.5. Em relação à pergunta acima, para você essas estratégias alcançaram os objetivos? Justifique.**

- ( ) Sim                      ( ) Não

Justificativa\_\_\_\_\_

---

---

**2.6. Na sua concepção, a dimensão investigativa é importante para o trabalho do assistente social? Justifique.**

( ) Sim                      ( ) Não

Justificativa\_\_\_\_\_

---

---

**2.7. Na sua percepção a instituição de ensino tem incentivado a participação dos discentes em projetos de pesquisas e/ou extensão? Justifique.**

( ) Sim                      ( ) Não

Justificativa\_\_\_\_\_

---

---

**2.8. Você já participou ou participa de projetos de pesquisa e/ou extensão?**

( ) Sim                      ( ) Não

**2.9. A instituição de ensino tem proporcionado recursos (laboratório de informática, professores suficientes e materiais didáticos) para auxiliar o desenvolvimento da dimensão investigativa? Justifique**

( ) Sim                      ( ) Não

Justificativa\_\_\_\_\_

---

---

**2.10. Quais as dificuldades percebidas por você para a construção de uma postura investigativa na formação?**

---

---

---

---

**2.11. No campo de estágio, você tem conseguido realizar a dimensão investigativa? Caso sim, através de que? Caso não, justifique.**

( ) Sim                      ( ) Não

Justificativa

---

---

---

**2.12. No campo de estágio, você percebeu o incentivo por parte do seu supervisor de campo para o desenvolvimento da postura investigativa? Justifique.**

( ) Sim                      ( ) Não

Justificativa

---

---

---

**2.13. Nas disciplinas de Estágio, você percebeu o incentivo por parte do seu supervisor acadêmico para o desenvolvimento da postura investigativa? Justifique.**

( ) Sim                      ( ) Não

Justificativa

---

---

---

**2.14. Em relação ao estágio você encontrou dificuldades no aprendizado da dimensão investigativa? (Pode marcar mais de uma alternativa). Justifique.**

- ☐ Na instituição
- ☐ Na supervisão de campo
- ☐ Na supervisão acadêmica
- ☐ Não identificou dificuldade
- ☐ Outro. Especificar\_\_\_\_\_

Justificativa\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO**

## ANEXO A- DADOS DO CURRÍCULO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFS<sup>39</sup>

<b>Código:</b>	05
<b>Matriz Curricular:</b>	SERVIÇO SOCIAL - São Cristóvão - Presencial - Noturno – Bacharelado
<b>Período Letivo de Entrada em Vigor</b>	
<b>Carga Horária:</b>	Total Mínima 3210, Optativas Mínimas 360
<b>Prazos em Períodos Letivos:</b>	Mínimo 6, Médio 10, Máximo 12
<b>Créditos por Período Letivo:</b>	Mínimo 18, Médio 0, Máximo 36
<b>1º Período</b>	
Estrutura Curricular	Natureza
407031 - FILO0018 - INTRODUÇÃO A FILOSOFIA - 60h	Obrigatória
406211 - PSIC0063 - PSICOLOGIA GERAL - 60h	Obrigatória
405041 - SOCIA0025 - SOCIOLOGIA I - 60h	Obrigatória
304301 - SSOCI0107 - SEMINÁRIO TEMÁTICO I - 60h	Obrigatória
304371 - SSOCI0135 - OFICINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA - 60h	Obrigatória
<b>CH Total:</b> 300h.	
<b>2º Período</b>	
Estrutura Curricular	Natureza
404712 - LETR0340 - PRODUÇÃO E RECEPÇÃO DE TEXTO I - 60h	Obrigatória
406271 - PSIC0102 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA SOCIAL - 60h	Obrigatória
405011 - SOCIA0003 - ANTROPOLOGIA I - 60h	Obrigatória
405031 - SOCIA0016 - POLÍTICA I - 60h	Obrigatória
304311 - SSOCI0111 - QUESTÃO SOCIAL - 60h	Obrigatória
<b>CH Total:</b> 300h.	
<b>3º Período</b>	
Estrutura Curricular	Natureza

<sup>39</sup>Ver em UFS. Dados do currículo. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=en\\_US&id=320115](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=en_US&id=320115). Acesso em 30/06/2017.



302196 - DIRE0109 - DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL - 60h	Obrigatória	
303011 - ECON0042 - FUNDAMENTOS DE ECONOMIA - 60h	Obrigatória	
304302 - SSOCI0108 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I - 60h	Obrigatória	
304312 - SSOCI0112 - FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL I - 60h	Obrigatória	
304341 - SSOCI0124 - POLÍTICA SOCIAL I - 60h	Obrigatória	
<b>CH Total: 300h.</b>		
<b>4º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
304303 - SSOCI0109 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II - 60h	Obrigatória	
304313 - SSOCI0113 - FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL II - 60h	Obrigatória	
304321 - SSOCI0117 - TRABALHO E SOCIABILIDADE - 60h	Obrigatória	
304331 - SSOCI0121 - ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL I - 60h	Obrigatória	
304342 - SSOCI0125 - POLÍTICA SOCIAL II - 60h	Obrigatória	
<b>CH Total: 300h.</b>		
<b>5º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
304304 - SSOCI0110 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III - 60h	Obrigatória	
304315 - SSOCI0115 - REALIDADE REGIONAL - 60h	Obrigatória	
304332 - SSOCI0122 - ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL II - 60h	Obrigatória	
304361 - SSOCI0131 - SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE TRABALHO - 60h	Obrigatória	
<b>CH Total: 240h.</b>		
<b>6º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
304314 - SSOCI0114 - MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL - 60h	Obrigatória	
304351 - SSOCI0128 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL - 60h	Obrigatória	
304362 - SSOCI0132 - OFICINA DE INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL I - 60h	Obrigatória	

304372 - SSOCI0136 - PESQUISA SOCIAL - 60h	Obrigatória	
<b>CH Total:</b> 240h.		
<b>7º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
304343 - SSOCI0126 - SEGURIDADE SOCIAL - 60h	Obrigatória	
304352 - SSOCI0129 - GESTÃO SOCIAL - 60h	Obrigatória	
304363 - SSOCI0133 - OFICINA DE INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL II - 60h	Obrigatória	
304373 - SSOCI0137 - PESQUISA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL - 60h	Obrigatória	
<b>CH Total:</b> 240h.		
<b>8º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
304323 - SSOCI0119 - CULTURA, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE - 60h	Obrigatória	
304374 - SSOCI0138 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - 60h	Obrigatória	
304381 - SSOCI0141 - LABORATÓRIO DE ENSINO DA PRÁTICA I - 60h	Obrigatória	
304384 - SSOCI0144 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I - 120h	Obrigatória	
<b>CH Total:</b> 300h.		
<b>9º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
304300 - SSOCI0106 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM SERVIÇO SOCIAL - 90h	Obrigatória	
304375 - SSOCI0139 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - 90h	Obrigatória	
304382 - SSOCI0142 - LABORATÓRIO DE ENSINO DA PRÁTICA II - 60h	Obrigatória	
304385 - SSOCI0145 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL II - 135h	Obrigatória	
<b>CH Total:</b> 375h.		
<b>10º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
304383 - SSOCI0143 - LABORATÓRIO DE ENSINO DA PRÁTICA III - 60h	Obrigatória	

304386 - SSOCI0146 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL III - 195h	Obrigatória	
<b>CH Total: 255h.</b>		
<b>Formação Complementar</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
103202 - COMP0101 - MICROCOMPUTADORES - 60h	Optativa	
302111 - DIRE0058 - INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO I - 60h	Optativa	
302411 - DIRE0215 - INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO I - 60h	Optativa	
401063 - EDU0017 - HISTORIA SOCIAL DA CRIANCA - 60h	Optativa	
401082 - EDU0022 - EDUCACAO POPULAR - 60h	Optativa	
401355 - EDU0105 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS - 60h	Optativa	
401372 - EDU0112 - HISTORIA SOCIAL DA CRIANCA - 60h	Optativa	
108011 - ESTAT0002 - INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA - 60h	Optativa	
404102 - LETR0063 - INGLES INSTRUMENTAL I - 60h	Optativa	
404152 - LETR0104 - FRANCES INSTRUMENTAL I - 60h	Optativa	
404171 - LETR0117 - ESPANHOL INSTRUMENTAL I - 60h	Optativa	
404301 - LETR0191 - EXPRESSAO ORAL - PORTUGUES - 60h	Optativa	
404849 - LETR0429 - INGLÊS INSTRUMENTAL - 60h	Optativa	
404883 - LETR0456 - ESPANHOL INSTRUMENTAL - 60h	Optativa	
406251 - PSIC0089 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO - 60h	Optativa	
406276 - PSIC0107 - INTRODUCAO A DINAMICA DE GRUPO - 60h	Optativa	
405052 - SOCIA0035 - SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES COMPLEXAS - 60h	Optativa	
304316 - SSOCI0116 - TOPICOS ESPECIAIS EM QUESTAO SOCIAL - 60h	Optativa	
304322 - SSOCI0118 - RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL - 60h	Optativa	
304324 - SSOCI0120 - TÓPICOS ESPECIAIS EM TRABALHO E SOCIABILIDADE - 60h	Optativa	
304333 - SSOCI0123 - TÓPICOS ESPECIAIS EM ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL - 60h	Optativa	
304344 - SSOCI0127 - TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA SOCIAL - 60h	Optativa	
304353 - SSOCI0130 - TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO E	Optativa	

PLANEJAMENTO - 60h		
304364 - SSOCI0134 - TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL - 60h	<i>Optativa</i>	
304376 - SSOCI0140 - TÓPICOS ESPECIAIS EM PESQUISA SOCIAL - 60h	<i>Optativa</i>	
<b>CH Total:</b> 1500h.		